

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA  
DE COTAS SENIORES DO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO**  
CNPJ/MF Nº 14.237.210/0001-02

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE ATÉ 1.500.000 (UM MILHÃO E QUINHENTAS MIL) COTAS SENIORES ("OFERTA" E "COTAS SENIORES", RESPECTIVAMENTE) DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO ("FUNDO"), COM VALOR INICIAL UNITÁRIO DE R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) CADA UMA, TOTALIZANDO A OFERTA O VALOR DE ATÉ:

**R\$ 1.500.000.000,00**  
(um bilhão e quinhentos milhões de reais)

Classificação de risco das Cotas Seniores: brAA+ (sf)

Código ISIN das Cotas Seniores: BRBIC1CTF009

*Benchmark* das Cotas Seniores: 112% (cento e doze por cento) do CDI

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA  
DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

RUA LÍBERO BADARÓ, Nº 425, 23º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO - SP,  
CEP 01009-905  
CNPJ/MF Nº 52.904.364/0001-08

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTORA DA CARTEIRA DO FUNDO

**BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.**

AVENIDA PAULISTA, Nº 1.048, 12º ANDAR, BELA VISTA, SÃO PAULO - SP,  
CEP 01310-100  
CNPJ/MF Nº 07.450.604/0001-89

INSTITUIÇÃO COORDENADORA LÍDER DA OFERTA E CEDENTE DE DIREITOS DE CRÉDITO

O FUNDO FOI CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, CONFORME ALTERADA, A INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM") Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, CONFORME ALTERADA, E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 14.237.210/0001-02, SENDO ADMINISTRADO E TENDO A RESPECTIVA CARTEIRA GERIDA PELA CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, COM SEDE NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, À RUA LÍBERO BADARÓ, Nº 425, 23º ANDAR, CENTRO, CEP 01009-905, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 52.904.364/0001-08, DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA CVM PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("ADMINISTRADORA"). A CONSTITUIÇÃO DO FUNDO E O INTEIRO TEOR DO SEU REGULAMENTO ("REGULAMENTO"), BEM COMO A REALIZAÇÃO DA OFERTA, FORAM APROVADOS CONFORME DELIBERADO PELA ADMINISTRADORA NO INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 1º DE SETEMBRO DE 2011, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 5º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 0001338572, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011. O REGULAMENTO FOI ALTERADO EM (I) 26 DE SETEMBRO DE 2011, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 5º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 0001340904, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011, E (II) 24 DE NOVEMBRO DE 2011, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 5º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 0001346026, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.

DOCUMENTOS REFERENTES À CONSTITUIÇÃO DO FUNDO PROTOCOLADOS NA CVM EM 29 DE SETEMBRO DE 2011. ATO DA CVM DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO: OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº 3606, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011 (CÓDIGO Nº 537-1).

NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE COTAS SENIORES JUNTO À CVM: CVM/SRE/RFD/2011/018, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

**AS COTAS SENIORES REPRESENTATIVAS DO PATRIMÔNIO DO FUNDO NÃO TERÃO REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO NO MERCADO SECUNDÁRIO.**

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - AGRO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - MULTICARTEIRA.

PROSPECTO DE ACORDO COM O CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS DO REGULAMENTO RELATIVAS AO OBJETIVO DO FUNDO, À SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DE SUA CARTEIRA, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTES PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA CVM. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO COORDENADORA LÍDER DA OFERTA OU DO CUSTODIANTE DO FUNDO DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO COORDENADORA LÍDER DA OFERTA, DO CUSTODIANTE DO FUNDO, DO CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO, BEM COMO DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

QUALQUER RENTABILIDADE QUE VENHA A SER OBTIDA PELO FUNDO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” DESTE PROSPECTO, NAS PÁGINAS 68 A 75, ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 3 DESTE PROSPECTO.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO



DISTRIBUIÇÃO E CEDENTE



CUSTÓDIA E CONTROLADORIA



AUDITORIA INDEPENDENTE



ASSESSORIA LEGAL



A DATA DESTE PROSPECTO É 08 DE DEZEMBRO DE 2011.

## AVISOS IMPORTANTES

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA DO FUNDO MANTENHA ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS COTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

LEIA ESTE PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR.

TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

ESTE FUNDO APRESENTA RISCO DE LIQUIDEZ ASSOCIADO ÀS CARACTERÍSTICAS DO SEU ATIVO E ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A SOLICITAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE RESGATES.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTE FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS COTISTAS E AO FUNDO. A ESSE RESPEITO, VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO, NA PÁGINA 47.

NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO. VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO, NA PÁGINA 47.

AS COTAS SENIORES, OBJETO DA OFERTA, NÃO SÃO ADEQUADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITEM DE AMPLA LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS, EM VIRTUDE DAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DO FUNDO, DOS ATIVOS QUE COMPÕEM SUA CARTEIRA E ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A SOLICITAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE RESGATES DAS COTAS SENIORES.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS SENIORES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS SENIORES PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA E/OU À INSTITUIÇÃO COORDENADORA LÍDER DA OFERTA.

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. DEFINIÇÕES	7
1.2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA	15
1.3. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	21
1.4. DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO BICBANCO (INSTITUIÇÃO COORDENADORA LÍDER DA OFERTA)	22
<b>2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA</b>	<b>23</b>
2.1. BASE LEGAL	24
2.2. PÚBLICO-ALVO	24
2.3. OBJETIVOS DO FUNDO, POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	24
2.4. DECLARAÇÕES DO CEDENTE	26
2.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	28
2.6. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	29
2.7. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE, DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	32
2.8. CUSTÓDIA E CONTROLADORIA E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	33
2.9. DISTRIBUIÇÃO	34
2.10. ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO	34
2.11. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	35
2.12. EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS	36
2.13. MECANISMOS DE GARANTIA	38
2.14. RELAÇÃO MÍNIMA	39
2.15. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	39
2.16. DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO	41
2.17. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	42
2.18. ENCARGOS DO FUNDO	44
2.19. PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	46
2.20. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO	47
2.21. TRIBUTAÇÃO	47
2.22. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA	50
2.23. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	51
2.24. MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA	51
2.25. ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS	52
2.26. DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	52
2.27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	53
2.28. ATENDIMENTO AO COTISTA	54
2.29. DISPOSIÇÕES GERAIS	55
<b>3. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO</b>	<b>56</b>
3.1. ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	57
3.2. TAXA DE DESCONTO PARA A AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO	58
3.3. POLÍTICA DE CRÉDITO DO CEDENTE	58
3.4. LIMITES MÁXIMOS DE CONCENTRAÇÃO	63
3.5. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE PRÉ-PAGAMENTO, INADIMPLEMENTOS E PERDAS	65
3.6. DIAGRAMA DA ESTRUTURA	67

<b>4. FATORES DE RISCO</b>	<b>68</b>
<b>5. GERENCIAMENTO DE RISCOS</b>	<b>76</b>
<b>6. INFORMAÇÕES SOBRE O CEDENTE</b>	<b>78</b>
6.1. BREVE DESCRITIVO SOBRE O CEDENTE	79
6.2. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS DO CEDENTE	80
6.3. CAPITAL SOCIAL	88
6.4. ATIVIDADES DO CEDENTE	89
6.5. ADMINISTRAÇÃO	89
<b>7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA</b>	<b>91</b>
7.1. INFORMAÇÕES SOBRE AS PARTES	92
7.2. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES	95
7.3. CONFLITOS DE INTERESSE	96
7.4. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	97
<b>8. ANEXOS</b>	<b>98</b>
ANEXO I - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	99
ANEXO II - INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO	103
ANEXO III - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO	105
ANEXO IV - REGULAMENTO	107
ANEXO V - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA OFERTA	162
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA DO FUNDO	164
ANEXO VII - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	166

---

## 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administradora ou Concórdia:	Concórdia S/A Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários.
Agência Classificadora de Risco ou Standard & Poor's:	Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada contratada pela Administradora, em nome do Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores.
ANBIMA:	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
Assembleia Geral de Cotistas:	A assembleia geral de cotistas do Fundo.
Ativos Financeiros:	Ativos financeiros e/ou operações compromissadas detidos pelo Fundo que não sejam Direitos de Crédito e estejam entre aqueles mencionados no Artigo 6º do Regulamento, quais sejam: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) créditos securitizados do BACEN; (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e (iv) certificados de depósito bancário de instituições financeiras, inclusive do BICBANCO, com classificação de risco ( <i>rating</i> ) fornecido pela Agência Classificadora de Risco igual ou superior à classificação de risco ( <i>rating</i> ) das Cotas Seniores.
Auditores Independentes ou KPMG:	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.
BACEN:	O Banco Central do Brasil.
BICBANCO ou Cedente:	Banco Industrial e Comercial S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 1.048, 12º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.450.604/0001-89.
BM&FBOVESPA:	A BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Carteira:	A carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros.
CDI:	Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragruppo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP.
Cessão Fiduciária:	A cessão fiduciária, ao Cedente, de direitos de crédito de titularidade dos Clientes em garantia aos Contratos de Empréstimo.
CETIP:	A CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Clientes:	As pessoas jurídicas que celebram Contratos de Empréstimo com o BICBANCO, os quais são os devedores dos Direitos de Crédito.
CMN	O Conselho Monetário Nacional.
Código Civil Brasileiro:	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Conta Autorizada do Fundo:	A conta corrente mantida pelo Fundo junto ao Custodiante, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito.
Contas Vinculadas dos Clientes:	As contas correntes mantidas pelos Clientes junto ao BICBANCO, nas quais são depositados os recebíveis cedidos em Cessão Fiduciária, bem como efetuados os débitos em pagamento dos Contratos de Empréstimo.
Contrato de Cessão:	O “Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avenças”, celebrado entre o Fundo e o BICBANCO, com a interveniência do Custodiante.
Contrato de Custódia:	O “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com interveniência e anuência do BICBANCO.
Contrato de Distribuição:	O “Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Cotas Seniores de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativo - Aberto BICBANCO”, celebrado entre o Fundo e o BICBANCO.
Contratos de Empréstimo:	Os contratos de mútuo celebrados entre o BICBANCO e os respectivos Clientes.

Cotas:	As Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, quando designadas em conjunto.
Cotas Seniores:	As cotas seniores emitidas pelo Fundo.
Cotas Subordinadas:	As cotas subordinadas emitidas pelo Fundo.
Cotistas:	Os investidores que venham a adquirir Cotas.
Critérios de Elegibilidade:	Os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, conforme estabelecido no Artigo 13 do Regulamento e no item 2.5. deste Prospecto, na página 28 abaixo.
Custodiante:	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 10º andar, Jabaquara, CEP 04309-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/000-04.
CVM:	A Comissão de Valores Mobiliários.
Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores:	A data da primeira integralização de Cotas Seniores.
Declarações do Cedente:	As declarações do Cedente com relação à cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo.
Dia(s) Útil(eis):	Segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Prospecto e do Regulamento não sejam Dias Úteis, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.
Direitos de Crédito:	As parcelas oriundas dos Contratos de Empréstimo.
Direitos de Crédito Elegíveis:	Os Direitos de Crédito oriundos e representados por Contratos de Empréstimo que atendam aos Critérios de Elegibilidade, bem como sobre os quais sejam emitidas as Declarações do Cedente, e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
Direitos de Crédito Inadimplidos:	Os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos.
Documentos Representativos do Crédito:	Os Contratos de Empréstimo firmados entre o BICBANCO e os Clientes.

Eventos de Avaliação:	<p>As situações descritas no Capítulo XX do Regulamento e na seção 2.16. deste Prospecto (página 41), nas quais, em hipótese de ocorrência, caberá à Administradora, ou aos Cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da Carteira pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas: (i) inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo IX do Regulamento e na seção 2.6. deste Prospecto (página 29), que não seja um Evento de Liquidação; (ii) renúncia da Administradora à administração do Fundo; (iii) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º do Artigo 28 do Capítulo XI do Regulamento e na seção 2.8. deste Prospecto (página 33), desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação; (iv) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com as características descritas no Parágrafo 2º do Artigo 14 do Regulamento e na seção 2.4. deste Prospecto (página 26) ou os Critérios de Elegibilidade; (v) não subscrição, por qualquer motivo, pelo BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso II, do Parágrafo 1º, do Artigo 48 do Regulamento, e a seção 2.14. deste Prospecto (página 39), de tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Relação Mínima; (vi) se houver rescisão do Contrato de Custódia; (vii) ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão; (viii) existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados; (ix) não pagamento, na data de resgate do valor do resgate das Cotas Seniores; (x) resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Prospecto e no Regulamento; (xi) caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento); (xii) caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 23% (vinte e três por cento); (xiii) caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 21% (vinte e um por cento); (xiv) caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 18% (dezoito por cento); e (xv) caso o CDI seja superior a 175% (cento e setenta e cinco por cento) que o CDI do dia imediatamente anterior.</p>
Eventos de Liquidação:	<p>As situações descritas no Capítulo XXI do Regulamento e no item 2.17. deste Prospecto (página 42), as quais determinam as únicas e exclusivas hipóteses de liquidação do Fundo: (i) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim; (ii) se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo</p>

	<p>de Investimento em Direitos Creditórios; (iii) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; (iv) impossibilidade do Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos; (v) se houver decretação de intervenção e/ou liquidação extrajudicial ou cassação da autorização para funcionamento do BICBANCO; (vi) constatação, pela Administradora, de que o BICBANCO cedeu, ou tentou ceder ao Fundo, Direitos de Crédito sem lastro, onerados ou gravados; (vii) caso a Administradora deixe de convocar Assembléia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses de Eventos de Avaliação; (viii) caso o BICBANCO deixe de comunicar à Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta; (ix) renúncia da Administradora ou do Custodiante com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Prospecto e no Regulamento; (x) caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; (xi) caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 23% (vinte e três por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; (xii) caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 21% (vinte e um por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; e (xiii) caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 18% (dezoito por cento) por 2 (dois) meses consecutivos.</p>
Fundo:	O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO.
Garantias:	Cessão Fiduciária e/ou outras eventuais garantias descritas nos Contratos de Empréstimo.
Índice de Inadimplência de 30 dias:	<p>O percentual, a ser definido na forma do Regulamento, de parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidos por prazo superior a 15 (quinze) dias, inclusive, e inferior a 30 (trinta) dias, inclusive. Para a verificação do percentual ora descrito, deverá ser observada a inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se a média dos 3 (três) meses que antecedem a verificação, calculada pela Administradora, conforme expressão abaixo:</p> $\frac{\text{Direitos de Crédito vencidos do mês Y com atraso entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias (A)}}{\text{Vencimentos do mês Y (B)}}$ <p>Onde:</p> <p>(A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias; e</p> <p>(B) valor total dos vencimentos.</p>
Índice de Inadimplência de 60 dias:	O percentual, a ser definido na forma do Regulamento, de parcelas

	<p>de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 31 (trinta e um) dias, inclusive, e inferior a 60 (sessenta) dias, inclusive. Para a verificação do percentual ora descrito, deverá ser observada a inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se a média dos 3 (três) meses que antecedem a verificação, calculada pela Administradora, conforme expressão abaixo:</p> $\text{Direitos de Crédito vencidos do mês Y com atraso entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias (A) / Vencimentos do mês Y (B)}$ <p>Onde:</p> <p>(A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias; e</p> <p>(B) valor total dos vencimentos.</p>
Índice de Inadimplência de 90 dias:	<p>O percentual, a ser definido na forma do Regulamento, de parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 61 (sessenta e um) dias, inclusive, e inferior a 90 (noventa) dias, inclusive. Para a verificação do percentual ora descrito, deverá ser observada a inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se a média dos 3 (três) meses que antecedem a verificação, calculada pela Administradora, conforme expressão abaixo:</p> $\text{Direitos de Crédito vencidos do mês Y com atraso entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias (A) / Vencimentos do mês Y (B)}$ <p>Onde:</p> <p>(A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias; e</p> <p>(B) valor total dos vencimentos.</p>
Índice de Inadimplência acima de 90 dias:	<p>O percentual, a ser definido na forma do Regulamento, de parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 91 (noventa e um) dias, inclusive. Para a verificação do percentual ora descrito, deverá ser observada a inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se a média dos 3 (três) meses que antecedem a verificação, calculada pela Administradora, conforme expressão abaixo:</p> $\text{Direitos de Crédito vencidos do mês Y com atraso superior a 90 (noventa) dias (A) / Vencimentos do mês Y (B)}$ <p>Onde:</p> <p>(A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso superior a 90 (noventa) dias; e</p> <p>(B) valor total dos vencimentos.</p>

Instrução CVM 356:	A Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 400:	A Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 409:	A Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 489:	A Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011.
Limites Máximos de Concentração:	Os limites máximos de concentração para a aplicação do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis descritos no Anexo I ao Regulamento e na seção 3.4. deste Prospecto (página 63).
Oferta:	A oferta pública de distribuição das Cotas Seniores.
Política de Crédito:	A política de concessão de crédito e cobrança adotada pelo Cedente com relação aos Clientes, de acordo com os critérios do Anexo II ao Regulamento.
Prazo de Carência:	O prazo de carência para resgate das Cotas Seniores equivalente a 180 (cento e oitenta) dias contados de cada aplicação.
Prospecto:	O presente Prospecto de Distribuição Pública das Cotas Seniores do Fundo.
Relação Mínima:	A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).
Regulamento:	O regulamento do Fundo.
Resolução CMN 3.922:	A Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a qual dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, posteriores alterações e/ou eventuais normativos que venham a substituí-la.
Resolução CMN 2.689:	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e suas alterações posteriores.
Resolução CMN 2.907:	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e suas alterações posteriores.
Resolução CMN 2.682:	A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, e alterações posteriores.

SERASA	SERASA S.A.
Taxa de Administração:	Remuneração devida à Administradora, nos termos do Capítulo IX do Regulamento e no item 2.6. deste Prospecto, na página 29 abaixo.
Taxa de Cessão:	Equivalente à taxa de juros prevista no Contrato de Cessão para cada um dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.
Taxa de Saída:	A taxa a ser cobrada dos Cotistas que optarem por resgatar Cotas Seniores em data anterior ao vencimento do Prazo de Carência, desde que pelo valor em vigor na data da emissão respectiva, ou no dia da efetivação do resgate, prevalecendo o que for menor, taxa essa equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor resgatado, a qual será descontada no dia do pagamento do resgate, ficando este valor integrado ao patrimônio do Fundo.

\* \* \*

## 1.2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

Denominação do Fundo:	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO.
Tipo de fundo e classificação ANBIMA:	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto.</p> <p>Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento”, o Fundo é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios, submodalidade Agro, Indústria e Comércio - Multicarteira.</p>
Base legal:	O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.
Objetivo:	É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, no longo prazo, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito que não estejam vencidos e/ou pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo, oriundos e representados por Contratos de Empréstimo, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento e neste Prospecto.
Política de investimento:	Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis. Os recursos remanescentes serão alocados na aquisição de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto.
Benchmark das Cotas Seniores:	As Cotas Seniores possuem um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente a 112% (cento e doze por cento) da variação anual da taxa do CDI.
Prazo de duração do Fundo:	O prazo do Fundo é indeterminado.
Prazo de duração da Oferta:	O prazo de duração da Oferta é de 2 (dois) anos, contados da data de publicação do respectivo anúncio de início, nos termos da decisão do Colegiado da CVM proferida no âmbito do Processo CVM nº RJ-2007-11393.
Exercício Social:	O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de setembro e encerramento em 31 de agosto de cada ano.

Classificação de risco das Cotas Seniores:

Na data deste Prospecto, as Cotas Seniores obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco brAA+ (sf).

As Cotas Subordinadas não serão objeto de classificação de risco.

A Administradora deverá providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores ou dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira pela Agência Classificadora de Risco.

Quantidade de Cotas Seniores objeto da Oferta:

A Oferta será de, no mínimo, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e, no máximo, de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sendo composta por, no mínimo, 15.000 (quinze mil) e, no máximo, 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Cotas Seniores. A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição acima descrito, poderá se dar por encerrado o prazo de duração da Oferta, conforme acima descrito, sendo que o saldo não colocado poderá ser cancelado antes do final do referido prazo.

Classes de Cotas:

As Cotas serão de classe Sênior e Subordinada. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das Cotas Seniores e Subordinadas serão idênticos.

Apenas as Cotas Seniores serão objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

As Cotas Subordinadas serão emitidas em lote único e indivisível, sendo sua oferta pública automaticamente dispensada de registro, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM 400, e serão integralmente subscritas pelo BICBANCO.

Público-alvo:

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados em geral, assim definidos nos termos da Instrução CVM 409, dentre estes os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, conforme alterada, observadas, ainda, as disposições da Resolução CMN 3.922, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores que venham a adquirir Cotas Seniores.

Patrimônio inicial estimado do Fundo:

R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

Valor inicial unitário das Cotas:	R\$ 1.000,00 (um mil reais).
Valores mínimos e máximos de aplicação inicial, aplicação subsequente:	<p>- Valor mínimo de aplicação inicial no Fundo: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).</p> <p>- Valor mínimo de aplicação subsequente no Fundo: não há.</p> <p>- Valor máximo de aplicação no Fundo: não há.</p>
Procedimentos para subscrição e integralização das Cotas:	<p>As Cotas Seniores deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição de Cotas Seniores, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da data de publicação do respectivo anúncio de início, nos termos da decisão do Colegiado da CVM proferida no âmbito do Processo CVM nº RJ-2007-11393, para a subscrição de Cotas.</p> <p>No ato da primeira aplicação no Fundo, o Cotista:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) receberá cópia do Regulamento e deste Prospecto;</li> <li>(ii) assinará o termo de adesão ao Regulamento;</li> <li>(iii) declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente;</li> <li>(iv) assinará o boletim de subscrição de Cotas.</li> </ul> <p>Na emissão de Cotas deverá ser utilizado o valor da Cota em vigor na abertura do Dia Útil da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.</p> <p>A integralização e o resgate de Cotas Seniores podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.</p> <p>As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas parcial ou integralmente em Direitos de Crédito, nos termos do Regulamento e deste Prospecto. Caso o valor da Cota Subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.</p> <p>Não haverá amortização de Cotas.</p> <p>A critério da Administradora e por se tratar de um condomínio aberto, novas Cotas, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os limites</p>

	<p>estipulados no Regulamento, especialmente a Relação Mínima. As novas Cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas de mesma classe.</p> <p>As Cotas serão valoradas todo Dia Útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o Fundo atua.</p>
Negociação em mercado secundário:	As Cotas representativas do patrimônio do Fundo não terão registro para negociação no mercado secundário.
Fatores de Risco:	Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a determinados fatores de risco. Para maiores informações, vide a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 68 a 75 deste Prospecto.
Resgate das Cotas:	<p>As Cotas, para fins de resgate, terão seu valor atualizado diariamente.</p> <p>Observado o Prazo de Carência, a ser respeitado por todos os Cotistas, o resgate das Cotas Seniores poderá ser solicitado por meio de correspondência encaminhada à Administradora, ressalvado o abaixo disposto.</p> <p>O pagamento dos resgates pode estar sujeito ao fluxo de vencimentos futuros dos Direitos de Crédito. Desta forma, os Cotistas devem estar cientes de que, dependendo do volume de resgates solicitados num mesmo período, há o risco de o Fundo não possuir recursos suficientes para efetuar o pagamento de todos os resgates no prazo solicitado. Neste caso, o Cotista deverá aguardar a monetização dos Direitos de Crédito para efetuar o resgate.</p> <p>Respeitado o Prazo de Carência, o pagamento do resgate será realizado em 30 (trinta) dias após a data da respectiva solicitação.</p> <p>Os resgates de Cotas Seniores serão efetuados pelo valor da Cota de abertura no dia do efetivo pagamento dos resgates aos Cotistas.</p> <p>As Cotas Subordinadas serão resgatadas pelo valor da Cota de abertura do dia efetivo do pagamento do resgate, não havendo carência para resgate.</p> <p>Admite-se a ocorrência de resgate de Cotas Seniores em data anterior ao vencimento do Prazo de Carência, desde que pelo valor em vigor</p>

na data da emissão respectiva, ou no dia da efetivação do resgate, prevalecendo o que for menor.

Na hipótese acima estabelecida, será cobrada a Taxa de Saída, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor resgatado, a qual será descontada no dia do pagamento do resgate, ficando este valor integrado ao patrimônio do Fundo.

Na hipótese de o Cotista Sênior agendar o resgate para a data do vencimento do Prazo de Carência, com no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, por meio de correio eletrônico ou correspondência endereçada à Administradora com aviso de recebimento, não haverá a cobrança da Taxa de Saída.

Na eventualidade de o Cotista, não obstante ter agendado o resgate nos termos do parágrafo acima, requerer o pagamento do resgate em data anterior à do vencimento do Prazo de Carência, será cobrada a Taxa de Saída. Neste caso, o pagamento do resgate será realizado em 30 (trinta) dias após a solicitação de resgate pelo Cotista.

Os valores recebidos pelo Fundo a título de Taxa de Saída serão revertidos em benefício do próprio Fundo.

Para a solicitação de resgate em data posterior ao vencimento do Prazo de Carência, não será cobrada Taxa de Saída sobre os valores resgatados.

Caso o Fundo não possua recursos suficientes para liquidar o resgate de Cotas Seniores no prazo de 30 (trinta) dias acima referido, a Administradora, até que haja patrimônio suficiente para a liquidação integral do resgate, cessará a aquisição de Direitos de Crédito.

As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate de todas as Cotas Seniores, ressalvadas as hipóteses previstas abaixo.

Recebida a solicitação de resgate de Cotas Subordinadas, a Administradora comunicará os titulares de Cotas Seniores no prazo máximo de 03 (três) Dias Úteis após o recebimento da referida solicitação. Neste ato, os titulares de Cotas Seniores deverão ser informados sobre o valor e a data de realização do resgate de Cotas Subordinadas.

Os titulares das Cotas Seniores poderão requerer o resgate de suas Cotas no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da expedição da comunicação referente ao resgate de Cotas

	<p>Subordinadas. O resgate de Cotas Seniores deverá ser integralmente concluído antes do início do resgate das Cotas Subordinadas.</p> <p>Após o pagamento dos resgates de Cotas Seniores, nos termos ora previstos, ou transcorrido o prazo fixado acima sem manifestação dos titulares de Cotas Seniores, será realizado o pagamento das Cotas Subordinadas, nos termos do descrito acima, conforme o previsto no Artigo 41 do Regulamento.</p> <p>Na hipótese de as Cotas Subordinadas representarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estas poderão ser resgatadas, independente do resgate de Cotas Seniores, visando exclusivamente ao reequilíbrio da Relação Mínima, independentemente de qualquer aviso prévio ao Cotista.</p> <p>Visando preservar o bom desempenho do Fundo, a Administradora poderá, a seu exclusivo critério, recusar a admissão de novos Cotistas e/ou recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do Fundo, sem que, para tanto, necessite apresentar qualquer tipo de justificativa. Poderá, ainda, fixar valores mínimos de aplicação, resgate e/ou permanência no Fundo.</p>
Início da Oferta:	08 de dezembro de 2011.
Data do início das atividades do Fundo:	Data do primeiro aporte no Fundo.
Jornal das publicações do Fundo:	DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços.
Inadequação do Investimento:	AS COTAS DO FUNDO NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS, EM VIRTUDE DAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DO FUNDO, DOS ATIVOS QUE COMPÕEM SUA CARTEIRA E ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A SOLICITAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE RESGATES DAS COTAS.
Informações Adicionais:	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao BICBANCO, na qualidade de instituição coordenadora líder da Oferta, à Administradora e/ou à CVM.

\* \* \*

### 1.3. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administração e gestão:	<p>CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES</p> <p>Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar</p> <p>Centro, São Paulo - SP</p> <p>CEP 01009-905</p> <p>CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08</p> <p>Telefone: (11) 3292-1407 / (21) 2101-9744</p> <p>Fax: (11) 3241-3831 / (21) 2101-8315</p> <p>At.: Sr. Luis Locaspi / Sr. Ricardo Augusto Leão Martins</p> <p>E-mail: locaspi@concordia.com.br / rmartins@concordia.com.br</p> <p>Website: www.concordia.com.br</p>
Distribuição das Cotas:	<p>BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.Avenida Paulista, nº 1.048, 12º andar</p> <p>Bela Vista, São Paulo - SP</p> <p>CEP 01310-100</p> <p>CNPJ/MF: 07.450.604/0001-89</p> <p>Telefone: (11) 2173-9461</p> <p>Fax: (11) 2173-9350</p> <p>At.: Sr. Marcos Pinto Cesar Kairuz</p> <p>E-mail: marcos.kairuz@bicbanco.com.br</p> <p>Website: www.bicbanco.com.br</p>
Custódia e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo:	<p>ITAÚ UNIBANCO S.A.</p> <p>Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 10º andar</p> <p>Jabaquara, São Paulo - SP</p> <p>CEP 04309-010</p> <p>CNPJ/MF: 60.701.190/0001-04</p> <p>Telefone: (11) 5029 4846 / 5029 4844</p> <p>Fax: (11) 5029 4554</p> <p>At.: Srs. Alessandro Fernandes de Carvalho e Heraldo Garcia Sayão</p> <p>E-mails: alessandro.carvalho@itau-unibanco.com.br / heraldo.sayao@itau-unibanco.com.br</p> <p>Website: http://www.itaucustodia.com.br/</p>
Agência Classificadora de Risco:	<p>STANDARD &amp; POOR'S</p> <p>Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182</p> <p>Pinheiros, São Paulo - SP</p> <p>CEP 05426-100</p> <p>CNPJ/MF: 02.295.585/0001-40</p> <p>Telefone: (11) 3039-9704</p> <p>Fax: (11) 3039-9705</p> <p>At.: Sr. João Carlos Scuracchio</p> <p>E-mail: joao_scuracchio@standardandpoors.com</p> <p>Website: www.standardandpoors.com.br</p>
Assessoria Jurídica	<p>FREITASLEITE ADVOGADOS</p> <p>Rua Gomes de Carvalho, nº 1.666, 9º Andar</p>

	Vila Olímpia, São Paulo - SP CEP 04547-006 CNPJ/MF: 61.197.240/0001-12 Telefone: (11) 3728-8100 Fax: (11) 3728-8101 At.: Dr. Cristiano da Cruz Leite E-mail: cristiano@fladv.com.br Website: www.fladv.com.br
Auditoria:	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar Itaim Bibi, São Paulo - SP CEP 04530-904 CNPJ/MF: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 2183-6442 Fax: (11) 2183-3010 Website: www.kpmg.com/br/pt/paginas/default.aspx

#### 1.4. DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO BICBANCO (INSTITUIÇÃO COORDENADORA LÍDER DA OFERTA)

Declaração nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400:

A Administradora declara que (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, bem como do objetivo, política de investimento do Fundo e composição da Carteira, dos riscos inerentes aos investimentos no Fundo pelos investidores e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Ricardo Augusto Leão Martins e Luís Locaspi.

O BICBANCO, na qualidade de instituição responsável pela distribuição das Cotas, declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Administradora por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da Carteira, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Francisco Edênio Barbosa Nobre e Carlos José Roque, Diretores Executivos do BICBANCO.

\* \* \*

## 2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

---

## FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO

### 2.1. BASE LEGAL

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado pela ANBIMA como fundo de investimento em direitos creditórios, submodalidade Agro, Indústria e Comércio - Multicarteira.

### 2.2. PÚBLICO-ALVO

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados em geral, assim definidos nos termos da Instrução CVM 409, dentre estes os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, conforme alterada, observadas, ainda, as disposições da Resolução CMN 3.922, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores que venham a adquirir Cotas Seniores.

AS COTAS DO FUNDO NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS, EM VIRTUDE DAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DO FUNDO, DOS ATIVOS QUE COMPÕEM SUA CARTEIRA E ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A SOLICITAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE RESGATES DAS COTAS.

### 2.3. OBJETIVOS DO FUNDO, POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, no longo prazo, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito que não estejam vencidos e/ou pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo, oriundos e representados por Contratos de Empréstimo, com Cessão Fiduciária em garantia ou outras Garantias, conforme o caso, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto.

Não poderão compor a Carteira Direitos de Crédito a performar, ou seja, Direitos de Crédito cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura do BICBANCO, tais como, direitos de créditos decorrentes de parcelas de empréstimos ainda não liberadas pelo BICBANCO.

As Cotas Seniores possuem um *benchmark* de rentabilidade, no longo prazo, correspondente a 112% (cento e doze por cento) da variação anual da taxa do CDI. Este *benchmark* não caracteriza promessa ou garantia de rentabilidade pela Administradora e/ou pelo Custodiante. O *benchmark* aplica-se somente às Cotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Cotas Subordinadas.

A aquisição de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas não representa qualquer garantia ou promessa do Fundo, da Administradora, do Custodiante e do BICBANCO acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Cotistas titulares das Cotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao respectivo *benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível.

Resultados e rentabilidades obtidos pelo Fundo no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis. Os recursos remanescentes serão alocados na aquisição de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto.

Os Limites Máximos de Concentração serão observados pelo Custodiante de acordo com as instruções fornecidas pela Administradora, sem prejuízo do atendimento dos parâmetros fixados pela Instrução CVM 356, os quais serão verificados pela Administradora. Assim, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito e outros ativos de um mesmo Cliente, ou de uma coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de até 10% (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido.

Decorridos 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

A parcela remanescente do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, na aquisição dos seguintes Ativos Financeiros:

- I. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- II. créditos securitizados do Banco Central do Brasil;
- III. créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- IV. certificados de depósito bancário de instituições financeiras, inclusive do BICBANCO, com classificação de risco (*rating*) fornecido pela Agência Classificadora de Risco igual ou superior à classificação de risco (*rating*) das Cotas Seniores.

O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora ou fundos de investimentos por ela administrados e/ou geridos atuem como contraparte do Fundo.

O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito da Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

É vedado ao Fundo realizar:

- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- II. operações de “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- III. atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN 3.922; e
- IV. aplicar em direitos creditórios e títulos representativos desses direitos em que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma, e em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados.

O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente na modalidade “com garantia” e com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. É vedado ao Fundo gerar exposição superior a 1 (uma) vez o seu patrimônio líquido.

Para o efeito do disposto acima, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, neste caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

A Administradora informará imediatamente a Agência Classificadora de Risco caso o Fundo venha a operar em mercados de derivativos, nos termos do acima disposto.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro títulos de emissão do Tesouro Nacional, créditos securitizados do Banco Central do Brasil, ou créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

O Fundo não contará com garantia da Administradora, do Custodiante, do BICBANCO, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, bem como de qualquer mecanismo de seguro.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira e, por consequência, o patrimônio do Fundo, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais os discriminados no Regulamento e neste Prospecto. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco discriminados no Regulamento e na seção “Fatores de Risco”, nas páginas 68 a 75 deste Prospecto, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento nas Cotas.

Em virtude de seu público-alvo, a ADMINISTRADORA fará com que o Fundo observe as disposições e restrições dispostas na Resolução CMN 3.922.

#### 2.4. DECLARAÇÕES DO CEDENTE

Para que possam ser ofertados e adquiridos pelo Fundo, os Direitos de Crédito devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis.

Para a realização de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, a Administradora deverá receber declaração firmada pelo BICBANCO de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às condições abaixo relacionadas:

- I. decorram de Contratos de Empréstimo celebrados pelo BICBANCO com Cliente que não esteja impedido de operar por determinação judicial; e
- II. os Direitos de Crédito a serem cedidos atendem às características descritas no parágrafo abaixo.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o BICBANCO será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, por ofertar ao Fundo somente Direitos de Crédito que observem às seguintes características:

- I. Os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não podem estar em atraso com o pagamento de qualquer obrigação perante o Cedente por período superior a 10 (dez) dias;
- II. No mínimo 100% (cem por cento) do valor das parcelas dos Contratos de Empréstimo relativas aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverá estar amparado por Garantias, sendo considerado para tal cálculo, com relação a cada tipo de Garantia, os percentuais indicados na tabela abaixo para o valor dos bens:

<b>Tipo de Garantia:</b>	<b>Percentual Atribuído</b>
CDs (Cash)	100%
Cheques	100%
Direitos de Crédito Performados	100%
Direitos de Crédito Performados ("sem trava")	100%
Direitos de Crédito Futuros	100%
Cessão Fiduciária de Créditos	100%
Hipoteca	100%
Alienação Fiduciária de Imóveis	100%
Recebíveis	100%
<i>Undertake</i> (garantia com depósito de recursos em conta vinculada)	100%
Alienação Fiduciária de Veículos	100%
Alienação Fiduciária de Equipamentos	100%
Alienação Fiduciária de Estoques	100%
Penhor de Veículos	100%
Penhor de Estoques	100%
Cédula de Crédito Bancário	100%
Aval	100%
Penhor Pecuário	100%
Notas Promissórias	100%
Participações Societárias/Ações	50%

- III. Direitos de Crédito que possuam Cessão Fiduciária devidamente constituída e formalizada;
- IV. O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito em desacordo com o Artigo 3º da Resolução CMN 2.682, admitindo a classificação diversa para determinada operação, nos termos da referida resolução;
- V. Os Contratos de Empréstimo tenham data de vencimento original não superior a 6 (seis) anos;
- VI. Os Contratos de Empréstimo com liquidação em uma única parcela não tenham vencimento original superior a 2 (dois) anos;
- VII. Cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo deverá apresentar sobretaxa mínima média, igual ou superior à indicada na tabela abaixo:

<b>Sobretaxa média acrescida à taxa do CDI</b>	<b>Relação Mínima</b>
--	-----------------------

<i>(em percentual ao ano)</i>	
8%	25%
7%	26%
5,75%	27%
4,75%	28%
4%	29%

No ato da entrega pelo BICBANCO das vias originais dos Documentos Representativos do Crédito para guarda do Custodiante, o Custodiante deverá receber declaração firmada pelo BICBANCO de que as vias originais dos Documentos Representativos do Crédito referem-se precisamente aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

A classificação de risco do Cliente deverá ser determinada com base na análise das informações econômico-financeiras que deverão ser fornecidas pelo próprio Cliente e/ou obtidas através de consulta às fontes de informações de crédito reconhecidas pelo Cedente ou relatórios setoriais elaborados interna ou externamente.

## 2.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo Custodiante. Somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo os Direitos de Crédito que observem, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade indicados a seguir:

- I. o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito cujo Cliente possua dívida vencida e não paga perante o Fundo;
- II. o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito com prazo máximo de vencimento de 2.190 (dois mil cento e noventa) dias e que possuam vencimento com prazo máximo de 2.190 (dois mil cento e noventa) dias corridos, a contar da data de sua aquisição pelo Fundo;
- III. o prazo médio ponderado dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deverá ser de, no máximo, 548 (quinhentos e quarenta e oito) dias;

$$MP = \frac{\sum_{i=1}^n \text{Valor (i)} \times \text{Prazo (i)}}{\sum_{i=1}^n \text{Valor (i)}}$$

onde:

MP = Média ponderada dos prazos de vencimento dos Direitos de Crédito;

Valor = Valor da parcela na data de vencimento (no caso de Direito de Crédito pré-fixado) ou o valor de cada parcela do saldo devedor na data (no caso de Direito de Crédito pós-fixado);

Prazo = Prazo, em dias corridos, entre a data de cálculo e data de vencimento;

N = Quantidade de parcelas a serem pagas com relação aos Direitos de Crédito em questão.

- IV. o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito que estejam em desacordo com os Limites Máximos de Concentração;

- V. os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não devem ter apontamentos cadastrais no SERASA indicando: “Concordata Requerida”, “Concordata Deferida”, “Falência Decretada”, “Concordata Suspensiva”, “Não Operar”, “Intervenção”, “CNPJs Inaptos” e “Auto Falência”;
- VI. os Clientes devedores dos Direitos de Crédito tenham sido classificados pelo Cedente (excluindo as respectivas Garantias) como AA, A, B ou C, de acordo com a política de crédito do Cedente; e
- VII. Direitos de Crédito decorrentes dos Contratos de Empréstimo que, incluindo as respectivas Garantias, sejam classificadas pelo Cedente como AA, A, B ou C, de acordo com a política de crédito do Cedente.

O não atendimento aos Critérios de Elegibilidade havido em momento posterior ao da cessão dos Direitos de Crédito não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o BICBANCO, a Administradora ou o Custodiante.

Caso o Fundo esteja desenquadrado de qualquer dos Limites Máximos de Concentração em qualquer data de verificação de Limites Máximos de Concentração, o Fundo poderá continuar suas atividades, adquirindo Direitos de Crédito durante o prazo para reenquadramento da Carteira desde que observado o seguinte: (i) o desenquadramento ainda não constitua um Evento de Avaliação; (ii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos durante o prazo para reenquadramento da Carteira estejam enquadrados com relação a todos os demais Critérios de Elegibilidade e todos os demais Limites Máximos de Concentração, bem como deverão ser observadas as Declarações do Cedente; e (iii) as aquisições não devem resultar em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionar qualquer outro desenquadramento na Carteira.

O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, não será responsável pela indicação de Direitos de Crédito inadimplidos a serem protestados, ou pela inserção do nome dos Clientes em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias.

Caso a Assembleia Geral delibere por qualquer alteração em relação aos Critérios de Elegibilidade e aos Limites Máximos de Concentração e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referidas alterações em relação aos Critérios de Elegibilidade e aos Limites Máximo de Concentração, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 30 (trinta) Dias Úteis contados do recebimento de notificação da Administradora informando ao Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, observadas as disposições do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade e aos Limites Máximos de Concentração que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo ora indicado, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade e aos Limites Máximos de Concentração.

## 2.6. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

### 2.6.1. Administração do Fundo

As atividades de administração do Fundo e gestão da Carteira serão exercidas pela Administradora.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- I. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos Cotistas;
  - c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
  - d) o livro de presença de Cotistas;
  - e) este Prospecto;
  - f) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios dos Auditores Independentes.
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- III. entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações, qual seja, o DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços, e da taxa de administração praticada;
- IV. divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, qual seja, o DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- V. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- VI. fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- VII. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- VIII. providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

A divulgação das informações prevista no item IV acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços, periódico de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação destas informações.

A Administradora, observadas as limitações legais, da Instrução CVM 356, deste Prospecto e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembléias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a Carteira.

Não obstante ser de obrigação do Custodiante o controle dos Limites Máximos de Concentração, a Administradora diligenciará para que os Direitos de Crédito e outros ativos de um mesmo Cliente, ou de uma coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, que venham a integrar a Carteira, não superem 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

É vedado à Administradora:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da Carteira, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo IV do Regulamento e na seção 2.3. deste Prospecto (página 24).

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM 356;
- III. aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV. adquirir Cotas do próprio Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento;
- VI. vender Cotas a prestação;
- VII. vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- VIII. prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- IX. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X. delegar poderes de gestão da Carteira, ressalvado o disposto no Artigo 39, II, da Instrução CVM 356;
- XI. obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- XII. efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

### 2.6.2. Remuneração da Administradora

Pelos serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira, a Administradora fará jus ao recebimento de uma Taxa de Administração equivalente a 0,13% a.a. (treze centésimos por cento ao ano), incidente sobre o valor total do patrimônio líquido do Fundo, ou um valor mensal fixo equivalente a R\$ 13.440,00 (treze mil quatrocentos e quarenta reais), prevalecendo o maior valor.

O valor mensal fixo de que trata o parágrafo acima será corrigido anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE (IPC-FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A remuneração da Administradora é calculada e apropriada por Dia Útil, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

O Fundo não possui taxa de ingresso e/ou de performance. O Fundo possui a Taxa de Saída, observada a seção 2.12. deste Prospecto (página 36).

### 2.7. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE, DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

A Administradora, mediante aviso divulgado no DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (i) nomeação de representante de Cotistas; e (ii) deliberação acerca de: (a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo; ou (b) pela liquidação antecipada do Fundo.

A Administradora, agindo no melhor interesse do Fundo, poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a substituição do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco e dos Auditores Independentes.

## 2.8. CUSTÓDIA E CONTROLADORIA E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

### 2.8.1. Custódia e Controladoria

As atividades de custódia previstas no Artigo 38 da Instrução CVM 356, bem como as atividades de controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira, serão exercidas pelo Custodiante.

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I. receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito representados por Contratos de Empréstimo;
- II. validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto;
- III. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e Documentos Representativos do Crédito;
- IV. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Representativos do Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira;
- V. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os Documentos Representativos do Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para os Auditores Independentes, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; e
- VI. cobrar e receber, por conta e ordem de seus Clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

Pela prestação dos serviços acima descritos, o Custodiante receberá do Fundo as remunerações especificadas na tabela 1, nos termos do Contrato de Custódia. Tais remunerações incidirão sobre o patrimônio líquido do Fundo, sendo que a cobrança terá início a partir da primeira integralização das Cotas e será provisionada diariamente e paga mensalmente ao Custodiante.

Patrimônio líquido do Fundo (em milhões de reais)	<i>Servicer</i> (debitado do Fundo)  Porcentagem anual sobre o patrimônio líquido do Fundo	Custódia (debitado do Fundo)  Porcentagem anual sobre o patrimônio líquido do Fundo	Controladoria (deduzida da Taxa de Administração)
De 0 de 100	0,18	0,03	0,03
De 100 a 200	0,17	0,03	0,03
Acima de 200	0,16	0,03	0,03
Mínimo Mensal	R\$ 13.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

### *2.8.2. Agência Classificadora de Risco*

O Fundo contratou a Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada para ser responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores. A Agência Classificadora de Risco realizará, trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores.

A Agência Classificadora de Risco poderá ser substituída a qualquer tempo pela Administradora. O Fundo poderá contratar outras agências classificadoras de risco, se for o caso, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco.

### *2.8.3. Auditores Independentes*

O Fundo contratou a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, como responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da Administradora. Os Auditores Independentes poderão ser substituídos a qualquer tempo pela Administradora.

## **2.9. DISTRIBUIÇÃO**

A distribuição das Cotas Seniores, ofertadas publicamente nos termos da Instrução CVM 400, será liderada e realizada pelo BICBANCO, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços.

As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo BICBANCO, sendo emitidas em lote único e indivisível.

## **2.10. ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO**

Diariamente, a partir da Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores até a liquidação do Fundo, a Administradora utilizará as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo de acordo com a seguinte ordem:

- I. Pagamento dos encargos do Fundo;
- II. Constituição das reservas de inadimplência;
- III. Formação de reservas equivalente ao montante estimado dos encargos do Fundo;
- IV. Pagamento dos valores referentes ao resgate de Cotas Seniores;
- V. Pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis; e
- VI. Pagamento dos Valores referentes ao resgate de Cotas Subordinadas.

Não há entre os prestadores de serviços ao Fundo prioridade no recebimento das respectivas remunerações.

## 2.11. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

As Cotas serão valoradas todo Dia Útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o Fundo atua.

Os ativos integrantes da Carteira serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos Direitos de Crédito e dos demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

Por não terem mercado de negociação oficial, os Direitos de Crédito integrantes da Carteira serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os demais ativos da Carteira serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a Carteira será efetuada com base nas cotações obtidas junto à BM&FBOVESPA, Sistema de Informações do BACEN, ou outros mercados organizados em que o ativo for negociado, de acordo com as regras do BACEN e da CVM aplicáveis ao Fundo.

O Custodiante constituirá, de acordo com orientação da Administradora, provisão para os Direitos de Crédito de acordo com a legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da Carteira e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da Carteira será atribuído às Cotas Subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do Fundo será atribuída às Cotas Seniores.

Por outro lado, na hipótese de o Fundo atingir o *benchmark* das Cotas Seniores, equivalente a 112% (cento e doze por cento) da variação anual da taxa do CDI, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às Cotas Subordinadas, razão pela qual estas Cotas poderão apresentar valores diferentes das Cotas Seniores.

Os Direitos de Crédito Inadimplidos submeter-se-ão às regras de provisão indicadas na Instrução CVM 489.

A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos de Crédito do mesmo Cliente (“efeito vagão”).

Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as provisões para devedores duvidosos constituídas e encargos do Fundo .

Para efeito da determinação do valor da Carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

## 2.12. EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

As Cotas serão de classe Sênior e Subordinada. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das Cotas Seniores e Subordinadas serão idênticos.

Apenas as Cotas Seniores são objeto da presente oferta pública, nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

As Cotas Subordinadas serão emitidas em lote único e indivisível, sendo sua oferta pública automaticamente dispensada de registro, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM 400, e serão integralmente subscritas pelo BICBANCO.

As Cotas Seniores foram objeto de classificação de risco (*rating*) pela Agência Classificadora de Risco, e será feita uma reavaliação periódica a cada trimestre. As Cotas Subordinadas não foram e não serão objeto de classificação de risco.

No ato da primeira aplicação no Fundo, o Cotista:

- I. receberá cópia do Regulamento e deste Prospecto;
- II. assinará o termo de adesão ao Regulamento;
- III. declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente;
- IV. assinará o boletim de subscrição de Cotas.

Na emissão de Cotas deverá ser utilizado o valor da Cota em vigor na abertura do Dia Útil da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

A integralização e o resgate de Cotas Seniores serão efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.

As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas parcial ou integralmente em Direitos de Crédito, nos termos do Regulamento e deste Prospecto. Caso o valor da Cota Subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

Não haverá amortização de Cotas.

A critério da Administradora e por se tratar de um condomínio aberto, novas Cotas, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os limites estipulados no Regulamento, especialmente a Relação Mínima. As novas Cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas de mesma classe.

As Cotas serão valoradas todo Dia Útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o Fundo atua.

As Cotas, para fins de resgate, terão seu valor atualizado diariamente.

Observado o Prazo de Carência, a ser respeitado por todos os Cotistas, o resgate das Cotas Seniores poderá ser solicitado por meio de correspondência encaminhada à Administradora, ressalvado o abaixo disposto.

O pagamento dos resgates pode estar sujeito ao fluxo de vencimentos futuros dos Direitos de Crédito. Desta forma, os Cotistas devem estar cientes de que, dependendo do volume de resgates solicitados num mesmo período, há o risco de o Fundo não possuir recursos suficientes para efetuar o pagamento de todos os resgates no prazo solicitado. Neste caso, o Cotista deverá aguardar a monetização dos Direitos de Crédito para efetuar o resgate.

Respeitado o Prazo de Carência, o pagamento do resgate será realizado em 30 (trinta) dias após a data da respectiva solicitação.

Os resgates de Cotas Seniores serão efetuados pelo valor da Cota de abertura no dia do efetivo pagamento dos resgates aos Cotistas.

As Cotas Subordinadas serão resgatadas pelo valor da Cota de abertura do dia efetivo do pagamento do resgate, não havendo carência para resgate.

Admite-se a ocorrência de resgate de Cotas Seniores em data anterior ao vencimento do Prazo de Carência, desde que pelo valor em vigor na data da emissão respectiva, ou no dia da efetivação do resgate, prevalecendo o que for menor.

Na hipótese acima estabelecida, será cobrada a Taxa de Saída, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor resgatado, a qual será descontada no dia do pagamento do resgate, ficando este valor integrado ao patrimônio do Fundo.

Na hipótese de o Cotista Sênior agendar o resgate para a data do vencimento do Prazo de Carência, com no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, por meio de correio eletrônico ou correspondência endereçada à Administradora com aviso de recebimento, não haverá a cobrança da Taxa de Saída.

Na eventualidade de o Cotista, não obstante ter agendado o resgate nos termos do parágrafo acima, requerer o pagamento do resgate em data anterior à do vencimento do Prazo de Carência, será cobrada a Taxa de Saída. Neste caso, o pagamento do resgate será realizado em 30 (trinta) dias após a solicitação de resgate pelo Cotista.

Os valores recebidos pelo Fundo a título de Taxa de Saída serão revertidos em benefício do próprio Fundo.

Para a solicitação de resgate em data posterior ao vencimento do Prazo de Carência, não será cobrada Taxa de Saída sobre os valores resgatados.

Caso o Fundo não possua recursos suficientes para liquidar o resgate de Cotas Seniores no prazo de 30 (trinta) dias acima referido, a Administradora, até que haja patrimônio suficiente para a liquidação integral do resgate, cessará a aquisição de Direitos de Crédito.

As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate de todas as Cotas Seniores, ressalvadas as hipóteses previstas abaixo.

Recebida a solicitação de resgate de Cotas Subordinadas, a Administradora comunicará os titulares de Cotas Seniores no prazo máximo de 03 (três) Dias Úteis após o recebimento da referida solicitação. Neste ato, os titulares de Cotas Seniores deverão ser informados sobre o valor e a data de realização do resgate de Cotas Subordinadas.

Os titulares das Cotas Seniores poderão requerer o resgate de suas Cotas no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da expedição da comunicação referente ao resgate de Cotas Subordinadas. O resgate de Cotas Seniores deverá ser integralmente concluído antes do início do resgate das Cotas Subordinadas.

Após o pagamento dos resgates de Cotas Seniores, nos termos ora previstos, ou transcorrido o prazo fixado acima sem manifestação dos titulares de Cotas Seniores, será realizado o pagamento das Cotas Subordinadas, nos termos do descrito acima, conforme o previsto no Artigo 41 do Regulamento.

As Cotas representativas do patrimônio do Fundo não terão registro para negociação no mercado secundário.

Na hipótese de as Cotas Subordinadas representarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estas poderão ser resgatadas, independente do resgate de Cotas Seniores, visando exclusivamente ao reequilíbrio da Relação Mínima, independentemente de qualquer aviso prévio ao Cotista.

Visando preservar o bom desempenho do Fundo, a Administradora poderá, a seu exclusivo critério, recusar a admissão de novos Cotistas e/ou recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do Fundo, sem que, para tanto, necessite apresentar qualquer tipo de justificativa. Poderá, ainda, fixar valores mínimos de aplicação, resgate e/ou permanência no Fundo.

## 2.13. MECANISMOS DE GARANTIA

Com o objetivo de evitar perdas potenciais, serão estabelecidas provisões para perdas destinadas ao pagamento de inadimplentes dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo. Cada reserva de inadimplência serve para a reposição de perdas ocasionadas pelos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo pelo Cedente.

Não será possível utilizar as reservas de inadimplência de forma conjunta, exceto para pagamentos de eventuais inadimplências por reservas constituídas em função de cedentes que sejam sociedades ligadas, significando estas as sociedades controladoras, direta ou indiretamente controladas, coligadas e, ainda, as sociedades sob controle comum.

As reservas de inadimplência serão alocadas na aquisição de Ativos Financeiros, nos quais os rendimentos serão revertidos exclusivamente ao Fundo. São deduzidas das reservas de inadimplência multas, diferenças de valor, juros de inadimplementos, emolumentos de protestos e custos relacionados a cobranças de Direitos de Crédito Elegíveis não pagos.

O montante a ser alocado em cada reserva de inadimplência será definido em nome do Fundo pela Administradora e o Cedente. Em casos onde forem definidas reservas de inadimplência e ocorrer adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis, o Cedente fará jus ao recebimento de um valor adicional ao preço de aquisição.

## 2.14. RELAÇÃO MÍNIMA

Em conformidade com o Artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a Relação Mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas, observada a seção 2.4. acima (página 26), bem como o Artigo 14, Parágrafo 2º, VII, do Regulamento. Esta razão será calculada e verificada diariamente pela Administradora e será acessível aos Cotistas, mensalmente, através do *site* da Administradora ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)).

Na hipótese de inobservância da Relação Mínima acima estabelecida, com Cotas Subordinadas representando menos que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I. A Administradora imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.
- II. A Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:
  - a) noticiará a inobservância da Relação Mínima e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ele direta ou indiretamente controladas ou coligadas que providencie o restabelecimento da Relação Mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação; e
  - b) informará ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas o número mínimo de Cotas Subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer a Relação Mínima.
- III. O BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ele direta ou indiretamente controladas ou coligadas deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no item II acima, tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Relação Mínima.
- IV. Na hipótese de a Administradora verificar que, decorrido o prazo do item II acima, não se alcançou o restabelecimento da Relação Mínima, quer em virtude da não subscrição, por parte do BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ele direta ou indiretamente controladas ou coligadas, de um número de Cotas Subordinadas suficientes para atender ao disposto no item II acima quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela Administradora; b) substituição da Administradora no exercício das funções em relação ao Fundo; e/ou c) pela liquidação antecipada do Fundo.

A Administradora poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas a qualquer tempo, a fim de restabelecer a Relação Mínima, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XVII do Regulamento e na seção 2.12. deste Prospecto (página 36).

## 2.15. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II. alterar o regulamento do Fundo;
- III. deliberar sobre a substituição da Administradora;
- IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e
- V. deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I. ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- II. não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- III. não exercer cargo no BICBANCO.

A convocação da Assembléia Geral de Cotistas far-se-á mediante anúncio publicado no DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Cotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora.

Independentemente das formalidades acima previstas, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado o abaixo disposto.

As deliberações relativas à (i) substituição da Administradora, (ii) elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução, e (iii) incorporação, fusão, cisão, liquidação do Fundo, nos termos do Artigo 49 do Regulamento, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na assembléia geral a Administradora e seus empregados.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação acima referida deve ser providenciada mediante anúncio publicado no DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, bem como por correio eletrônico, nos termos do Artigo 60 da Instrução CVM 356.

As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I. lista de Cotistas presentes na Assembléia Geral;
- II. cópia da ata da Assembléia Geral;
- III. exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV. modificações procedidas no Prospecto.

## 2.16. DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à Administradora, ou aos Cotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da Carteira pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas:

- I. inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo IX do Regulamento e na seção 2.6. deste Prospecto (página 29), que não seja um Evento de Liquidação;
- II. renúncia da Administradora à administração do Fundo;

- III. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º do Artigo 28 do Capítulo XI do Regulamento e na seção 2.8. deste Prospecto (página 33), desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- IV. aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com as características descritas no Parágrafo 2º do Artigo 14 do Regulamento e na seção 2.4. deste Prospecto (página 26) ou os Critérios de Elegibilidade;
- V. não subscrição, por qualquer motivo, pelo BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso II, do Parágrafo 1º, do Artigo 48 do Regulamento, e a seção 2.14. deste Prospecto (página 39), de tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Relação Mínima;
- VI. se houver rescisão do Contrato de Custódia;
- VII. ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;
- VIII. existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados;
- IX. não pagamento, na data de resgate do valor do resgate das Cotas Seniores;
- X. resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Prospecto e no Regulamento;
- XI. caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- XII. caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 23% (vinte e três por cento);
- XIII. caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 21% (vinte e um por cento);
- XIV. caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 18% (dezoito por cento); e
- XV. caso o CDI seja superior a 175% (cento e setenta e cinco por cento) que o CDI do dia imediatamente anterior.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, conforme acima descritos, a Administradora suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos na seção abaixo, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos respectivos valores previstos para resgate na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

## 2.17. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- I. sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim;
- II. se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- III. caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- IV. impossibilidade do Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos;
- V. se houver decretação de intervenção e/ou liquidação extrajudicial ou cassação da autorização para funcionamento do BICBANCO;

- VI. constatação, pela Administradora, de que o BICBANCO cedeu, ou tentou ceder ao Fundo, Direitos de Crédito sem lastro, onerados ou gravados;
- VII. caso a Administradora deixe de convocar Assembléia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses de Eventos de Avaliação;
- VIII. caso o BICBANCO deixe de comunicar à Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;
- IX. renúncia da Administradora ou do Custodiante com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Prospecto e no Regulamento;
- X. caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
- XI. caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 23% (vinte e três por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;
- XII. caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 21% (vinte e um por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; e
- XIII. caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 18% (dezoito por cento) por 2 (dois) meses consecutivos.

Se a decisão da Assembléia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor destas.

Na liquidação antecipada do Fundo, não havendo a disponibilidade de recursos, os Cotistas poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da Carteira, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese da Assembléia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora e o Custodiante estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizados a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Administradora deverá notificar os Cotistas, (i) para que estes elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora e do Custodiante perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores existentes.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos de crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas acima definidos. A Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Cotistas deliberem sobre as

medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Cotistas dissidentes.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o Artigo 32 do Regulamento e a seção 2.11. deste Prospecto (página 35), em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de cotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se:

- I. os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, nos termos descritos nesta seção, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no Artigo 32 e seguintes do Regulamento e na seção 2.11. deste Prospecto (página 35), desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim; e
- II. que a Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o Artigo 32 do Regulamento e a seção 2.11. deste Prospecto (página 35), acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral; e ii) que cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

## 2.18. ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento e neste Prospecto ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- X. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, como representante dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

O Fundo arcará com todas as despesas que porventura venham a ser incorridas pelo Fundo com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos do Contrato de Cessão, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos ora referidos.

Por exclusiva decisão da Administradora, o Fundo, poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade do BICBANCO em efetivar os procedimentos de cobrança; (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (iii) do descumprimento dos termos do Contrato de Cessão. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo, nos termos desta seção.

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Cotas Seniores, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas ora referidos serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas Seniores em circulação, não estando a Administradora, o BICBANCO, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos ora tratados.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento ora referido e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, o Custodiante, o BICBANCO, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta seção.

Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos desta seção, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

## 2.19. PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, tal como a eventual alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da respectiva Carteira, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, qual seja, o DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços, ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os Cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

Em caso de substituição do DCI - Diário do Comércio, Indústria e Serviços, os Cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I. o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III. o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I. de 15 (quinze) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando do informe mensal de que trata a Instrução CVM 489; e
- II. de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM, sendo auditadas anualmente pelos Auditores Independentes, de acordo com as disposições legais aplicáveis, observado que devem constar nos relatórios a serem divulgados pela Administradora, os seguintes itens:

- I. Parecer dos Auditores Independentes opinando se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial do Fundo.
- II. Demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a regulamentação da CVM; e
- III. Notas explicativas.

O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de setembro e encerramento em 31 de agosto de cada ano.

Aplicam-se ao Fundo as disposições da Instrução CVM 489.

## 2.20. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

A Administradora, na qualidade de gestora da Carteira, adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A política de exercício de direito de voto orienta as decisões da Administradora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários de titularidade do Fundo que confirmam a este o direito de voto.

A versão integral da política de exercício de direito de voto da Administradora encontra-se disposta no *website* desta, no endereço: [http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/concordia\\_corretora\\_politica\\_de\\_voto.pdf](http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/concordia_corretora_politica_de_voto.pdf).

## 2.21. TRIBUTAÇÃO

O disposto a seguir foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

### (i) Tributação Aplicável aos Cotistas

#### *IOF*

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos) regressivo, nos termos do Artigo 23 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado.

Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos regressivo será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Cotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos regressivo, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos regressivo pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, incidente no resgate de Cotas.

Considerando o Prazo de Carência para resgate das Cotas Seniores, não haverá a incidência do IOF-Títulos regressivo.

Os valores aportados no Brasil por parte dos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Operações de Câmbio (IOF/Câmbio) quando das liquidações das operações de câmbio contratadas por estes investidores.

A alíquota do IOF/Câmbio é definida, conforme o evento a ser considerado, nos termos do Artigo 15-A do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado.

#### *Imposto de Renda*

Os rendimentos decorrentes da aplicação no Fundo estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(a) Para o Cotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

##### Para fundos com carteira de longo prazo<sup>1</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

##### Para fundos com carteira de curto prazo<sup>2</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;

Por se tratar de fundo de investimento aberto, semestralmente, no último Dia Útil dos meses de maio e novembro de cada ano, será realizada pela Administradora a retenção do IRRF (“come-cotas”), em valor equivalente a 20% (para fundos classificados como de curto prazo) ou 15% (para os rendimentos relativos a fundos classificados de longo prazo). Por ocasião do resgate das Cotas é aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas apresentada anteriormente.

(b) Para Cotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil:

---

<sup>1</sup> Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

<sup>2</sup> Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

os rendimentos auferidos no resgate das Cotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra.

O imposto de renda pago será considerado: (i) definitivo, no caso de Cotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica - IRPJ para os Cotistas pessoas jurídicas. Ademais, no caso de pessoa jurídica, o ganho será incluído na base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

(c) Demais cotistas domiciliados no Brasil:

No caso de o Cotista ser Entidade Aberta de Previdência Complementar ou Entidade Fechada de Previdência Complementar, fica dispensada a retenção na fonte e o pagamento em separado do IR sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar, nos termos do Artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, conforme alterada.

Na hipótese de o Cotista ser instituição financeira, sociedade de seguro e de capitalização, sociedade corretora de títulos e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários ou sociedade de arrendamento mercantil, poderá haver dispensa do IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações em fundos de investimento, nos termos do Artigo 774 do Regulamento do Imposto de Renda, Decreto 3.000, de 26 de março de 1999.

Por fim, os rendimentos auferidos pela carteira de fundos de investimento são isentos do IR, nos termos do Artigo 14 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.022, de 5 de abril de 2010, conforme alterada.

(d) Para os Cotistas residentes ou domiciliados no exterior, se os recursos não foram cursados na forma da Resolução CMN 2.689, ou, mesmo tendo sido, se forem oriundos de paraíso fiscal, tais cotistas se sujeitam ao mesmo regime tributário de IRRF dos Cotistas nacionais (aplicam-se as mesmas regras). Caso contrário, tratando-se de aplicações em fundos de investimento a incidência de IRRF só se dará no resgate das Cotas - ou na cessão - à alíquota de 15%, exceto quando se tratar de Fundo de Investimento Renda Variável, Fundo de Investimento Exclusivo para investidor estrangeiro em que a carteira seja composta por no mínimo 98% em títulos públicos, Fundo de Investimento em Participações, em Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações, ou em Fundo de Investimento em Empresas Emergentes.

#### *Exceções e Outras Incidências*

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Cotista estiver sujeito.

## (ii) Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

### *IOF*

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos regressivo à alíquota zero.

### *Imposto de Renda*

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira é isenta do imposto de renda.

### *Outras Incidências*

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

## 2.22. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Protocolo do pedido de registro na CVM	Em 29 de setembro de 2011.
Concessão do Registro da Oferta pela CVM	Em 20 de outubro de 2011.
Publicação do Anúncio de Início	Em 08 de dezembro de 2011.
Prazo de Colocação	As Cotas Seniores deverão ser subscritas e integralizadas dentro de 2 (dois) anos contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta, nos termos da decisão do Colegiado da CVM proferida no âmbito do Processo CVM nº RJ-2007-11393.
Publicação do Anúncio de Encerramento	Em 08 de dezembro de 2013.

As datas acima são meramente estimativas, estando sujeitas a alterações.

## 2.23. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta quando verificar ilegalidade ou violação do Regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Cotas ofertadas, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, aos quais se aplicará a regra de restituição descrita na seção 2.24. abaixo (página 51).

## 2.24. MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

A Oferta poderá ser revogada ou sofrer modificações, mediante aprovação da CVM, em função de alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou nas circunstâncias que fundamentem o referido pedido. Além disso, a Oferta também poderá sofrer modificações de modo a melhorá-la em favor dos investidores e/ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pelo Fundo.

A eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo BICBANCO, na qualidade de instituição coordenadora líder da Oferta, aos investidores, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início da Oferta.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação do BICBANCO, na qualidade de instituição coordenadora líder da Oferta, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Nas hipóteses de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, quando de uma eventual modificação das condições da Oferta, nos termos dos Artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados pelos investidores na integralização de Cotas durante o prazo de colocação das Cotas serão integralmente restituídos pelo Fundo aos respectivos investidores no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (a) da data em que a Oferta for revogada ou (b) da data em que a revogação da aceitação da Oferta por

cada investidor for comunicada ao BICBANCO, na qualidade de instituição coordenadora líder da Oferta, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos dos encargos e tributos devidos, tais como Imposto de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras, observadas as alíquotas previstas na legislação vigente. Nestes casos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação ao BICBANCO, na qualidade de instituição coordenadora líder da Oferta, referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição de Cotas referentes às Cotas já integralizadas, que ficarão automaticamente cancelados.

## 2.25. ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

Os Direitos de Crédito cedidos poderão ser substituídos em caso de inadimplemento ou no caso de não performance. Nestes casos, os Direitos de Crédito poderão ser substituídos por créditos garantidores de montante, prazo e condições equivalentes, que não causem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

Os Direitos de Crédito não poderão ser acrescidos ou removidos, salvo em decorrência de novas operações firmadas entre o Fundo e a Cedente, sempre em condições que não gerem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

## 2.26. DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

Além das despesas de registro, relativas ao pagamento da taxa de fiscalização da CVM, nos termos da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, conforme alterada, referente à Oferta e da taxa de registro do Regulamento no competente cartório de Registro de Títulos e Documentos, dos custos relacionados às publicações relativas à Oferta, das comissões relativas aos serviços de colocação das Cotas devidas ao BICBANCO, na qualidade de instituição coordenadora líder da Oferta, e aos honorários da Agência Classificadora de Risco e dos consultores legais, a Administradora não incorreu em outros custos relacionados à Oferta.

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelos Auditores Independentes são incorridos pelo Fundo com relação às atividades normalmente desenvolvidas pelo Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta.

A tabela abaixo discrimina a estimativa dos custos a serem incorridos com a Oferta.

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
Despesas de registro	134.500,00	0,0090%
Publicações	35.000,00	0,0023%
Comissão de colocação	0,00	0
Agência Classificadora de Risco	55.000,00	0,0037%
Auditores Independentes	30.000,00	0,0020%
Assessoria legal	105.000,00	0,0070%
Outras despesas	10.000,00	0,0007%
Total	369.500,00	0,0246%

Custo Unitário de Distribuição	
Preço por Cota (R\$)*	Custo por Cota (R\$)
1.000,00	0,246
* com base no preço de emissão na Data da 1ª Emissão das Cotas Seniores	
Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Total da Distribuição (R\$)
1.500.000.000,00	369.500,00

O valor de despesas de registro informado acima refere-se, (i) ao pagamento das taxas da CVM em função do registro da oferta das Cotas, no montante de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais) para as Cotas Seniores; (ii) ao pagamento das despesas com o registro do Fundo no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iii) ao pagamento das despesas com o registro do Fundo na ANBIMA.

As despesas acima mencionadas incorridas pela Administradora serão reembolsadas a esta pelo Fundo, na medida em que se constituam encargos do Fundo, nos termos descritos na seção 2.18. deste Prospecto (página 44) e no Artigo 56 da Instrução CVM 356.

## 2.27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no Fundo, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e este Prospecto. O histórico da performance do Fundo poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Cotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Cotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o Fundo, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do Fundo, bem como receber críticas e sugestões.

### Exemplares do Prospecto

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora do Fundo e gestora da Carteira:

CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

E-mail: locaspi@concordia.com.br

Website: <http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/bic-banco-corporativo-aberto/Prospecto.pdf>

Instituição coordenadora líder da Oferta:

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

Avenida Paulista, nº 1.048, 12º andar

Bela Vista, São Paulo - SP

CEP 01310-100

CNPJ/MF: 07.450.604/0001-89

Telefone: (11) 2173-9461

Fax: (11) 2173-9350

At.: Sr. Marcos Pinto Cesar Kairuz

E-mail: marcos.kairuz@bicbanco.com.br

Website: <http://www5.bicbanco.com.br/port/infofinan/prospecto.asp#> -> FIDC

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, nº 111

2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares

CEP 20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3545-8686

Internet: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) -> Fundos de Investimento -> Consulta Consolidada de Fundo

São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

Edifício Delta Plaza

CEP 01333-010 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 2146-2000

CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-919

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

Jardim Paulistano, São Paulo - SP

CEP 01452-001

Website: <http://www.cetip.com.br/index.asp> -> Valores Mobiliários (Prospectos) -> Prospectos de Fundos de Investimento (Cotas de Fundos Abertos)

## 2.28. ATENDIMENTO AO COTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do Fundo, potenciais investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

E-mail: [locaspi@concordia.com.br](mailto:locaspi@concordia.com.br)

Website: [www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a presente distribuição poderão ser obtidas junto à Administradora.

## 2.29. DISPOSIÇÕES GERAIS

Para fins do disposto no Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida entre a Administradora, o Custodiante, o Cedente e os Cotistas, inclusive para convocação de Assembleias Gerais de Cotistas e procedimentos de consulta formal.

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao Fundo ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

\* \* \*

### 3. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

---

### 3.1. ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O BICBANCO é instituição financeira que, no curso normal de seus negócios, dentre outras atividades, concede empréstimos e financiamentos a seus Clientes por meio da realização de Contratos de Empréstimo com Cessão Fiduciária, podendo contar com outras Garantias, quando for o caso.

Caracterizam-se como Direitos de Crédito Elegíveis a comporem o patrimônio do Fundo (i) os valores devidos pelos Clientes ao Cedente decorrentes de Contratos de Empréstimo com Cessão Fiduciária, (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando, à Cessão Fiduciária e às demais garantias e (iii) todos os Documentos Representativos do Crédito.

A aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada com base nas regras, condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão.

A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o BICBANCO, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

O Custodiante manterá sob sua custódia as vias originais dos Documentos Representativos do Crédito referentes aos Direitos de Crédito, responsabilizando-se pela sua guarda física durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto no Contrato de Custódia. Os Documentos Representativos do Crédito serão enviados ao Custodiante pelo Cedente imediatamente após a aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo Fundo.

Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia, e tendo em vista a quantidade e natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos de Crédito (ou seja, dos Documentos Representativos do Crédito), trimestralmente, por amostragem, comunicando o resultado desta verificação à Administradora, aos Auditores Independentes, ao Cedente e à Agência Classificadora de Risco.

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:

a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Representativos do Crédito, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;

b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

(i) Grau de Confiança: 95%;

(ii) Limite de Erro Tolerável: 5%.

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

A análise dos Documentos Representativos do Crédito será feita nos seguintes itens:

- I. Número do Contrato de Empréstimo e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão;
- II. Número do CNPJ do Cliente e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão;
- III. Nome do Cliente e sua correlação com o nome informado no Contrato de Cessão;
- IV. Dia de vencimento do Contrato de Empréstimo e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão;
- V. Número de parcelas do Contrato de Empréstimo cedidas ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão;
- VI. O valor total cedido ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão;
- VII. Assinatura do Contrato de Empréstimo;
- VIII. Assinatura do representante do Cedente no Contrato de Empréstimo;
- IX. Assinatura de 2 (duas) testemunhas identificadas com nome e número de inscrição no CPF no Contrato de Empréstimo;
- X. Local e data estão preenchidos no Contrato de Empréstimo, e
- XI. Registro em cartório da Cessão Fiduciária.

Em decorrência do disposto nos itens acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Representativos do Crédito.

### 3.2. TAXA DE DESCONTO PARA A AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo com as mesmas taxas aplicáveis originalmente nos Contratos de Empréstimo, sem que haja a incidência de taxa de deságio. Ou seja, o Cedente deverá efetuar as cessões ao Fundo pela mesma taxa contratada para a remuneração dos Direitos de Crédito que serão cedidos ao Fundo. Desta forma, o Fundo não sofrerá impacto de pré-pagamento por motivo de descasamento dessas taxas.

### 3.3. POLÍTICA DE CRÉDITO DO CEDENTE

1. Em relação à sua política de concessão de crédito e cobrança, o Cedente adota os procedimentos descritos abaixo.

- I. Os Contratos de Empréstimo devem ser celebrados com Clientes somente se as parcelas de pagamento pretendidas forem compatíveis com seu patrimônio e faturamento.
- II. Conforme previsto nos respectivos Contratos de Empréstimo, cada um dos Clientes autoriza o Cedente a realizar o débito, em suas contas de depósito, dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas em cada um dos Contratos de Empréstimo.

2. A avaliação dos dados cadastrais dos Clientes será realizada da seguinte forma:

- I. Conforme a Resolução CMN 2.682 e a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, conforme alterada, para a concessão de crédito são consideradas informações que caracterizem a situação econômico-financeira da empresa, avaliando seu grau de endividamento, capacidade de gerar resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, prazo de pagamentos, contingências e setor de atuação.
- II. Para analisar os itens acima, são determinadas como áreas de risco na classificação dos Clientes: a análise do mercado, avaliação do controle acionário, situação financeira, análise e avaliação da possibilidade de acesso a crédito e a performance futura.
- III. Como parte integrante do processo de avaliação dos dados, as informações cadastrais dos Clientes são atualizadas a cada 180 (cento e oitenta) dias, assim como informações de balanço, faturamento, abertura de endividamento e outros dados gerenciais que permitem avaliar as condições financeiras.
- IV. De acordo com os tópicos destacados, observa-se que o BICBANCO é seletivo no momento da avaliação do crédito, sendo sua carteira composta por empresas de perfis diferenciados, que são cuidadosamente avaliados visando à redução de riscos.

3. A análise de crédito será realizada da seguinte forma:

- I. As características descritas no item 2 (I) acima são consideradas de forma conjunta não prevalecendo um único fator para análise e sim as condições deste fator diante dos demais elementos que caracterizem o Cliente, estabelecendo a razão entre condições externas e internas destes.
- II. Principais pontos considerados na análise de crédito:
  - Situação econômico-financeira;
  - Controle societário/Administração;
  - Setor;
  - Porte;
  - Participação no mercado;
  - Produtos;
  - Fornecedores;
  - Vendas;
  - Concorrência; e
  - Garantia(s).
- III. Dos pontos listados acima é considerada a realização da análise dos setores nos quais os Clientes atuam, em virtude do impacto que as operações podem sofrer tanto pelo cenário econômico geral, como pela condição financeira da empresa.

- IV. Assim como a análise setorial, a previsão de performance futura é considerada na decisão de crédito tendo em vista a conjuntura de mercado, produto, instalações, tecnologia da empresa, situação financeira e demais dados que possam demonstrar qual o comportamento da empresa nos períodos seguintes.
- V. Dentre as áreas de risco mencionadas, a capacidade financeira não apenas da empresa, mas também de seus acionistas e executivos, são fatores considerados no momento de concessão de crédito, onde são observados principalmente se a administração da empresa é familiar ou profissionalizada, quais os recursos dos acionistas, qual a capacidade de investimento, qual a predisposição para investir os lucros, quem são os principais administradores, como são feitos os controles administrativos e principalmente financeiros.
- VI. As classificações de risco (*rating*) dos Clientes são realizadas de acordo com critérios consistentes e que possam ser analisados inclusive com base no histórico de relacionamento do Cliente com o BICBANCO, assim como as informações externas que complementem a verificação. Destaca-se que:
  - a. O BICBANCO utiliza a classificação do risco (*rating*) como fator que determinará o *spread* adequado para a diminuição do impacto dos riscos potencial, considerando variáveis utilizadas.
  - b. A classificação de risco do Cliente (*rating*) é avaliada considerando a situação de mercado, controle acionário da empresa, principais membros da administração, análise financeira da organização, qualidade do relacionamento em instituições financeiras, assim como perspectivas de desempenho nos períodos seguintes.
  - c. O risco potencial dos Clientes é qualificado pela classificação de risco (*rating*), que torna mais seletivo o processo de análise da capacidade de recebimento do principal, juros, comissões, assim como o cumprimento das demais condições estabelecidas.
  - d. A classificação de risco (*rating*) é extensiva a todos os Clientes e todos os Contratos de Empréstimo, sendo realizada da seguinte maneira: em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis: nível AA; nível A; nível B; nível C; nível D; nível E; nível F; nível G e nível H, nos termos da Resolução CMN 2.682, de acordo com os períodos de atraso no pagamento, correspondendo o nível H a atrasos superiores a 180 (cento e oitenta) dias.
  - e. Os Contratos de Empréstimos podem apresentar classificação de risco (*rating*) diferente da classificação de risco atribuída ao Cliente, tendo em vista a(s) garantia(s) oferecida(s) em cada operação.
  - f. Os níveis de risco mencionados acima são diferenciados com base na classificação de risco (*rating*) que permite a administração correta dos riscos, bem como a tomada de decisão em relação a estes.
  - g. A qualidade da tomada de decisão do crédito segue a classificação de risco (*rating*) descrita de acordo com os parâmetros adotados pelo BICBANCO, considerando os elementos necessários à análise de forma conjunta e com o devido rigor.

4. A aprovação de crédito pelo BICBANCO é realizada conforme o descrito abaixo:

- I. Após o processo de análise a concessão de crédito será feita nas condições definidas pelo Comitê de Crédito do BICBANCO, visando garantir que os compromissos financeiros assumidos junto ao BICBANCO sejam honrados.
- II. Portanto, a concessão de crédito de um mesmo Cliente ou grupo econômico deve considerar o grau de risco, admitindo em casos específicos a classificação diversa para determinada operação.
- III. A decisão de concessão de crédito será realizada com base nas condições econômico-financeiras do Cliente, no histórico da atuação do Cliente em relação ao mercado e ao BICBANCO, no total dos riscos diretos (operações contratadas) e indiretos (avais, fianças e coobrigações) junto ao mercado e ao BICBANCO. As condições mencionadas à concessão consideram como:

- a. A situação financeira da empresa demonstra a produtividade e controle, considerando o setor de atuação. Sendo utilizado como fator determinante na concessão de crédito.
  - b. A facilidade de obtenção de crédito junto ao mercado é outro indicativo que o BICBANCO considera fortemente detalhando em quais bancos o Cliente tem crédito, qual o seu relacionamento com estes bancos, em que condições e volume opera, se há restrições com esse Cliente no mercado.
- IV. Seguindo o processo de aprovação, conforme previsto nos Documentos Representativos do Crédito, os Clientes autorizam o Cedente a direcionar os valores recebidos e creditados nas Contas Vinculadas dos Clientes, para liquidação e amortização das parcelas devidas em decorrência dos Contratos de Empréstimo.
- V. Quadro resumo:

SITUAÇÃO FINANCEIRA
Liquidez, lucros, caixa, política investimento e histórico de pagamentos.

PERFORMANCE FUTURA
Transparência, desempenho, confiança, não previsão de mudanças significativas no futuro.

CONTROLE ACIONÁRIO
Administradores, sócios, experiência, capacidade financeira, controles e descentralização da gestão.

MERCADO/ PRODUTO
Liderança no mercado, importância do produto, concorrência, qualidade dos produtos, sazonalidade e barganha.

5. O acompanhamento dos créditos concedidos pelo BICBANCO é realizado da seguinte forma:

- I. A carteira de crédito é constantemente monitorada e avaliada, com o intuito de acompanhar as condições dos Clientes qualificando o comportamento destes e interferindo quando necessário.
- II. Cabe ao BICBANCO a revisão dos riscos significativos de crédito que faz parte do processo de acompanhamento da carteira, revisando as operações realizadas por grupos ou segmentos econômicos afetados por tendências adversas.
- III. Conforme o item acima, o BICBANCO revisa as operações de créditos inadimplentes ou de liquidação duvidosa, acompanhando a situação econômico-financeira dos Clientes, assim como demais elementos que apresentem potencial para atuar como variáveis da carteira de crédito do BICBANCO.
- IV. Outro ponto considerado no acompanhamento de crédito são as variações das classificações de risco que ocorrem diante de fatores que possam afetar a qualidade de crédito como finalidade da operação, valor, prazo, garantia, endividamento, liquidez, fluxo de caixa, pontualidade e ramo de atividade econômica.
- V. As classificações de risco dos Clientes são reavaliadas em qualquer período, caso sejam identificados novos fatores que modifiquem a percepção da qualidade do crédito diante de alterações no risco, em situações

setoriais específicas ou gerais, como crises de mercado, políticas monetária e de taxa de juros, cambial, fiscal e tributária, recessão etc.

- VI. Diante da ocorrência de fatores que levem a reavaliação periódica como no item acima e que sejam considerados um risco para o crédito, o BICBANCO adota uma posição mais conservadora em relação ao Cliente aumentando o rigor na concessão do crédito.
- VII. O acompanhamento de crédito concedido permite verificar se há necessidade de liberação do excedente ao Cliente, caso estes tenham disponibilizado valores suficientes em suas contas de depósito para pagamento das parcelas dos Contratos de Empréstimo ou caso os recebíveis creditados em favor dos Clientes excedam o valor da respectiva parcela mensal do Contrato de Empréstimo.
- VIII. Conforme o item acima, o excedente será liberado sem prejuízo de que os futuros recebíveis eventualmente creditados na Conta Vinculada do Cliente sejam utilizados para a liquidação ou amortização das parcelas mensais subsequentes.
- IX. Mesmo após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, permanecerá o Cedente como responsável pelo regular recebimento dos valores devidos pelos Clientes em decorrência dos Contratos de Empréstimo e dos valores recebidos pelos Clientes entregues em Cessão Fiduciária.
- X. Fica ajustado que os recursos provenientes do recebimento dos Contratos de Empréstimo serão transferidos da Conta Vinculada do Cliente à Conta Autorizada do Fundo, sob a responsabilidade do Cedente.
- XI. Fica ajustado que os recursos provenientes da Cessão Fiduciária serão transferidos das Contas Vinculadas dos Clientes também para a Conta Autorizada do Fundo em até 2 (dois) dias úteis contados de seu recebimento, sob a responsabilidade do Cedente.

6. A recuperação de crédito é realizada observando-se o descrito a seguir:

- I. A recuperação de crédito inicia-se, caso necessário, pelo Cedente ou por terceiros por este contratados, os procedimentos extrajudiciais e judiciais de cobrança dos Direitos de Crédito, tal como previstos no Contrato de Promessa de Cessão.
- II. Caso os recursos necessários à liquidação ou amortização das parcelas dos Direitos de Crédito não sejam disponibilizadas pelos Clientes, quer em razão da inexistência de valores a serem creditados ou em decorrência do simples não pagamento dos valores.
- III. Cabe ao Custodiante exclusivamente a conciliação física e financeira das informações enviadas ao Fundo pelo Cedente, em decorrência deste atuar como único responsável pelo recebimento, conciliação e repasse de valores ao Fundo.
- IV. A parte integrante e essencial do processo de recuperação de crédito, as provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas periodicamente em montantes suficientes para fazer face a perdas possíveis.
- V. As etapas da recuperação de crédito consistirão nas descritas abaixo:

**1ª Etapa**

São consideradas operações em curso anormal aquelas vencidas há mais de 15 dias, para estes casos o BICBANCO adota uma postura mais conservadora estabelecendo programas de ação acompanhados diretamente pelas alçadas superiores do BICBANCO.



**2ª Etapa**

As operações vencidas a mais de 15 dias terão sua classificação alterada conforme os critérios estabelecidos no item 3, se a operação ultrapassar 30 dias em atraso os casos são repassados ao departamento jurídico.

**3ª Etapa**

Mesmo após o encaminhamento para Execução Judicial, os departamentos responsáveis do BICBANCO dão continuidade ao processo de negociação.

Em caso de descumprimento das funções acima indicadas pelo Cedente, este será destituído de suas funções, sendo aplicadas as condições previstas no Regulamento, a Administradora requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos de Crédito para outra instituição.

### 3.4. LIMITES MÁXIMOS DE CONCENTRAÇÃO

Os Limites Máximos de Concentração para a aplicação do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis serão observados pelo Custodiante de acordo com as instruções fornecidas pela Administradora, e encontram-se descritos no Anexo I ao Regulamento, o qual é reproduzido abaixo:

#### **(I) Por Cliente:**

- (a) Nenhum Cliente, isoladamente, poderá ser devedor de Direitos de Crédito em valor igual ou superior ao menor dos valores calculados conforme abaixo:
  - i. Patrimônio líquido do Fundo inferior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais): R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou 8% (oito por cento) da Carteira;
  - ii. Patrimônio líquido do Fundo entre R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) e R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais): R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou 7% (sete por cento) da Carteira;
  - iii. Patrimônio líquido do Fundo superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais): R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou 6% (seis por cento) da Carteira;
- (b) O saldo devedor dos 10 (dez) maiores Clientes não poderá ser superior 53% (cinquenta e três por cento) da Carteira.
- (c) O saldo devedor dos 20 (vinte) maiores Clientes não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento) da Carteira.
- (d) O saldo devedor dos 50 (cinquenta) maiores Clientes não poderá ser superior a 99% (noventa e nove por cento) da Carteira.
- (e) Nenhum Cliente, seu controlador, entidade por ele direta ou indiretamente controlada e coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum poderá ser devedor de Direitos de Crédito em valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da Carteira.

Para fins do disposto neste item (I), o número de Clientes mencionado nas respectivas alíneas deverá ser calculado considerando-se apenas o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF.

**(II) Por ramo de atividade:**

- (a) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes que atuem em um mesmo ramo de atividade não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) da Carteira, exceto com relação aos 2 (dois) maiores setores, devendo em tal caso ser observado o disposto nos itens (b) e (c) abaixo.
- (b) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes cujas atividades preponderantes sejam no principal setor de concentração de Direitos de Crédito do Fundo não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) da Carteira.
- (c) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes cujas atividades preponderantes sejam no 2º principal setor de concentração de Direitos de Crédito do Fundo não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) da Carteira.
- (d) O saldo devedor dos 5 (cinco) maiores setores não poderá ser superior a 67% (sessenta e sete por cento) da Carteira.
- (e) O saldo devedor dos 10 (dez) maiores setores não poderá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) da Carteira.

**(III) Por Estado da Federação:**

Estado	Percentual máximo da Carteira
São Paulo	25% (vinte e cinco por cento)
Outros Estados	15% (quinze por cento) por Estado

**(IV) Por classificação de crédito da operação:**

Não poderão ser adquiridos pelo Fundo Direitos de Crédito em Contratos de Empréstimo com classificação D, E, F, G ou H (incluindo as Garantias), atribuída de acordo com a política de crédito do Cedente (nos termos da seção 3.3. acima, página 58).

O valor dos Direitos de Crédito em Contratos de Empréstimo com classificação C (incluindo as Garantias), atribuída de acordo com a política de crédito do Cedente (nos termos da seção 3.3. acima, página 58), não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

**(V) Por taxa de juros:**

O valor dos Direitos de Crédito com taxa de juros fixa não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

**(VI) Por classificação do Cliente:**

Não poderão ser adquiridos pelo Fundo Direitos de Crédito cujos respectivos Clientes possuam classificação D, E, F, G ou H (excluindo as garantias), atribuída de acordo com a política de crédito do Cedente (nos termos da seção 3.3. acima, página 58).

**3.5. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE PRÉ-PAGAMENTO, INADIMPLEMENTOS E PERDAS**

As informações e estatísticas referentes a direitos creditórios de mesma natureza daqueles a serem adquiridos pelo Fundo foram fornecidas e compiladas pela Cedente, e seguem abaixo de forma resumida, apresentando um panorama sintético de inadimplementos, perdas e pré-pagamento.

A tabela abaixo apresenta dados estatísticos sobre *performance* por fluxo de vencimentos, contemplando as informações sobre inadimplementos e perdas (operações de mútuos vencidas e não pagas) referentes a direitos de crédito com as mesmas características daqueles integrantes da Carteira, no período de fevereiro 2007 a junho 2011, incluindo as faixas de atraso no pagamento dos referidos Direitos de Crédito.

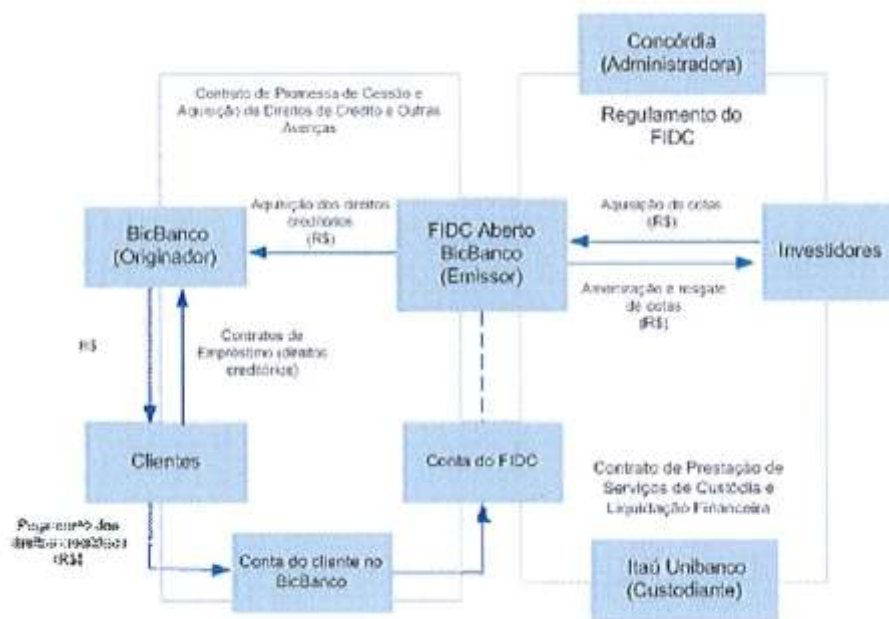
Mês	Pagamentos Pontuais	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atrasos de mais de 180 dias (A)	Não pagos até junho de 2011	Não pagos até Junho de 2011 com mais de 180 dias de atraso (B)	(A) + (B)
fev/07	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/07	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
abr/07	99,73%	0,27%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mai/07	98,28%	1,72%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jun/07	99,79%	0,21%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jul/07	99,85%	0,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ago/07	99,08%	0,92%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
set/07	96,90%	3,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
out/07	83,31%	2,75%	13,94%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/07	94,07%	5,88%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/07	99,85%	0,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jan/08	99,65%	0,35%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
fev/08	96,32%	3,59%	0,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/08	94,87%	5,13%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
abr/08	74,69%	1,58%	23,73%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mai/08	93,25%	6,75%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jun/08	92,45%	7,55%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jul/08	97,40%	2,58%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ago/08	99,19%	0,81%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
set/08	99,83%	0,56%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
out/08	75,34%	24,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/08	91,11%	8,65%	0,24%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/08	96,09%	3,91%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jan/09	71,18%	28,71%	0,11%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
fev/09	99,55%	0,45%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/09	81,44%	18,56%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
abr/09	88,50%	10,13%	1,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mai/09	72,75%	27,25%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jun/09	70,64%	29,36%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jul/09	98,26%	0,44%	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ago/09	89,63%	10,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
set/09	99,93%	0,07%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
out/09	84,27%	15,73%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/09	97,53%	0,32%	0,41%	1,74%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/09	96,75%	1,25%	0,00%	2,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
jan/10	97,28%	1,07%	0,00%	0,85%	0,80%	0,00%	0,00%	0,80%
fev/10	98,16%	1,05%	0,00%	0,79%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/10	98,93%	0,61%	0,00%	0,46%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
abr/10	97,91%	1,37%	0,02%	0,00%	0,70%	0,00%	0,00%	0,70%
mai/10	89,46%	3,36%	2,44%	0,00%	4,74%	0,00%	0,00%	4,74%
jun/10	99,46%	0,28%	0,00%	0,00%	0,27%	0,00%	0,00%	0,27%
jul/10	90,04%	8,46%	0,43%	0,00%	0,16%	0,92%	0,92%	1,08%
ago/10	95,34%	2,92%	0,00%	0,00%	0,11%	1,63%	1,63%	1,74%
set/10	94,55%	2,61%	0,01%	0,00%	0,18%	2,66%	2,66%	2,84%
out/10	93,17%	5,41%	0,06%	0,00%	0,08%	1,28%	1,28%	1,36%
nov/10	85,64%	11,67%	0,01%	0,00%	0,14%	2,54%	2,54%	2,68%
dez/10	95,96%	1,34%	0,00%	0,13%	0,00%	2,57%	2,57%	2,57%
jan/11	93,96%	4,04%	0,00%	0,09%	0,00%	1,90%	0,00%	0,00%
fev/11	92,97%	4,89%	0,00%	0,08%	0,00%	2,06%	0,00%	0,00%
mar/11	94,97%	4,04%	0,07%	0,00%	0,00%	0,92%	0,00%	0,00%
abr/11	90,93%	5,11%	0,20%	0,00%	0,00%	3,77%	0,00%	0,00%
mai/11	94,43%	5,42%	0,00%	0,00%	0,00%	0,15%	0,00%	0,00%
jun/11	94,40%	5,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,19%	0,00%	0,00%

A tabela abaixo mostra os índices de pré-pagamento, em relação à carteira de direitos creditórios do Cedente similar a que será cedida ao Fundo, divididos em 6 (seis) faixas (de um dia de antecedência até mais de trezentos e sessenta dias) relativos ao período de fevereiro de 2007 a junho de 2011.

<b>Pré - Pagamento (Prazo de antecedência em relação ao vencimento)</b>	<b>%</b>
<b>De 1 a 10 dias</b>	<b>6,12</b>
<b>De 11 a 30 dias</b>	<b>3,13</b>
<b>De 31 a 90 dias</b>	<b>0,87</b>
<b>De 91 a 180 dias</b>	<b>0,40</b>
<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>0,32</b>
<b>Acima de 360 dias</b>	<b>0,02</b>
<b>Total</b>	<b>10,85</b>

AS INFORMAÇÕES AQUI APRESENTADAS SÃO HISTÓRICAS E NÃO HÁ GARANTIAS DE QUE A CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS ADQUIRIDA PARA O FUNDO APRESENTE CARACTERÍSTICAS (PERFIL E PERFORMANCE) SEMELHANTES AO HISTÓRICO AQUI APRESENTADO.

### 3.6. DIAGRAMA DA ESTRUTURA



\* \* \*

#### 4. FATORES DE RISCO

---

## FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

Os recursos que constam na Carteira e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

**Riscos de mercado dos Ativos Financeiros:** os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços de tais Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Cotas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e em outros Ativos Financeiros. Assim, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros da Carteira e (ii) das Cotas Seniores. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a Administradora e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Cotistas, em razão dos descasamentos de que trata este item. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

**Riscos de crédito dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros:** o Cedente somente tem responsabilidade pela existência, devida origem e formalização, nos termos da política de cadastro e concessão de crédito (nos termos da seção 3.3. acima, página 58), dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes. O Fundo somente procederá ao resgate das Cotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que o resgate das Cotas ocorrerá integralmente nos prazos descritos no Regulamento e neste Prospecto. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo BICBANCO e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as

operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Nos termos do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão: (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito, previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo, (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Representativos do Crédito, inclusive cedidos simuladamente ao Fundo, (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo sem a verificação das Declarações do Cedente e (iv) de todo e qualquer Direito de Crédito que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento pelo Cedente de suas obrigações, por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente. Em ocorrendo um dos eventos de resolução de cessão, conforme indicado no Contrato de Cessão, o Cedente será obrigado a (i) notificar imediatamente a Administradora e o Custodiante sobre tal fato e (ii) dentro de até 48h (quarenta e oito horas) contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao Fundo o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao preço de aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito objeto de resolução de cessão. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com as suas obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Os Clientes devedores não serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, no entanto, caso o Fundo altere sua estratégia inicial e o Cedente deixe de ser responsável pelo recebimento e transferência, para a Conta Autorizada do Fundo, dos recursos provenientes do pagamento dos Contratos de Empréstimo, os Clientes serão notificados sobre a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, de modo que os pagamentos passem a ser realizados diretamente na Conta Autorizada do Fundo. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício do Cedente, esse será obrigado a restituir ao Fundo os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

**Risco relacionado à auditoria do lastro dos Direitos de Crédito:** o Custodiante realizará auditoria periódica por amostragem nos Documentos Representativos do Crédito dos Direitos de Crédito para verificar o lastro dos Direitos de Crédito e dos respectivos Documentos Representativos do Crédito. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, trimestralmente, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Representativos do Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Cotistas.

**Risco de concentração em um único cedente:** os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pelo BICBANCO. A aquisição de direitos de crédito originados exclusivamente pelo BICBANCO pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo BICBANCO aos Clientes e da capacidade deste originar Direitos de Crédito Elegíveis.

**Risco do originador e de originação:** os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pelo BICBANCO, o que pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo BICBANCO aos Clientes e da capacidade deste originar Direitos de Crédito Elegíveis. Portanto, o

investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pelo BICBANCO os Clientes. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, do BICBANCO na prestação dos respectivos serviços, ou, ainda, o pagamento antecipado das obrigações contratadas pelo Cliente no Contrato de Empréstimo. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos de Crédito pelo BICBANCO pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas estão sujeitos à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros.

**Risco relativo às alterações na política de concessão de crédito:** a Política de Crédito é determinada e periodicamente reavaliada pelo BICBANCO. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos de Crédito e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos de Crédito. Eventuais alterações na política de concessão de crédito do BICBANCO não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Cotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis do BICBANCO. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito do BICBANCO poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos de Crédito a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

**Riscos relacionados ao eventual pré-pagamento de Direitos de Crédito:** os Contratos de Empréstimo poderão conter cláusulas de pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da Carteira. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas nos itens 2.4. e 2.5. acima (páginas 26 e seguintes), a fim de reenquadrar a Carteira, nos termos do Regulamento. Desse modo, a Administradora poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante ou pelo BICBANCO, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**Risco de derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo. Ainda, há possibilidade do Fundo auferir patrimônio líquido negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos Cotistas.

**Risco de liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da Carteira nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a Administradora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos Cotistas, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

**Riscos operacionais envolvendo o Fundo:** o Cedente será responsável pelas funções de recebimento dos Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos, repasse à Conta Autorizada do Fundo, verificação das Declarações do

Cedente e formalização dos Contratos de Empréstimo, entrega dos Documentos Comprobatórios ao Custodiante, Cessão Fiduciária e outras garantias. O descumprimento, pelo Cedente, de determinadas de suas funções pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito, caso em que o Fundo e os Cotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:

a) Cobrança de Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos: o Cedente será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do Fundo. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com o disposto no Regulamento e neste Prospecto, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Cotistas.

b) Formalização dos Contratos de Empréstimo, Cessão Fiduciária e Garantias: o Cedente é responsável pela formalização dos Contratos de Empréstimo, Cessão Fiduciária e outras garantias, os quais envolvem o atendimento a preceitos legais formais para sua correta execução pelo respectivo credor. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com os requisitos legais, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Cotistas.

c) Entrega dos Documentos Comprobatórios ao Custodiante: O Cedente é responsável por entregar ao CUSTODIANTE os Documentos Comprobatórios que correspondam especificamente aos Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com o disposto neste Regulamento, o que poderá acarretar em perdas para o FUNDO e os Cotistas.

d) Atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante: a verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos de Crédito entregues pelo Cedente ao Fundo será realizada pelo Custodiante, com base em informações fornecidas pelo Cedente via arquivo eletrônico, conforme elaborada pelo Cedente. Assim, existe o risco de o Fundo adquirir Direitos de Crédito que não atendam aos Critérios de Elegibilidade caso a o arquivo eletrônico contenha informações incorretas que possam prejudicar a validação realizada pelo Custodiante. O Custodiante não responde por problemas de validação que decorram de erros ou falhas do Cedente na elaboração do arquivo eletrônico de Direitos de Crédito.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do Fundo e pela guarda física dos Documentos Representativos do Crédito, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM 356. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar atraso no cronograma de resgate das Cotas ou até mesmo perdas aos Cotistas e ao Fundo.

**Riscos de descontinuidade:** conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto, o Fundo poderá ser liquidado na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou em caso de determinação da Assembléia Geral. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora ou pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, inclusive, mas não se limitando, nas hipóteses de o Cedente ser submetido à intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, bem como a Regime de Administração Especial Temporária - “RAET”, nos termos do Decreto Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos

Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso o Cedente (i) deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo, ou (ii) decida terminar o Contrato de Cessão e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

Conforme previsto no Regulamento e no Contrato de Cessão, o Cedente poderá exercer o direito de aquisição a qualquer tempo durante o prazo de duração do Fundo, que consiste no direito do Cedente de adquirir a totalidade dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, a seu exclusivo critério, caso as condições do mercado tornem as operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo onerosas do ponto de vista do Cedente. O exercício do referido direito pelo Cedente ensejará a liquidação antecipada automática do Fundo, independentemente de deliberação pela Assembléia Geral, sendo que as Cotas serão antecipadamente resgatadas nos termos do Regulamento. Nessa hipótese, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

Poderão existir outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente. Em caso de redução da originação de direitos de crédito pelo Cedente, não há garantias de que este será originador de direitos de crédito em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento, inclusive o Fundo, ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de direitos de crédito. Por conta do exposto acima, não há garantia de que existirão, durante o período de funcionamento do Fundo, Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

**Risco de desenquadramento:** durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do Fundo, contados a partir da Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores, os limites estabelecidos no Regulamento relativos à alocação de recursos em Direitos de Crédito Elegíveis poderão não ser observados. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do Fundo, contado a partir da Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores, o Fundo deverá ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos de Crédito Elegíveis, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, prorrogar esse prazo por igual período, desde que a Administradora apresente motivos que justifiquem tal prorrogação. Eventual inobservância do prazo acima indicado será tratada como um Evento de Avaliação, nos termos do Capítulo XX do Regulamento e item 2.16. deste Prospecto, na página 41 acima.

**Risco de concentração:** a Administradora buscará diversificar a Carteira. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujos devedores sejam um número reduzido de Clientes, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desses emissores ou Clientes.

**Risco relacionado a fatores macroeconômicos:** o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos

extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Clientes. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos regates.

**Risco da cobrança bancária:** o BICBANCO é também o agente cobrador dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e os recursos transitam por uma conta de titularidade do BICBANCO no período compreendido entre o pagamento e o repasse ao Custodiante, para sua consequente compensação. Caso o BICBANCO sofra qualquer processo de falência, liquidação ou evento assemelhado, tais recursos poderão ficar indisponíveis e, consequentemente, resultar em perda ao Fundo, ocasionando, por sua vez, variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira, que pode levar a uma redução no valor das Cotas Seniores.

**Cobrança judicial e extrajudicial:** a titularidade dos Direitos de Crédito é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Todavia, o BICBANCO é nomeado pelo Fundo, como agente de cobrança do Fundo, dispondo de poderes para cobrar os devedores inadimplentes judicial e extrajudicialmente. O Contrato de Cessão e o Regulamento criam mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantia de que o BICBANCO consiga receber dos Clientes os Direitos de Crédito Inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

**Risco de resgate das Cotas em Direitos de Crédito:** conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

**Risco de atraso no pagamento de resgate:** poderá haver atraso no pagamento do resgate de Cotas, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido, produzindo uma temporária falta de liquidez.

**Risco de questionamento judicial:** os Contratos de Empréstimo podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere: (i) à formalização dos Contratos de Empréstimo, (ii) nas taxas aplicadas e (iii) na forma de cobrança dos Contratos de Empréstimo concedidos, inclusive em função das disposições estabelecidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada (Código de Defesa do Consumidor). Nestes casos, os Contratos de Empréstimo poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, consequentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

**Risco de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória:** O Fundo poderá estar sujeito a riscos, exógenos ao controle da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo, desta forma, comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira do Fundo podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

**Risco de conflitos de interesse:** uma vez que o BICBANCO é o único Cedente de Direitos de Crédito ao Fundo e também atua como agente de cobrança, podendo surgir situações de conflito de interesse, decorrentes de tal fato.

**Ausência de notificação aos Clientes:** a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não será notificada previamente aos Clientes. Ao Custodiante não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte do BICBANCO dos créditos recebidos pelos Clientes, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Clientes, os Direitos de Crédito relativos aos Clientes não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

**Risco de governança:** não obstante o Fundo observar a Relação Mínima (i.e., proporção a ser mantida no patrimônio do Fundo, equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) de Cotas Seniores e 25% (vinte e cinco por cento) de Cotas Subordinadas), novas Cotas Seniores poderão ser subscritas por investidores distintos dos Cotistas, situação que poderá influenciar significativamente nas deliberações da Assembleia Geral de Cotistas, modificando a relação de poderes para alteração dos termos e condições da Oferta e do funcionamento do Fundo. Tal modificação poderá acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

**Risco de fungibilidade:** em seu curso normal, os Direitos de Crédito Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo serão adquiridos junto ao BICBANCO. Desse modo, há risco de falha na segregação do fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, uma vez que o BICBANCO permanecerá como responsável pelo regular recebimento dos valores devidos pelos Clientes em decorrência dos Contratos de Empréstimo e dos valores recebidos pelos Clientes entregues em Cessão Fiduciária, o que pode acarretar perdas ao Fundo e aos seus Cotistas.

**Outros riscos:** o Regulamento prevê que o Cedente será responsável por somente indicar para aquisição, pelo Fundo, Direitos de Crédito que atendam às características previstas no Regulamento, porém referidas características poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a higidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem vir a ser alcançados por obrigações do BICBANCO ou de terceiros, inclusive em decorrência de intervenção ou liquidação extrajudicial, pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar.

A propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

AS APLICAÇÕES NO FUNDO NÃO CONTAM COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DO BICBANCO, DO CUSTODIANTE OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC. ALÉM DISSO, O FUNDO PODERÁ REALIZAR APLICAÇÕES QUE COLOQUEM EM RISCO PARTE OU A TOTALIDADE DE SEU PATRIMÔNIO. ESSAS APLICAÇÕES PODERÃO CONSISTIR, DENTRE OUTRAS, NA AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO OU ATIVOS FINANCEIROS QUE PODERÃO TER RENTABILIDADE INFERIOR À ESPERADA PELA ADMINISTRADORA.

\* \* \*

## 5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

---

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administradora orienta-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Administradora.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" do presente Prospecto, nas páginas 68 a 75) e o cumprimento de sua política de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando acompanhar o nível de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo Cotista.

## 6. INFORMAÇÕES SOBRE O CEDENTE

---

## INFORMAÇÕES SOBRE O CEDENTE

### 6.1. BREVE DESCRITIVO SOBRE O CEDENTE

O BICBANCO é um banco múltiplo privado, de capital nacional, que atua em todo o País e oferece um leque de produtos e serviços destinados a atender, prioritariamente, a necessidade de crédito corporativo das empresas de médio porte (*middle market*). Com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conta com uma equipe de 1.018 funcionários, empenhados em oferecer atendimento ágil e de qualidade a uma base diversificada de clientes, e com uma rede de 45 pontos de atendimento, distribuídas em 33 das principais cidades do País, de 17 Estados, e no Distrito Federal. Mantém, ainda, uma agência em Grand Cayman desde 2002, criada para dar suporte às operações financeiras do Banco no mercado internacional.

Fundado a partir de uma cooperativa de crédito, na Cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, em 1938, o BICBANCO se transformou em um dos grandes *players* do mercado financeiro brasileiro. Atualmente, pelo critério de importância das operações de crédito, ocupa a 5ª posição no *ranking* das maiores instituições de capital privado nacional, a 9ª colocação entre os bancos privados nacionais e estrangeiros e o 14º lugar na lista geral de bancos, incluindo instituições de capital público, conforme dados divulgados pelo BACEN em dezembro de 2010.

Desde 2007, o BICBANCO tem suas ações listadas no nível I de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e, em novembro de 2010, foi escolhido para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa, o ISE 2011, o que recompensa os esforços do BICBANCO para adotar as melhores práticas de sustentabilidade.

Por ser especializado no financiamento à atividade produtiva do setor de middle market, as operações de crédito corporativo respondiam por 96,6% da carteira de negócios do BICBANCO no final de 2010.

A clientela atingiu o número de 13 mil clientes, dos quais 6,8 mil tomadores de crédito, sem concentração de setor, atividade econômica, região geográfica e risco por cliente. O BICBANCO não adquiriu carteiras nem realizou venda ou cessão de crédito e tampouco descontinuou negócios ou produtos.

Atualmente, o Cedente é controlado pela Gemini Holding S.A. (diretamente), pela Primus Holding S.A. (indiretamente, por meio da BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A.) e, diretamente, por alguns membros da família Bezerra de Menezes. A família Bezerra de Menezes atualmente detém 98,25% das ações com direito a voto e 71,65% do capital social do Cedente.

A BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A. foi constituída em 15 de abril de 1985 e autorizada a funcionar pelo Banco Central em 9 de julho de 1985. Essa sociedade não exerce atividades operacionais, sendo sua atuação apenas relacionada à participação que possui no Cedente.

Em 15 de outubro de 2007 o Cedente deu início à negociação de suas ações no Nível 1 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA, através da oferta pública primária de ações preferenciais (IPO) ingressaram R\$ 492 milhões no capital do Cedente. O volume do capital negociado na BM&FBOVESPA (free-float) equivale a 28,35% do total de ações.

Considerando os recursos do IPO e do aporte de capital de R\$ 400 milhões, ocorrido em maio de 2007, o Patrimônio Líquido triplicou atingindo o patamar de R\$ 1,6 bilhão, provendo um adequado espaço de alavancagem, refletido no índice de Basiléia que encerrou 2007 com 19,37%.

Em 3 de novembro de 2009, o Cedente adquiriu 100% da Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, uma companhia sediada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, que concede empréstimos para pessoas físicas (incluindo crédito ao consumidor e financiamento de veículos) e para pequenas empresas. A Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos possui uma rede de bancos correspondentes e uma frente de vendas. Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos possui ainda duas subsidiárias, Sul Financeira Promotora de Vendas Ltda. e Sul Financeira Cobrança Ltda., e um total de 96 empregados.

Em continuidade ao processo de aquisição anunciado em outubro de 2009, o BICBANCO assumiu, em 30 de junho de 2010, o controle operacional da Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos e passou a consolidar os dados contábeis da empresa em suas demonstrações financeiras. O processo de compra foi homologado pelo BACEN e publicado em 21 de junho de 2010.

A Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, que se tornou subsidiária integral do BICBANCO após a capitalização de R\$ 150 milhões, atua há mais de 50 anos principalmente no crédito consignado, empréstimos pessoais, financiamentos de veículos e Crédito Direto ao Consumidor (CDC), na área de pessoa física. Sua aquisição atende ao planejamento estratégico do Banco, que pretende expandir seus negócios e, paulatinamente, operar nos segmentos de varejo e pequenas empresas.

Esta aquisição segue a estratégia do Cedente de criar uma plataforma separada para expandir suas atividades de empréstimos para distribuidores e empresas de pequeno porte, enquanto manteria o foco principal do Cedente no segmento de *middle market*. Contudo, o Cedente não espera que as atividades da Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos representem mais do que 10% do volume total de transações de crédito e resultados de operações. Importante ressaltar que o portfólio da Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos não foi adquirido pelo Cedente.

## **6.2. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS DO CEDENTE**

O quadro a seguir exhibe as informações financeiras selecionadas do Cedente. As informações financeiras selecionadas originaram-se dos balanços patrimoniais auditados para os períodos encerrados em 30 de junho dos anos de 2010 e 2011, elaboradas de acordo com a legislação societária. As Demonstrações Financeiras referentes aos períodos apresentados abaixo foram auditadas pela KPMG.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras selecionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO

EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	Nota	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>		<b>13.344.119</b>	<b>10.701.007</b>	<b>13.483.584</b>	<b>10.886.634</b>
Disponibilidades:	4a.	104.753	243.452	104.966	243.841
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.201.917	1.494.681	2.757.949	1.301.342
Aplicações no mercado aberto	4b.	2.494.393	1.035.559	2.546.605	1.074.022
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	642.803	385.935	146.623	154.133
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	64.721	73.187	64.721	73.187
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		630.280	581.257	706.065	593.222
Carteira própria	5b.	365.383	437.518	441.168	449.483
Vinculados a operações compromissadas	5b.	178.858	38.171	178.858	38.171
Vinculados a prestação de garantias	5b.	81.826	100.688	81.826	100.688
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	4.213	4.880	4.213	4.880
Relações Interfinanceiras		170.023	147.029	170.023	147.029
Pagamentos e recebimentos a liquidar		31.286	26.695	31.286	26.695
Depósitos no Banco Central	7.	138.727	120.190	138.727	120.190
Correspondentes no país		10	144	10	144
Operações de Crédito		7.929.427	6.974.840	8.179.830	7.053.651
Operações de crédito:	8.	8.209.921	7.196.531	8.466.823	7.285.599
Setor público		121.641	109.292	121.641	109.292
Setor privado		8.088.280	7.087.239	8.345.182	7.176.307
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(280.494)	(221.691)	(286.993)	(231.948)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	–	–	227.175	172.668
Arrendamentos a receber - setor privado		–	–	230.838	175.529
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		–	–	(3.663)	(2.861)
Outros Créditos		1.303.718	1.251.986	1.328.342	1.365.893
Avais e fianças honrados		2.287	–	2.287	–
Carteira de câmbio	10.	1.241.462	1.183.802	1.241.462	1.183.802
Rendas a receber		9.913	7.448	9.943	7.478
Negociação e intermediação de valores		703	549	708	110.737
Diversos	11.	64.654	101.389	89.243	105.084
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(15.301)	(41.202)	(15.301)	(41.208)
Outros Valores e Bens		4.001	7.762	9.234	8.988
Despesas antecipadas	12b.	4.001	7.762	9.234	8.988

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO

EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	Nota	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.933.564</b>	<b>3.294.395</b>	<b>4.388.368</b>	<b>3.494.090</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		110.389	6.904	110.389	6.904
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	110.389	6.904	110.389	6.904
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		186.469	268.807	93.751	161.238
Carteira própria	5b.	110.891	107.569	18.173	—
Vinculados a operações compromissadas	5b.	72.471	135.374	72.471	135.374
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	3.107	25.864	3.107	25.864
Operações de Crédito		2.862.685	2.491.264	3.091.263	2.565.331
Operações de crédito	8.	3.073.132	2.641.649	3.304.328	2.719.656
Setor público		110.569	146.173	110.569	146.173
Setor privado		2.962.563	2.495.476	3.193.759	2.573.483
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(210.447)	(150.385)	(213.085)	(154.325)
Operações de Arrendamento Mercantil	8.	—	—	252.917	192.442
Arrendamentos a receber - setor privado		—	—	257.577	196.428
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		—	—	(4.660)	(3.986)
Outros Créditos		680.257	490.128	740.036	528.967
Avais e fianças honrados		—	2.000	—	2.000
Negociação e intermediação de valores		74.554	—	74.554	—
Diversos	11.	605.899	488.144	665.678	526.983
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(196)	(16)	(196)	(16)
Outros Valores e Bens		93.764	37.292	100.012	39.208
Outros valores e bens	12a.	103.374	48.301	106.439	50.118
Despesas antecipadas	12b.	2.375	2.138	5.558	2.237
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(11.985)	(13.147)	(11.985)	(13.147)
<b>Permanente</b>		<b>442.773</b>	<b>387.442</b>	<b>182.909</b>	<b>192.232</b>
Investimentos		356.954	304.115	623	644
Participações em controladas - no país	15.	356.333	303.495	—	—
Outros investimentos		1.068	1.067	1.112	1.171
Provisão para perdas em investimentos		(447)	(447)	(489)	(527)
Imobilizado de Uso	13b.	74.116	56.154	75.821	56.905
Imóveis de uso		78.281	65.178	78.281	65.178
Outras imobilizações de uso		35.547	32.698	38.931	34.634
Depreciações acumuladas		(39.712)	(41.722)	(41.391)	(42.907)
Intangível	13c.	3.890	5.336	98.611	112.405
Ativos intangíveis		5.445	6.142	100.926	113.877
Amortização acumulada		(1.555)	(806)	(2.315)	(1.472)
Diferido	13d.	7.813	21.837	7.854	22.278
Gastos de organização e expansão		83.518	85.584	84.337	87.222
Amortização acumulada		(75.705)	(63.747)	(76.483)	(64.944)
<b>Total do Ativo</b>		<b>17.720.456</b>	<b>14.382.844</b>	<b>18.054.861</b>	<b>14.572.956</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO

EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO	Nota	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>		<b>9.792.528</b>	<b>8.586.502</b>	<b>9.737.942</b>	<b>8.621.035</b>
Depósitos	17a.	6.723.953	5.922.464	6.607.771	5.905.974
Depósitos à vista		316.915	410.315	313.806	408.282
Depósitos de poupança		12.452	12.911	12.452	12.911
Depósitos interfinanceiros		802.389	623.325	802.389	623.325
Depósitos a prazo		5.591.901	4.875.629	5.478.828	4.861.172
Depósitos em moedas estrangeiras		–	121	–	121
Outros depósitos		296	163	296	163
Captações no Mercado Aberto	18.	257.787	291.658	250.307	153.508
Carteira própria		175.808	103.832	168.328	98.032
Carteira de terceiros		81.979	187.826	81.979	55.476
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		418.398	80.252	426.262	191.388
Recursos de letras imobiliárias e de crédito		312.281	–	312.281	–
Recursos de debêntures	20.	–	–	6.966	95.896
Recursos de aceites cambiais		–	–	898	15.240
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	106.117	80.252	106.117	80.252
Relações Interfinanceiras		18.818	21.505	18.818	21.505
Recebimentos e pagamentos a liquidar		18.818	21.505	18.818	21.505
Relações Interdependências		44.572	36.972	44.572	36.972
Recursos em trânsito de terceiros		44.572	36.972	44.572	36.972
Obrigações por Empréstimos	21.	1.769.665	1.504.487	1.769.665	1.504.487
Empréstimos no exterior		1.769.665	1.504.487	1.769.665	1.504.487
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	38.542	12.982	38.542	12.982
BNDES		567	586	567	586
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		37.975	12.396	37.975	12.396
Obrigações por Repasses do Exterior	21.	149.424	156.173	149.424	156.173
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	19.803	125.542	19.803	125.542
Instrumentos financeiros derivativos		19.803	125.542	19.803	125.542
Outras Obrigações		351.566	434.467	412.778	512.504
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		10.910	5.048	11.025	5.063
Carteira de câmbio	10.	132.948	197.921	132.948	197.921
Sociais e estatutárias		3.596	7.791	3.596	7.791
Fiscais e previdenciárias	23.	88.332	91.477	95.129	96.436
Negociação e intermediação de valores		755	805	758	805
Recursos para destinação específica - PSH		19.875	16.331	19.875	16.331
Dívida subordinada	26.	4.552	15.689	4.552	15.689
Diversas	25.	90.598	99.406	144.895	172.469

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO

EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO	Nota	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>5.863.649</b>	<b>3.913.418</b>	<b>6.257.046</b>	<b>4.071.532</b>
Depósitos	17a.	2.630.686	1.534.127	2.609.900	1.523.081
Depósitos interfinanceiros		74.371	18.373	74.371	18.373
Depósitos a prazo		2.556.315	1.515.754	2.535.529	1.504.708
Captações no Mercado Aberto	18.	–	49.536	–	49.536
Carteira própria		–	49.536	–	49.536
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.270.402	696.297	1.371.534	696.297
Recursos de letras imobiliárias e de crédito		38.381	–	38.381	–
Recursos de debêntures	20.	–	–	99.672	–
Recursos de aceites cambiais		–	–	1.460	–
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	1.232.021	696.297	1.232.021	696.297
Obrigações por Empréstimos	21.	54.169	211.680	54.169	211.680
Empréstimos no exterior		54.169	211.680	54.169	211.680
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	4.767	802	4.767	802
BNDES		267	802	267	802
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		4.500	–	4.500	–
Obrigações por Repasses do Exterior	21.	549.452	197.871	549.452	197.871
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	258.818	6.162	258.818	6.162
Instrumentos Financeiros Derivativos		258.818	6.162	258.818	6.162
Outras Obrigações		1.095.355	1.216.943	1.408.406	1.386.103
Fiscais e previdenciárias	23.	353.580	265.026	400.377	292.249
Dívida subordinada	26.	741.775	951.917	741.775	951.917
Diversas		–	–	–	1.336
Diversas - FIDC	25.	–	–	266.254	140.601
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	27.	<b>29.220</b>	<b>13.328</b>	<b>29.762</b>	<b>13.328</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	28.	<b>2.035.059</b>	<b>1.869.596</b>	<b>2.030.111</b>	<b>1.867.061</b>
Capital Social Realizado		1.434.206	1.434.206	1.434.206	1.434.206
De domiciliados no país		1.213.551	1.250.991	1.213.551	1.250.991
De domiciliados no exterior		220.655	183.215	220.655	183.215
Reservas de lucros		600.853	485.276	595.905	482.741
(-) Ações em tesouraria		–	(49.886)	–	(49.886)
<b>Total do Passivo</b>		<b>17.720.456</b>	<b>14.382.844</b>	<b>18.054.861</b>	<b>14.572.956</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	Nota	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>1.312.772</b>	<b>874.519</b>	<b>1.364.090</b>	<b>898.542</b>
Operações de crédito	30a.	1.108.644	801.768	1.145.697	809.245
Operações de arrendamento mercantil		—	—	46.453	23.830
Resultado de títulos e valores mobiliários	30b.	204.118	72.750	171.930	65.466
Resultado de aplicações compulsórias		10	1	10	1
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(918.263)</b>	<b>(455.831)</b>	<b>(921.724)</b>	<b>(465.608)</b>
Captação no mercado	30e.	(536.395)	(372.837)	(536.213)	(376.387)
Empréstimos, cessões e repasses	30f.	79.786	(60.597)	79.766	(60.597)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	30c.	(230.284)	3.224	(230.285)	3.224
Resultado de câmbio	30d.	(27.622)	73.079	(27.622)	73.079
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	(203.728)	(98.700)	(207.370)	(104.927)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>394.509</b>	<b>418.688</b>	<b>442.366</b>	<b>432.934</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(182.785)</b>	<b>(164.908)</b>	<b>(245.444)</b>	<b>(177.517)</b>
Receitas de prestação de serviços		11.440	7.053	13.154	7.350
Rendas de tarifas bancárias		25.045	25.590	25.047	25.590
Despesas de pessoal	30i.	(87.858)	(70.948)	(92.795)	(72.220)
Despesas tributárias	30k.	(31.623)	(27.909)	(34.226)	(29.033)
Resultado de participações em controladas	15.	40.263	7.976	—	—
Outras despesas administrativas	30j.	(68.398)	(56.361)	(75.575)	(59.652)
Outras receitas operacionais	30g.	12.626	9.037	16.698	10.131
Outras despesas operacionais	30h.	(84.280)	(59.346)	(97.747)	(59.783)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>211.724</b>	<b>253.780</b>	<b>196.922</b>	<b>255.317</b>
Resultado não operacional	30m.	(675)	(659)	376	(680)
<b>Resultado antes da Tributação e Participações sobre o Lucro</b>		<b>211.049</b>	<b>253.121</b>	<b>197.298</b>	<b>254.637</b>
Imposto de renda	29c.	(56.072)	(58.112)	(65.867)	(64.088)
Contribuição social	29c.	(31.334)	(34.113)	(35.741)	(35.929)
Ativo fiscal diferido - impostos e contribuições	29c.	43.127	25.446	70.002	29.735
Participações estatutárias no lucro		(18.860)	(6.000)	(18.860)	(6.000)
<b>Lucro Líquido do Semestre</b>		<b>149.910</b>	<b>180.342</b>	<b>148.832</b>	<b>178.355</b>
<b>Número de Ações Integralizadas (mil)</b>	28.	<b>252.904</b>	<b>260.466</b>		
<b>Lucro por Ação do Capital Social - R\$</b>		<b>0,59</b>	<b>0,69</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

EM MILHARES DE REAIS

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
<b>1. Receitas</b>	<b>1.080.908</b>	<b>764.086</b>	<b>1.126.427</b>	<b>782.031</b>
1.1 Intermediação Financeira	1.312.772	874.519	1.364.090	898.542
1.2 Prestação de Serviços	36.485	32.643	38.201	32.940
1.3 Provisão p/créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	(203.728)	(98.700)	(207.370)	(104.927)
1.4 Outras	(64.621)	(44.376)	(68.494)	(44.524)
<b>2. Despesas de Intermediação Financeira</b>	<b>714.535</b>	<b>357.131</b>	<b>714.354</b>	<b>360.681</b>
<b>3. Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>43.396</b>	<b>36.132</b>	<b>53.785</b>	<b>37.982</b>
3.1 Materiais, energia e outros	16.196	13.911	17.869	15.077
3.2 Serviços de terceiros	30.649	24.613	34.903	26.088
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	(3.449)	(2.392)	1.013	(3.183)
<b>4. Valor Adicionado Bruto (1-2-3)</b>	<b>322.977</b>	<b>370.823</b>	<b>358.288</b>	<b>383.368</b>
<b>5. Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>10.797</b>	<b>10.503</b>	<b>11.283</b>	<b>10.801</b>
<b>6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)</b>	<b>312.180</b>	<b>360.320</b>	<b>347.005</b>	<b>372.567</b>
<b>7. Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>40.292</b>	<b>8.006</b>	<b>29</b>	<b>30</b>
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	40.263	7.976	-	-
7.2 Outras	29	30	29	30
<b>8. Valor Adicionado a Distribuir (6+7)</b>	<b>352.472</b>	<b>368.326</b>	<b>347.034</b>	<b>372.597</b>
<b>9. Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>352.472</b>	<b>368.326</b>	<b>347.034</b>	<b>372.597</b>
<b>9.1 Pessoal</b>	<b>90.335</b>	<b>65.342</b>	<b>94.488</b>	<b>66.378</b>
9.1.1 Remuneração direta	78.490	55.369	81.541	56.175
9.1.2 Benefícios	7.411	6.185	8.202	6.315
9.1.3 F.G.T.S.	4.434	3.788	4.745	3.888
<b>9.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>103.764</b>	<b>117.664</b>	<b>94.708</b>	<b>122.764</b>
9.2.1 Federais	98.225	113.154	88.677	117.959
9.2.2 Estaduais	324	236	364	237
9.2.3 Municipais	5.215	4.274	5.667	4.568
<b>9.3 Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>8.463</b>	<b>4.978</b>	<b>9.006</b>	<b>5.100</b>
9.3.1 Aluguéis	8.463	4.978	9.006	5.100
<b>9.4 Remuneração de capitais próprios</b>	<b>149.910</b>	<b>180.342</b>	<b>148.832</b>	<b>178.355</b>
9.4.1 Juros sobre capital próprio	52.000	52.000	52.000	52.000
9.4.2 Lucros retidos	97.910	128.342	96.832	126.355

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## FLUXO DE CAIXA

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - MÉTODO INDIRETO  
EM MILHARES DE REAIS

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido</b>	<b>149.910</b>	<b>180.342</b>	<b>148.832</b>	<b>178.355</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>	<b>176.466</b>	<b>101.774</b>	<b>222.277</b>	<b>117.717</b>
Prov. p/créditos de liquidação duvidosa	203.728	98.700	207.370	104.927
Depreciações e amortizações	10.797	10.503	11.283	10.801
(Reversão)/provisão outras	(450)	354	(450)	354
(Reversão)/provisão com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.339)	349	(1.528)	352
Resultado de participações em controladas	(40.263)	(7.976)	-	-
(Ganho) na venda de imobilizado	(72)	(27)	(72)	(27)
(Ganho) na venda bens não de uso próprio	(1.194)	(129)	(1.741)	(167)
Perda na venda de diferido	-	-	101	-
Amortização de ágio de investimento	5.259	-	5.259	-
Outros	-	-	2.055	1.477
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>326.376</b>	<b>282.116</b>	<b>371.109</b>	<b>296.072</b>
(Aumento)/redução em aplicações interf. de liquidez	30.442	(181.645)	(8.253)	(34.578)
(Aumento)/redução em tít.vais mob. e instr. fin. deriv.	48.917	(274.902)	(52.674)	(204.814)
(Aumento) em relações interf. e interdepend.	(10.566)	(23.269)	(10.566)	(23.269)
(Aumento) em operações de crédito e de arrend. mercantil	(250.098)	(2.149.777)	(314.941)	(2.265.211)
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(142.303)	(205.720)	(188.880)	(316.537)
Aumento em depósitos	612.287	1.825.234	603.900	1.646.907
Aumento em captações no mercado aberto	6.544	326.644	10.377	326.946
(Redução) em outras obrigações	(418)	(14.763)	(11.780)	(46.401)
Aumento em resultado de exercícios futuros	13.792	4.315	14.334	4.315
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais</b>	<b>634.973</b>	<b>(411.767)</b>	<b>412.626</b>	<b>(616.570)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>				
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	24.217	(143.691)	140.510	(136.030)
Alienação de bens não de uso próprio	10.370	552	15.915	613
Alienação de investimentos	-	-	129	234
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	127	29	252	29
Aquisição de bens não de uso próprio	(38.965)	(5.650)	(42.973)	(7.487)
Aquisição de investimentos	-	(150.000)	(129)	-
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento	(6.847)	(10.919)	(7.034)	(11.076)
Aplicação no intangível	(930)	(3.513)	(1.238)	(5.023)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(12.028)</b>	<b>(313.192)</b>	<b>105.432</b>	<b>(158.740)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento em recursos de emissão de títulos	308.113	262.654	312.589	269.391
Aumento em obrig. p/empr. e repasses	112.521	239.821	112.521	239.821
Aumento/(redução) em dívidas subordinadas	(175.774)	557.862	(175.774)	557.862
Dividendos pagos	(17.500)	(25.000)	(17.500)	(25.000)
Juros s/capital próprio pagos	(52.000)	(52.000)	(52.000)	(52.000)
Aquisições de ações próprias	-	(2.194)	-	(2.194)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>175.360</b>	<b>981.143</b>	<b>179.836</b>	<b>987.880</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>798.305</b>	<b>256.184</b>	<b>697.894</b>	<b>212.570</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	2.083.120	1.139.950	2.083.262	1.140.017
Saldo final de caixa e equivalentes	2.881.425	1.396.134	2.781.156	1.352.587
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>798.305</b>	<b>256.184</b>	<b>697.894</b>	<b>212.570</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM MILHARES DE REAIS

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de Lucros			Total
				Legal	Estatutária	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2010</b>		<b>1.434.206</b>	<b>(47.692)</b>	<b>41.000</b>	<b>340.934</b>	<b>–</b>	<b>1.768.448</b>
Dividendos de exercícios anteriores	28c.	–	–	–	(25.000)	–	(25.000)
Recompra de ações		–	(2.194)	–	–	–	(2.194)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	180.342	180.342
Destinações do lucro:							
Remuneração sobre capital próprio	28c.	–	–	–	–	(52.000)	(52.000)
Reservas	28d.	–	–	9.014	119.328	(128.342)	–
<b>Saldos em 30 de junho de 2010</b>		<b>1.434.206</b>	<b>(49.886)</b>	<b>50.014</b>	<b>435.262</b>	<b>–</b>	<b>1.869.596</b>
Mutações do semestre		–	(2.194)	9.014	94.328	–	101.148
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2011</b>		<b>1.434.206</b>	<b>–</b>	<b>58.419</b>	<b>462.024</b>	<b>–</b>	<b>1.954.649</b>
Dividendos de exercícios anteriores	28c.	–	–	–	(17.500)	–	(17.500)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	149.910	149.910
Destinações do lucro:							
Remuneração sobre capital próprio	28c.	–	–	–	–	(52.000)	(52.000)
Reservas	28d.	–	–	7.495	90.415	(97.910)	–
<b>Saldos em 30 de junho de 2011</b>		<b>1.434.206</b>	<b>–</b>	<b>65.914</b>	<b>534.939</b>	<b>–</b>	<b>2.035.059</b>
Mutações do semestre		–	–	7.495	72.915	–	80.410

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 6.3. CAPITAL SOCIAL

O capital social do Cedente, na data deste Prospecto, é de R\$ 1.434,206 mil, estando totalmente integralizado e dividido em 160.206.833 ações ordinárias e 92.696.736 ações preferenciais, perfazendo um total de 252.903.569 ações em circulação, conforme descrito no quadro abaixo, que destaca a participação total dos principais acionistas do Cedente.

Estrutura Acionária – 31 de Dezembro de 2010						
	ON	%	PN	%	Total	%
Acionista Controladores	101.799.268	63,54%	3.551.682	3,83%	105.350.950	41,66%
– Gemini Holding	74.472.265	46,48%	2.323.072	2,51%	76.795.337	30,37%
– Bic Corretora	27.327.003	17,06%	1.228.610	1,32%	28.555.613	11,29%
Grupo Bezerra de Menezes	55.597.615	34,71%	20.248.051	21,84%	75.845.666	29,99%
Ações em Circulação (Free Float)	2.809.950	1,75%	68.897.003	74,33%	71.706.953	28,35%
<b>Total</b>	<b>160.206.833</b>	<b>100,00%</b>	<b>92.696.736</b>	<b>100,00%</b>	<b>252.903.569</b>	<b>100,00%</b>

#### 6.4. ATIVIDADES DO CEDENTE

A principal linha de negócio do Cedente reside em operações bancárias com indústrias, empresas comerciais ou do setor de serviços que necessitem de financiamento de curto ou médio prazos e que se encontrem no segmento de *middle market*, sendo possível a flexibilização para empresas que possuam faturamento maior ou menor. Os produtos e serviços oferecidos a estes clientes incluem empréstimos de capital de giro garantidos por recebíveis diversos, financiamento do comércio exterior (*trade finance*), repasse de recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a estruturação de outros produtos, depósitos a prazo e concessão de garantias.

Parcela subsidiária da carteira de crédito do Cedente é destinada aos clientes do segmento de varejo, mais especificamente em operações de empréstimo para servidores públicos na ativa, atividade realizada pelo Cedente desde 1996.

Em complementação aos produtos e serviços, o Cedente também oferece serviços de cobrança, além de realizar operações de *private banking* e de arrendamento mercantil, esta última por meio da BIC Arrendamento Mercantil S.A.

Na data deste Prospecto, o Cedente conta com uma carteira diversificada e pulverizada em diversos ramos de negócios.

#### 6.5. ADMINISTRAÇÃO

##### 6.5.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como missão centralizar as decisões de negócio, fiscalizar o efetivo cumprimento de suas determinações e estabelecer políticas e diretrizes econômico-financeiras e administrativas, com foco na geração de valor para o BICBANCO, acionistas e demais *stakeholders*. É constituído por quatro membros com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Para ser membro do Conselho de Administração, o BICBANCO não exige conhecimentos e qualificações específicas ou avaliações formais. Três dos quatro conselheiros atuais são representantes do grupo de controle, com participação por meio de *holdings*, de forma direta ou indireta. O presidente do BICBANCO é um dos conselheiros, mas não acumula a função de presidente do Conselho, assim como os demais diretores executivos.

Cumprindo meta estipulada para 2010, o BICBANCO elegeu um membro independente para compor seu Conselho de Administração: Daniel Joseph McQuoid, executivo com sólida formação e carreira internacional no setor financeiro. Atuou durante 24 anos no Bank of America onde exerceu o cargo de Diretor Presidente; co-fundador da Capitania Advisors, empresa especializada em assessoria econômico-financeira estratégica e de gestão de riscos financeiros; foi vice-presidente e membro do Comitê Executivo do BankBoston no Brasil; ocupou os cargos de vice-presidente e membro do Conselho Consultivo na JHSF Participações S.A. e figurou como membro do Conselho de Administração do Banco Standard de Investimentos.

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração do Cedente era formado pelos seguintes membros efetivos:

Composição do Conselho de Administração em 31/12/2010			
Nome	Cargo no Conselho de Administração	Data da Eleição	Encerramento do Mandato
José Adauto Bezerra	Presidente	19/10/2009	AGO Abril/2011
Francisco Humberto Bezerra	Conselheiro	19/10/2009	AGO Abril/2011
José Bezerra de Menezes	Conselheiro	19/10/2009	AGO Abril/2011
Daniel Joseph McQuoid	Conselheiro Independente	25/05/2010	AGO Abril/2011

#### 6.5.2. Estrutura organizacional e comitês

O BICBANCO adota uma estrutura organizacional que segmenta suas operações por áreas, produtos e regiões. Esse modelo permite que os departamentos aprimorem processos e atendam às necessidades próprias, com vistas a maior eficiência e melhor desempenho operacional e administrativo. Paralelamente, foram criados 14 comitês especializados para oferecer suporte à alta administração, que estabelecem uma comunicação entre as áreas técnicas e decisórias, a fim de propiciar o compartilhamento de ideias e informações, a adoção de medidas mais consistentes e o alinhamento de estratégias. As decisões dos comitês são formalizadas por meio de atas e as questões pendentes são discutidas a cada nova reunião de acordo com a periodicidade de cada comitê. Mais informações sobre 14 comitês listados abaixo estão divulgadas no site [www.bicbanco.com.br/ri](http://www.bicbanco.com.br/ri):

- Comitê de Diretoria Executiva (CDE);
- Comitê Operacional;
- Comitê Executivo de Crédito;
- Comitê Executivo de Tesouraria;
- Comitê Diretor de Informática;
- Comitê de Controles Internos;
- Comitê de Riscos;
- Comitê de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Ilícitos;
- Comitê de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Ilícitos - Cayman;
- Comitê de Segurança da Informação;
- Comitê de Ética;
- Comitê Azul - Sustentabilidade;
- Comitê de Avaliação do Processo de Crédito; e
- Comitê de Governança Corporativa.

#### 6.5.3. Conselho Fiscal

Cabe ao Conselho Fiscal acompanhar as atividades da administração do BICBANCO, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas. Atualmente, o BICBANCO não dispõe de um Conselho Fiscal constituído. Quando eleito, o Conselho terá no mínimo três e, no máximo, cinco membros efetivos, com igual número de suplentes.

## 7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

## 7.1. INFORMAÇÕES SOBRE AS PARTES

### 7.1.1. Administradora do Fundo e gestora da Carteira - Concórdia

Com vinte e cinco anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Concórdia possui escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro, e conta com profissionais especializados, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para seus investimentos.

Com destacada atuação na BM&FBOVESPA, realiza a intermediação para seus Clientes de negócios em ações, futuros financeiros, *commodities* e títulos públicos e privados, com experiência em operações de *hedge* e *swaps*.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos e exclusivos.

Pioneira, desde 2003 a Concórdia dedica-se à prestação de serviços com foco em administração, gestão e distribuição de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios. Tendo atuado em mais de vinte e cinco operações, possui vasta experiência em estruturas fiduciárias de securitização de recebíveis.

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios sob administração da Concórdia são submetidos a rigorosos processos de monitoramento de suas operações, garantindo conformidade com a legislação vigente e os mais altos padrões éticos e morais.

Atualmente, a Concórdia administra e/ou presta serviços de gestão de carteiras para 16 (dezesesseis) fundos de investimento, com um patrimônio líquido total de, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões.

### 7.1.2. Custodiante - Itaú Unibanco S.A.

O Itaú Unibanco S.A. será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

O Custodiante presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 (trinta) anos, tem profundo conhecimento do mercado financeiro local, ampla gama de clientes e grande capilaridade, o que potencializa sua capacidade de atuação como Custodiante do Fundo. Atua, de modo competitivo e independente, em todos os segmentos do mercado financeiro, oferecendo um leque completo de soluções, serviços, produtos e consultoria especializada. Na data deste Prospecto, os clientes do Custodiante contavam com mais de 3.900 pontos de atendimento e 32.700 caixas eletrônicos em todo o Brasil.

Pioneiro no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, o Custodiante atua há mais de 10 (dez) anos na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e clubes de investimento e carteiras administradas. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais. A estratégia de investir constantemente na qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras levou o Custodiante a conquistar o prêmio de único custodiante local "Top Rated" no Brasil e "Best

in Class" em 9 (nove) das 10 (dez) categorias analisadas pela pesquisa, segundo a revista Global Custodian (Edição Winter 2009, 2009 Agent Banks in Emerging Markets Survey / Melhor Prestador de Serviços de Custódia Local do Mercado Brasileiro).

O Custodiante obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de: (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a: (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

#### *Tecnologia e sistemas*

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que (a) reduz consideravelmente seus custos administrativos, técnicos e operacionais na condução de suas atividades; e (b) ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. O Centro Técnico e Operacional do Custodiante, que dá suporte à Diretoria de Soluções para o mercado de capitais, mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras de investimento sob a responsabilidade do Custodiante, suas partes relacionadas e/ou vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente utilizam uma estrutura de servidores de banco de dados independentes.

#### *Sistemas de back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

#### *Políticas de compliance e controles internos*

A "Área de Mercado de Capitais" do Custodiante possui uma superintendência de *compliance* própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como para o acompanhamento da regulamentação aplicável.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO 9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral pelo Custodiante.

#### 7.1.3. Agência Classificadora de Risco - Standard & Poor's

Com escritórios em 23 países e uma história de quase 150 anos, a Standard & Poor's é conhecida por investidores do mundo todo como líder serviços de inteligência no mercado financeiro. Atualmente, a Standard & Poor's dedica seus esforços para fornecer informações que facilitem a tomada de decisões de investimento baseadas em inteligência de mercado, na forma de *ratings* de crédito, índices, pesquisas de investimento e avaliações e soluções de riscos.

De maneira mais notável, a Standard & Poor's é conhecida como fornecedora independente de *ratings* de crédito. Em 2008, publicou mais de um milhão de novos *ratings* e revisões de *ratings*, e avaliou um total de US\$ 32 trilhões em títulos de dívida em mercado. A Standard & Poor's também é conhecida por manter um dos índices de ações *large-cap* (ações de empresas de grande valor de mercado) mais acompanhados: o Standard & Poor's 500. Em 2007, o Standard & Poor's 500 celebrou o seu 50º aniversário. Adicionalmente, o Standard & Poor's Global 1200 cobre cerca de 30 mercados que constituem aproximadamente 70% da capitalização de mercado global. Atualmente, há mais de US\$ 1,5 trilhão em ativos de investimento diretamente atrelados aos índices da Standard & Poor's, enquanto US\$ 5 trilhões em ativos são referenciados aos índices da Standard & Poor's - mais do que todas as empresas fornecedoras de índices combinadas.

Além disso, a divisão de avaliação de ações da Standard & Poor's é uma das maiores provedoras independentes de informação de investimentos do mundo, oferecendo análises fundamentalistas que cobrem mais de 2.000 empresas. É, também, líder na oferta de análises e informações sobre fundos de investimento.

#### 7.1.4. Auditoria - KPMG

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International (PMI), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto

Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

#### 7.1.5. Instituição coordenadora líder da Oferta - BICBANCO

Para obter informações a respeito do BICBANCO, consulte a seção 6 deste Prospecto, intitulada “Informações sobre o Cedente”, na página 78 acima.

#### 7.1.6. Assessores Legais - FreitasLeite Advogados

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. FreitasLeite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, abrangente e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, semelhantes e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. FreitasLeite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios.

### 7.2. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES

#### 7.2.1. Relacionamento entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 7 (sete) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais o Custodiante presta os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação de ativos.

#### 7.2.2. Relacionamento entre a Administradora e a Agência Classificadora de Risco

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 5 (cinco) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais a Agência Classificadora de Risco presta os serviços de classificação de risco de cotas.

#### 7.2.3. Relacionamento entre a Administradora e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 8 (oito) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais os Auditores Independentes prestam os serviços de auditoria independente das respectivas contas.

#### 7.2.4. Relacionamento entre o Custodiante e a Agência Classificadora de Risco

Na data deste Prospecto, o Custodiante encontra-se responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação de ativos para outros Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais a Agência Classificadora de Risco presta os serviços de classificação de risco de cotas.

#### 7.2.5. Relacionamento entre o Custodiante e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, o Custodiante encontra-se responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação de ativos para outros Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais os Auditores Independentes prestam os serviços de auditoria independente das respectivas contas.

#### 7.2.6. Relacionamento entre o BICBANCO e a Administradora

Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 4 (quatro) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais o BICBANCO coordena as respectivas ofertas públicas de distribuição de cotas.

#### 7.2.7. Relacionamento entre o BICBANCO e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o BICBANCO coordena as ofertas públicas de distribuição de cotas de 4 (quatro) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais o Custodiante presta os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação de ativos.

#### 7.2.8. Relacionamento entre o BICBANCO e a Agência Classificadora de Risco

Na data deste Prospecto, o BICBANCO coordena as ofertas públicas de distribuição de cotas de 4 (quatro) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais a Agência Classificadora de Risco presta os serviços de classificação de risco de cotas. Ainda, a Agência Classificadora de Risco classifica o crédito do BICBANCO.

#### 7.2.9. Relacionamento entre o BICBANCO e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, o BICBANCO coordena as ofertas públicas de distribuição de cotas de 4 (quatro) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais os Auditores Independentes prestam os serviços de auditoria independente das respectivas contas. Ainda, os Auditores Independentes auditam as contas do BICBANCO.

#### 7.2.10. Relacionamento entre a Agência Classificadora de Risco e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, a Agência Classificadora de Risco atualmente mantém relacionamento com os Auditores Independentes, tendo em vista que os Auditores Independentes prestam serviços de auditoria independente das contas de outros fundos de investimento cuja classificação de risco é avaliada pela Agência Classificadora de Risco.

Não há nenhuma outra relação comercial relevante entre os participantes do Fundo que poderia de alguma forma resultar em um conflito de interesses entre os participantes. Reforçamos que as partes possuem completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

### 7.3. CONFLITOS DE INTERESSE

De uma forma geral, os Fatores de Risco apresentados neste Prospecto (páginas 68 a 75) descrevem os possíveis conflitos de interesses resultantes do relacionamento entre as partes na prestação dos serviços para o Fundo. Neste sentido, foram celebrados contratos, descritos neste Prospecto (página 97), para regular o relacionamento entre os participantes.

O BICBANCO atuará como Cedente, instituição coordenadora líder da Oferta, agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas.

Não obstante, tendo em vista que a totalidade das Cotas Subordinadas será adquirida pelo Cedente, este é, portanto, parte interessada no correto funcionamento do Fundo.

Não existem conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de originação, distribuição, custódia e administração do Fundo, ou com os prestadores de serviços de auditoria independente das contas do Fundo e classificação de risco das Cotas Seniores.

#### 7.4. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo Fundo.

##### 7.4.1. Contrato de Cessão

É o instrumento celebrado pelo Fundo, por meio da Administradora, e o BICBANCO, com a interveniência e anuência do Custodiante, para a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis. A aquisição ou a cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito, sem direito de regresso contra o BICBANCO, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

##### 7.4.2. Contrato de Custódia

Contrato celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com interveniência e anuência do BICBANCO, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos direitos de crédito e ativos financeiros integrantes da Carteira, a supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do Fundo, bem como os termos pelos quais o BICBANCO prestará os serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis passíveis de cobrança de titularidade do Fundo, bem como guarda, manutenção, armazenamento, organização e custódia de todos os Documentos Representativos de Crédito, observados os procedimentos e os critérios definidos no referido contrato.

##### 7.4.3. Contrato de Distribuição

Contrato celebrado entre o Fundo, e o BICBANCO, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações relativos à coordenação e realização, pelo BICBANCO, da distribuição pública das Cotas Seniores, sob o regime de melhores esforços de colocação.

\* \* \*

## 8. ANEXOS

---

## **ANEXO I - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO**

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

CNPJ/MF n.º 52.904.364/0001-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO -  
ABERTO BICBANCO**

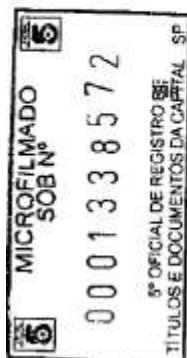
1. Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, n.º 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários ("Administradora"), resolve:
  - i Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alteradas ("Instrução CVM n.º 356/01"), em regime de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, que será denominado **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO** ("Fundo");
  - ii Aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("Regulamento");
  - iii Nomear como Diretor da Administradora responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo o Sr. **RICARDO AUGUSTO LEÃO MARTINS**, brasileiro, separado, economista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 03.640.583-5, expedida pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 667.161.447-49, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Rio Branco, n.º 110, 32º andar, Centro, CEP 20040-001;
  - iv Assumir a função de administradora e gestora da carteira do Fundo;
  - v Deliberar sobre a contratação das seguintes instituições: (i) **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, n.º 1.048, 12º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.450.604/0001-89, para realizar a distribuição das cotas do Fundo ("Cotas") sob o regime de melhores esforços; (ii) **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para a prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros (conforme definidos no Regulamento) integrantes da carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo



38 da Instrução CVM n.º 356/01, estando devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil e credenciada perante a CVM para a prestação de tais serviços; (iii) **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo; e (iv) **STANDARD & POOR'S RATING SERVICES (MCGRAW-HILL INTERAMERICANA DO BRASIL LTDA.)**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40, para ser responsável pela classificação de risco das cotas seniores de emissão do Fundo ("Cotas Seniores").

- vi Deliberar sobre a distribuição pública de Cotas Seniores, nos termos do Artigo 21, § 1º, da Instrução CVM n.º 356/01, bem como do Artigo 2º da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), totalizando o montante de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sendo composta por até 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Cotas Seniores, de valor inicial unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinadas exclusivamente a investidores qualificados em geral, assim definidos nos termos da regulamentação em vigor, dentre estes os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, conforme alterada, observadas, ainda, as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.922, de 25 de novembro de 2010. A partir da data da primeira subscrição das Cotas Seniores, e enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, a relação mínima entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores em circulação deverá ser igual ou superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), de modo que as Cotas Seniores representem, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo. O restante do patrimônio líquido do Fundo será representado por cotas subordinadas ("Cotas Subordinadas"), as quais serão emitidas em lote único e indivisível, não sendo a respectiva oferta pública de distribuição objeto de registro na CVM, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM n.º 400/03;
- vii A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores e, consequentemente, 5.000 (cinco mil) Cotas Subordinadas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores, sendo o saldo não colocado cancelado pela Administradora antes do prazo de encerramento do Período de Distribuição (conforme abaixo definido);

As Cotas deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da oferta pública de distribuição das Cotas Seniores respectivo e no boletim de subscrição de Cotas, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos da data de publicação do referido anúncio de início, nos termos da decisão do Colegiado da CVM proferida no âmbito do Processo CVM n.º RJ-2007-11393 ("Período de Distribuição"). A integralização e o resgate



de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas podem ser efetuados em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível. As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas parcial ou integralmente em Direitos de Crédito, nos termos do Regulamento. A primeira aplicação de cada investidor no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), não havendo limite máximo de subscrição nem valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada investidor; e

- ix Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 356/01 e pela Instrução CVM n.º 400/03, para a obtenção do registro automático para funcionamento do Fundo e da distribuição pública das Cotas Seniores.
2. Estando, assim, deliberado o presente instrumento de constituição, vai o presente assinado em 7 (sete) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 01 de setembro de 2011.

**José Roberto Matias**  
Procurador

**Lula Locaspi**  
Procurador

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**



5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.566.528/0001-60 Rua XV de Novembro 244 - 8º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP	
Emol.	R\$ 7.052,99
Estado	R\$ 2.004,54
Ipsesp	R\$ 1.484,84
R. Civil	R\$ 371,21
T. Justiça	R\$ 371,21
<b>Total</b>	<b>R\$ 11.284,79</b>

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Artur Venâncio Max Ferreira - Oficial Designado  
Jadriel Guimarães de Oliveira - Escrevente Autorizado

**ANEXO II - INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIO CORPORATIVO – ABERTO  
BICBANCO  
CNPJ/MF Nº 14.237.210/0001-02**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIO CORPORATIVO – ABERTO BICBANCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.237.210/0001-02 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"),

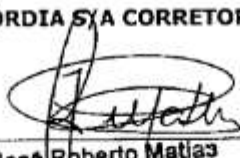
RESOLVE:

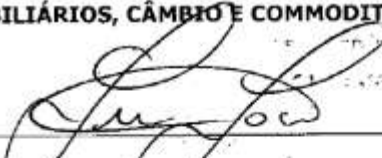
a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

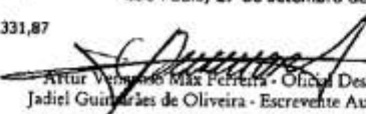
Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 26 de setembro de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **Procurador**

Por:   
Cargo: **Procurador**

		<b>5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e</b>	
		<b>Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.566.528/0001-60</b>	
		Rua XV de Novembro 244 - 8º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP	
Emol.	R\$ 207,14	Protocolado e prenotado sob o n. <b>1.340.904</b> em	
Estado	R\$ 59,00	<b>27/09/2011</b> e registrado, hoje, em microfilme	
Ipsesp	R\$ 43,63	sob o n. <b>1.340.904</b> , em títulos e documentos.	
R. Civil	R\$ 11,05	Averbado à margem do registro n.	
T. Justiça	R\$ 11,05	<b>1338572/01/09/2011</b>	
		São Paulo, 27 de setembro de 2011	
Total	R\$ 331,87		
Selos e taxas Recolhidos p/verba		 <b>Artur Venâncio Máz Ferreira - Oficial Designado</b> <b>Jadiel Guimarães de Oliveira - Escrevente Autorizado</b>	

**ANEXO III - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO**



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CORPORATIVO – ABERTO BICBANCO  
CNPJ/MF Nº 14.237.210/0001-02**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO – ABERTO BICBANCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.237.210/0001-02 ("**Administradora**" e "**Fundo**", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, e em atendimento às exigências formuladas pela CVM nos termos (i) do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 1158, de 27 de outubro de 2011, e (ii) do OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº 3436, de 11 de novembro de 2011, a Administradora, na qualidade de única e exclusiva responsável pela deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("**Regulamento**"),

RESOLVE:

a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 24 de novembro de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: **José Roberto Matias**  
Cargo: **Procurador**

Por: **Roberto Bicalho**  
Cargo: **Administrador**



5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.566.526/0001-60  
Rua XV de Novembro 244 - 8º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 224,00 Protocolado e prenotado sob o n. **1.346.026** em  
Estado R\$ 63,80 **24/11/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
Ipsop R\$ 47,18 sob o n. **1.346.026**, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 11,94 Averbado à margem do registro n.  
T. Justiça R\$ 11,94 **1338572/01/09/2011**  
São Paulo, 24 de novembro de 2011  
Total R\$ 358,86  
Selos e taxas

## ANEXO IV - REGULAMENTO



## ÍNDICE

CAPÍTULO I – FUNDO E DEFINIÇÕES.....	2
CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO E INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO.....	7
CAPÍTULO III – OBJETIVOS DO FUNDO.....	7
CAPÍTULO IV – POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	8
CAPÍTULO V – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	10
CAPÍTULO VI – DECLARAÇÕES DO CEDENTE.....	12
CAPÍTULO VII – ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	14
CAPÍTULO VIII – MECANISMOS DE GARANTIA.....	16
CAPÍTULO IX – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	17
CAPÍTULO X – SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	20
CAPÍTULO XI – CUSTÓDIA E CONTROLADORIA.....	21
CAPÍTULO XII – DISTRIBUIÇÃO.....	21
CAPÍTULO XIII – ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO.....	22
CAPÍTULO XIV – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA.....	22
CAPÍTULO XV – AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO.....	22
CAPÍTULO XVI – FATORES DE RISCO.....	24
CAPÍTULO XVII – EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS.....	32
CAPÍTULO XVIII – RELAÇÃO MÍNIMA.....	35
CAPÍTULO XIX – ASSEMBLÉIA GERAL.....	36
CAPÍTULO XX – EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	38
CAPÍTULO XXI – LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	40
CAPÍTULO XXII – ENCARGOS DO FUNDO.....	42
CAPÍTULO XXIII – PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	44
CAPÍTULO XXIV – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	46
ANEXO I.....	47
ANEXO II.....	49

0001346026

5ª OFICIAL DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SP

**REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIO CORPORATIVO – ABERTO  
BICBANCO**

**CAPÍTULO I – FUNDO E DEFINIÇÕES**

**Artigo 1º:** O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – ABERTO BICBANCO** é um FUNDO de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

**Parágrafo Único:** Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

- I. **ADMINISTRADORA:** a CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08;
- II. **Agência Classificadora de Risco:** a Standard & Poor's, agência classificadora de risco especializada contratada pelo FUNDO, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores. O FUNDO poderá contratar outras agências classificadoras de risco, se for o caso, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco;
- III. **Ativos Financeiros:** os ativos financeiros e/ou operações compromissadas descritos no Artigo 6º deste Regulamento, os quais poderão compor o Patrimônio Líquido do FUNDO que não seja alocado em Direitos de Crédito Elegíveis;
- IV. **Auditores Independentes:** a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29;
- V. **BACEN:** o Banco Central do Brasil;
- VI. **BICBANCO** ou **Cedente:** o BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1048, 12º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.450.604/0001-89;
- VII. **BM&FBOVESPA:** a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- VIII. **Carteira:** a carteira de investimentos do FUNDO, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros;



- IX. **CDI:** Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia – “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP;
- X. **Cessão Fiduciária:** a cessão fiduciária, ao Cedente, de direitos de crédito de titularidade dos Clientes em garantia aos Contratos de Empréstimo.
- XI. **CETIP:** a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
- XII. **Clientes:** as pessoas jurídicas que celebram Contratos de Empréstimo com o BICBANCO, os quais são os devedores dos Direitos de Crédito.
- XIII. **Conta Autorizada do FUNDO:** significa a conta corrente mantida pelo FUNDO junto ao CUSTODIANTE, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito;
- XIV. **Conta Vinculada dos Clientes:** as contas correntes mantidas pelos Clientes junto ao BICBANCO, nas quais são depositados os recebíveis cedidos em Cessão Fiduciária, bem como efetuados os débitos em pagamento dos Contratos de Empréstimo;
- XV. **Contrato de Cessão:** o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre o FUNDO e o BICBANCO, com interveniência do Custodiante, estabelecendo os termos e condições observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;
- XVI. **Contrato de Custódia:** o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de FUNDO de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre a ADMINISTRADORA, por conta e ordem do FUNDO, e o CUSTODIANTE, com interveniência e anuência do BICBANCO;
- XVII. **Contratos de Empréstimo:** os contratos de mútuo celebrados entre o BICBANCO e os respectivos Clientes;
- XVIII. **Cotas:** as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas quando designadas em conjunto;
- XIX. **Cotas Seniores:** as cotas seniores emitidas pelo FUNDO;
- XX. **Cotas Subordinadas:** as cotas subordinadas emitidas pelo FUNDO;
- XXI. **Cotistas:** os investidores que venham adquirir Cotas de emissão do FUNDO;



- XXII. **Crerios de Elegibilidade:** os crerios de elegibilidade dos diretos de crdito cedidos ao FUNDO;
- XXIII. **CUSTODIANTE:** ITAU UNIBANCO S.A., com sede na na Cidade de So Paulo, Estado de So Paulo, a Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n 707, Torre Eudoro Villela, 10 andar, Jabaquara, CEP 04309-010, e Inscrito no CNPJ/MF sob n 60.701.190/0001-04;
- XXIV. **CVM:** a Comisso de Valores Mobiliarios;
- XXV. **Data da 1ª Emissao de Cotas Seniores:** a data da primeira integralizao de Cotas Seniores do FUNDO;
- XXVI. **Declaraes do Cedente:** as declaraes do Cedente com relao a cessao dos Diretos de Crdito ao FUNDO;
- XXVII. **Dia(s) Utl(eis):** Segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de So Paulo, na Cidade de So Paulo, feriados de mbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, no houver expediente bancrio ou no funcionar o mercado financeiro. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento no sejam Dia Utl, conforme definio deste item, considerar-se- a data do referido evento o Dia Utl imediatamente seguinte;
- XXVIII. **Diretos de Crdito:** as parcelas oriundas dos Contratos de Emprstimo;
- XXIX. **Diretos de Crdito Elegveis:** os Diretos de Crdito oriundos e representados por Contratos de Emprstimo que atendam aos Crerios de Elegibilidade, bem como sobre os quais sejam emitidas as Declaraes do Cedente, e que sejam cedidos ao FUNDO nos termos do Contrato de Cessao;
- XXX. **Diretos de Crdito Inadimplidos:** os Diretos de Crdito Elegveis que no forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;
- XXXI. **Documentos Representativos do Crdito:** os Contratos de Emprstimo firmados entre o BICBANCO e os Clientes;
- XXXII. **Eventos de Avaliao:** os eventos de avaliao descritos no Captulo XX deste Regulamento;
- XXXIII. **Eventos de Liquidao:** os eventos de liquidao do FUNDO descritos no Captulo XXI deste Regulamento;



XXXIV. **FUNDO:** o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - ABERTO BICBANCO;**

XXXV. **Garantias:** Cessão Fiduciária e/ou outras eventuais garantias descritas nos Contratos de Empréstimo.

XXXVI. **Índice de Inadimplência de 30 dias:** o percentual, a ser definido na forma deste Regulamento, de parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidos por prazo superior a 15 (quinze) dias, inclusive, e inferior a 30 (trinta) dias, inclusive. Para a verificação do percentual aqui descrito, deverá ser observada a inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se a média dos 3 (três) meses que antecedem a verificação, calculada pela Administradora, conforme expressão abaixo:

Direitos de Crédito vencidos do mês Y com atraso entre 15 e 30 dias (A)  
Vencimentos do mês Y (B)

Onde:

(A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 15 e 30 dias; e

(B) valor total dos vencimentos.

XXXVII. **Índice de Inadimplência de 60 dias:** percentual, a ser definido na forma deste Regulamento, de parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 31 (trinta e um) dias, inclusive, e inferior a 60 (sessenta) dias, inclusive. Para a verificação do percentual aqui descrito, deverá ser observada a inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se a média dos 3 (três) meses que antecedem a verificação, calculada pela Administradora, conforme expressão abaixo:

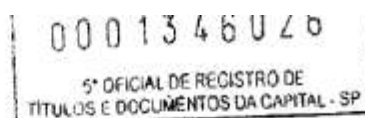
Direitos de Crédito vencidos do mês Y com atraso entre 31 e 60 dias (A)  
Vencimentos do mês Y (B)

Onde:

(A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 31 e 60 dias; e

(B) valor total dos vencimentos.

XXXVIII. **Índice de Inadimplência de 90 dias:** o percentual, a ser definido na forma deste Regulamento, de parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 61 (sessenta e um) dias, inclusive, e inferior a 90 (noventa) dias, inclusive. Para a verificação do percentual aqui descrito, deverá ser observada a inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se a média dos 3 (três) meses que antecedem a verificação, calculada pela Administradora, conforme expressão abaixo:



Direitos de Crédito vencidos do mês Y com atraso entre 61 e 90 dias (A)

Vencimentos do mês Y (B)

Onde:

(A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso entre 61 e 90 dias; e

(B) valor total dos vencimentos.

- XXXIX. **Índice de Inadimplência acima de 90 dias:** o percentual, a ser definido na forma deste Regulamento, de parcelas de Direitos de Crédito Inadimplidas por prazo superior a 91 (noventa e um) dias, inclusive. Para a verificação do percentual aqui descrito, deverá ser observada a inadimplência dos Direitos de Crédito considerando-se a média dos 3 (três) meses que antecedem a verificação, calculada pela Administradora, conforme expressão abaixo:

Direitos de Crédito vencidos do mês Y com atraso superior a 90 dias (A)

Vencimentos do mês Y (B)

Onde:

(A) valor dos Direitos de Crédito com vencimento no mês Y, com atraso superior a 90 dias; e

(B) valor total dos vencimentos.

- XL. **Instrução CVM 356:** a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;
- XLI. **Instrução CVM 489:** a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011;
- XLII. **Limites Máximos de Concentração:** os limites máximos de concentração para a aplicação do FUNDO em Direitos de Crédito Elegíveis descritos no Anexo I ao presente Regulamento;
- XLIII. **Política de Crédito:** a política de concessão de crédito e cobrança adotada pelo Cedente com relação aos Clientes, de acordo com os critérios do Anexo II ao presente Regulamento;
- XLIV. **Prazo de Carência:** o prazo de carência para resgate das Cotas Seniores do FUNDO equivalente a 180 (cento e oitenta) dias contados de cada aplicação, conforme estabelecido no Artigo 40, Parágrafo Único, do presente Regulamento.
- XLV. **Relação Mínima:** em conformidade com o Artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores do



FUNDO será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), conforme detalhado no Artigo 48 deste Regulamento;

XLVI. **Resolução CMN 3.922:** a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a qual dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, posteriores alterações e/ou eventuais normativos que venham a substituí-la; e

XLVII. **Taxa de Saída:** a taxa de saída de que trata o Artigo 42 deste Regulamento.

## **CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO E INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

**Artigo 2º:** O FUNDO é destinado exclusivamente a investidores qualificados em geral, assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, dentre estes os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, conforme alterada, observadas, ainda, as disposições da Resolução CMN 3.922.

**Parágrafo Único:** A primeira aplicação de cada Cotista no FUNDO deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), não havendo limite máximo de subscrição. Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no FUNDO após a aplicação inicial de cada Cotista.

## **CAPÍTULO III – OBJETIVOS DO FUNDO**

**Artigo 3º:** É objetivo do FUNDO proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, no longo prazo, através da aplicação preponderante dos recursos do FUNDO na aquisição de Direitos de Crédito que não estejam vencidos e/ou pendentes de pagamento no momento da cessão para o FUNDO, oriundos e representados por Contratos de Empréstimo, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

**Parágrafo 1º:** Não poderão compor a Carteira do FUNDO, Direitos de Crédito a performar, ou seja, Direitos de Crédito cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura do BICBANCO, tais como, direitos de créditos decorrentes de parcelas de empréstimos ainda não liberadas pela BICBANCO.

**Parágrafo 2º:** As Cotas Seniores do FUNDO possuem um benchmark de rentabilidade, no longo prazo, correspondente a 112% (cento e doze por cento) da variação anual da taxa do CDI. Este benchmark não caracteriza promessa ou garantia de rentabilidade pela ADMINISTRADORA e/ou pelo CUSTODIANTE. O benchmark aplica-se somente às Cotas Seniores, sendo que não há benchmark predeterminado para as Cotas Subordinadas.



**Parágrafo 3º:** A aquisição de Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas do FUNDO não representa qualquer garantia ou promessa do FUNDO, da ADMINISTRADORA, do CUSTODIANTE e do BICBANCO acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

**Parágrafo 4º:** Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do FUNDO, os Cotistas titulares das Cotas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao respectivo benchmark, o qual representará o limite máximo de remuneração possível.

**Parágrafo 5º:** Resultados e rentabilidades obtidos pelo FUNDO no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

#### **CAPÍTULO IV – POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA**

**Artigo 4º:** Visando atingir o objetivo proposto, o FUNDO alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis. Os recursos remanescentes serão alocados na aquisição de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

**Parágrafo Único:** Os Limites Máximos de Concentração descritos no Anexo I ao presente Regulamento serão observados pelo CUSTODIANTE de acordo com as instruções fornecidas pela ADMINISTRADORA, sem prejuízo do atendimento dos parâmetros fixados pela Instrução CVM 356, os quais serão verificados pela ADMINISTRADORA. Assim, o FUNDO poderá adquirir Direitos Creditórios e outros ativos de um mesmo Cliente, ou de uma coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de até 10% (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido.

**Artigo 5º:** Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o FUNDO deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

**Artigo 6º:** Conforme estabelecido no Artigo 4º acima, a parcela remanescente do Patrimônio Líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, na aquisição dos seguintes Ativos Financeiros:

- I. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- II. créditos securitizados do Banco Central do Brasil;
- III. créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e
- IV. certificados de depósito bancário de instituições financeiras, inclusive do BICBANCO, com classificação de risco (rating) fornecido pela Agência Classificadora de Risco igual ou superior à classificação de risco (rating) das Cotas Seniores do FUNDO.



**Parágrafo 1º:** O FUNDO poderá realizar operações em que a ADMINISTRADORA ou fundos de investimentos por ela administrados e/ou geridos atuem como contraparte do FUNDO.

**Parágrafo 2º:** O FUNDO não poderá adquirir direitos de crédito da ADMINISTRADORA e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

**Parágrafo 3º:** É vedado ao FUNDO realizar:

- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- II. operações de "day-trade", assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- III. atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN nº 3.922; e
- IV. aplicar em direitos creditórios e títulos representativos desses direitos em que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma, e em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados.

**Artigo 7º:** O FUNDO poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente na modalidade "com garantia" e com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. É vedado ao FUNDO gerar exposição superior a 1 (uma) vez o seu Patrimônio Líquido.

**Parágrafo 1º:** Para o efeito do disposto no "caput", as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, neste caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do FUNDO, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

**Parágrafo 2º:** A ADMINISTRADORA informará imediatamente a Agência Classificadora de Risco caso o FUNDO venha a operar em mercados de derivativos, nos termos do disposto no "caput" deste Artigo.



**Artigo 8º:** O FUNDO poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no Artigo 6º acima, incisos I a III.

**Artigo 9º:** Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio.

**Artigo 10:** O FUNDO não contará com garantia da ADMINISTRADORA, do CUSTODIANTE, do BICBANCO, do FUNDO Garantidor de Créditos – FGC bem como de qualquer mecanismo de seguro.

**Artigo 11:** O FUNDO poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira e, por consequência, o patrimônio do FUNDO, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais os discriminados neste Regulamento. O investidor, antes de adquirir cotas do FUNDO, deve ler cuidadosamente os fatores de risco discriminados neste Regulamento, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento nas cotas do FUNDO.

**Artigo 12:** Em virtude de seu público-alvo, a ADMINISTRADORA fará com que o FUNDO observe as disposições e restrições dispostas na Resolução CMN nº 3.922.

#### **CAPÍTULO V – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**Artigo 13:** Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo Custodiante. Somente poderão ser objeto de cessão ao FUNDO os Direitos de Crédito que observem, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade indicados a seguir:

- I. o FUNDO não poderá adquirir Direitos de Crédito cujo Cliente possua dívida vencida e não paga perante o FUNDO;
- II. o FUNDO poderá adquirir Direitos de Crédito com prazo máximo de vencimento de 2.190 (dois mil cento e noventa) dias e que possuam vencimento com prazo máximo de 2.190 (dois mil cento e noventa) dias corridos, a contar da data de sua aquisição pelo FUNDO;
- III. o prazo médio ponderado dos Direitos de Crédito adquiridos pelo FUNDO deverá ser de no máximo 548 (quinhentos e quarenta e oito) dias;

$$MP = \frac{\sum_{i=1}^n \text{Valor (i)} \times \text{Prazo (i)}}{\sum_{i=1}^n \text{Valor (i)}}$$

onde:

MP = Média ponderada dos prazos de vencimento dos Direitos de Crédito;



Valor = Valor da parcela na data de vencimento (no caso de Direito de Crédito pré-fixado) ou o valor de cada parcela do saldo devedor na data (no caso de Direito de Crédito pós-fixado);

Prazo = Prazo, em dias corridos, entre a data de cálculo e data de vencimento;

N = Quantidade de parcelas a serem pagas com relação aos Direitos de Crédito em questão.

- IV. o FUNDO não poderá adquirir Direitos de Crédito que estejam em desacordo com os Limites Máximos de Concentração conforme Anexo I do presente Regulamento;
- V. os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo FUNDO não devem ter apontamentos cadastrais no SERASA indicando: "Concordata Requerida", "Concordata Deferida", "Falência Decretada", "Concordata Suspensiva", "Não Operar", "Intervenção", "CNPJs Inaptos" e "Auto Falência";
- VI. os Clientes devedores dos Direitos de Crédito tenham sido classificados pelo Cedente (excluindo as respectivas Garantias) como AA, A, B ou C, de acordo com a Política de Crédito do Cedente; e
- VII. Direitos de Crédito decorrentes dos Contratos de Empréstimo que, incluindo as respectivas Garantias, sejam classificadas pelo Cedente como AA, A, B ou C, de acordo com a Política de Crédito do Cedente.

**Parágrafo 1º:** O não atendimento aos Critérios de Elegibilidade havido em momento posterior ao da cessão dos Direitos de Crédito não dará ao FUNDO qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o BICBANCO, a ADMINISTRADORA ou o CUSTODIANTE.

**Parágrafo 2º:** Caso o FUNDO esteja desenquadrado de qualquer dos Limites Máximos de Concentração em qualquer data de verificação de Limites Máximos de Concentração, o FUNDO poderá continuar suas atividades, adquirindo Direitos de Crédito durante o prazo para reenquadramento da Carteira desde que observado o seguinte: (i) o desenquadramento ainda não constitua um Evento de Avaliação; (ii) os Direitos de Crédito a serem adquiridos durante o Prazo para Reenquadramento da Carteira estejam enquadrados com relação a todos os demais Critérios de Elegibilidade e todos os demais Limites Máximos de Concentração, bem como deverão ser observadas as Declarações do Cedente; e (iii) as aquisições não devem resultar em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionar qualquer outro desenquadramento na Carteira.

**Parágrafo 3º:** O CUSTODIANTE, durante o exercício de suas atividades, não será responsável pela indicação de Direitos de Crédito inadimplidos a serem protestados, ou pela inserção do nome das Devedoras em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias.



**Parágrafo 4º:** Caso a Assembleia Geral delibere por qualquer alteração em relação aos Critérios de Elegibilidade e aos Limites Máximos de Concentração e o CUSTODIANTE, por qualquer motivo, não concorde com referidas alterações em relação aos Critérios de Elegibilidade e aos Limites Máximo de Concentração, o CUSTODIANTE poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 30 (trinta) Dias Úteis contados do recebimento de notificação da ADMINISTRADORA informando ao CUSTODIANTE sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, observadas as disposições do Contrato de Custódia, o CUSTODIANTE não será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade e aos Limites Máximos de Concentração que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços ao Fundo ou da substituição do CUSTODIANTE. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado neste Parágrafo 4º, serão consideradas aceitas tacitamente pelo CUSTODIANTE as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade e aos Limites Máximos de Concentração.

## **CAPÍTULO VI – DECLARAÇÕES DO CEDENTE**

**Artigo 14:** Para que possam ser ofertados e adquiridos pelo FUNDO, os direitos de crédito devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis.

**Parágrafo 1º:** Para a realização de cada cessão de Direitos de Crédito ao FUNDO, a ADMINISTRADORA deverá receber declaração firmada pelo BICBANCO de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às condições abaixo relacionadas:

- I. decorram de Contratos de Empréstimo celebrados pelo BICBANCO com Cliente que não esteja impedido de operar por determinação judicial; e
- II. os Direitos de Crédito a serem cedidos atendem às características descritas no Parágrafo 2º deste Artigo.

**Parágrafo 2º:** Sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior, o BICBANCO será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, por ofertar ao FUNDO somente Direitos de Crédito que observem às seguintes características:

- I. Os Clientes devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo FUNDO não podem estar em atraso com o pagamento de qualquer obrigação perante o Cedente por período superior a 10 (dez) dias;
- II. No mínimo 100% (cem por cento) do valor das parcelas dos Contratos de Empréstimo relativas aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo FUNDO deverá estar amparado por Garantias, sendo considerado para tal cálculo, com relação a cada tipo de Garantia, os percentuais indicados na tabela abaixo para o valor dos bens:

<b>Tipo de Garantia:</b>	<b>Percentual Atribuído</b>
CDs (Cash)	100%
Cheques	100%
Direitos de Crédito Performados	100%
Direitos de Crédito Performados ("sem trava")	100%
Direitos de Crédito Futuros	100%
Cessão Fiduciária de Créditos	100%
Hipoteca	100%
Alienação Fiduciária de Imóveis	100%
Recebíveis	100%
Undertake (garantia com depósito de recursos em conta vinculada)	100%
Alienação Fiduciária de Veículos	100%
Alienação Fiduciária de Equipamentos	100%
Alienação Fiduciária de Estoques	100%
Penhor de Veículos	100%
Penhor de Estoques	100%
Cédula de Crédito Bancário	100%
Aval	100%
Penhor Pecuário	100%
Notas Promissórias	100%
Participações Societárias/Ações	50%

- III. Direitos de Crédito que possuam Cessão Fiduciária devidamente constituída e formalizada.
- IV. O FUNDO não poderá adquirir Direitos de Crédito em desacordo com o artigo 3º da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682, de 23 de dezembro de 1999, e alterações posteriores, admitindo a classificação diversa para determinada operação, nos termos da referida resolução;
- V. Os Contratos de Empréstimo tenham data de vencimento original não superior a 6 (seis) anos;
- VI. Os Contratos de Empréstimo com liquidação em uma única parcela não tenham vencimento original superior a 2 (dois) anos; e
- VII. Cada cessão de Direitos de Crédito ao FUNDO deverá apresentar sobretaxa mínima média, igual ou superior à indicada na tabela abaixo:

<b>Sobretaxa média acrescida à taxa do CDI (em percentual ao ano)</b>	<b>Relação Mínima, nos termos do Capítulo XVIII abaixo</b>
---	--



8%	25%
7%	26%
5,75%	27%
4,75%	28%
4%	29%

**Parágrafo 3º:** No ato da entrega pelo BICBANCO das vias originais dos Documentos Representativos do Crédito para guarda do CUSTODIANTE, o CUSTODIANTE deverá receber declaração firmada pelo BICBANCO de que as vias originais dos Documentos Representativos do Crédito referem-se precisamente aos Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO.

**Parágrafo 4º:** A classificação de risco do Cliente deverá ser determinada com base na análise das informações econômico-financeiras que deverão ser fornecidas pelo próprio Cliente e/ou obtidas através de consulta às fontes de informações de crédito reconhecidas pelo Cedente ou relatórios setoriais elaborados interna ou externamente.

#### **CAPÍTULO VII – ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

**Artigo 15:** O BICBANCO é instituição financeira que, no curso normal de seus negócios, dentre outras atividades, concede empréstimos e financiamentos a seus Clientes por meio da realização de Contratos de Empréstimo com Cessão Fiduciária em garantia, podendo contar com outras Garantias, quando for o caso.

**Artigo 16:** Caracterizam-se como Direitos de Crédito Elegíveis a comporem o patrimônio do FUNDO (i) os valores devidos pelos Clientes ao Cedente decorrentes de Contratos de Empréstimo com Cessão Fiduciária em garantia, (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito, inclusive, mas não se limitando, à Cessão Fiduciária e às demais garantias e (iii) todos os Documentos Representativos do Crédito.

**Artigo 17:** A aquisição dos Direitos de Crédito pelo FUNDO será realizada com base nas regras, condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão.

**Artigo 18:** A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o FUNDO, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o BICBANCO, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

**Artigo 19:** O CUSTODIANTE manterá sob sua custódia, as vias originais dos Documentos Representativos do Crédito referentes aos Direitos de Crédito, responsabilizando-se pela sua guarda física durante o prazo de duração do FUNDO, observado o disposto no Contrato de Custódia. Os



Documentos Representativos do Crédito serão enviados ao CUSTODIANTE pelo Cedente imediatamente após a aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo FUNDO.

**Artigo 20:** Sem prejuízo do disposto no Contrato de Custódia, e tendo em vista a quantidade e natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo FUNDO, bem como a estratégia de investimento do FUNDO, o CUSTODIANTE realizará a verificação do lastro dos Direitos de Crédito (ou seja, dos Documentos Representativos do Crédito), trimestralmente, por amostragem, comunicando o resultado desta verificação à ADMINISTRADORA, aos Auditores Independentes, ao Cedente e à Agência Classificadora de Risco do FUNDO.

**Parágrafo 1º:** A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo CUSTODIANTE, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Representativos do Crédito, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

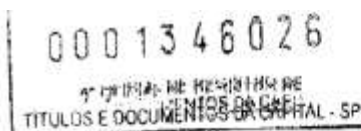
(i) Grau de Confiança: 95%;

(ii) Limite de Erro Tolerável: 5%.

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

- c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.



**Parágrafo 2º:** A análise dos Documentos Representativos do Crédito será feita nos seguintes itens:

1. Número do Contrato de Empréstimo e sua correlação com os números Informados no Contrato de Cessão;
2. Número do CNPJ do Cliente e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão;
3. Nome do Cliente e sua correlação com o nome informado no Contrato de Cessão;
4. Dia de Vencimento do Contrato de Empréstimo e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão;
5. Número de parcelas do Contrato de Empréstimo cedidas ao FUNDO e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão;
6. O valor total cedido ao FUNDO e sua correlação com os números Informados no Contrato de Cessão;
7. Assinatura do Contrato de Empréstimo;
8. Assinatura do representante do Cedente no Contrato de Empréstimo;
9. Assinatura de 2 testemunhas identificadas com Nome e CPF no Contrato de Empréstimo;
10. Local e data estão preenchidos no Contrato de Empréstimo, e
11. Registro em cartório da Cessão Fiduciária.

**Parágrafo 3º:** Em decorrência do disposto nos Itens acima, o CUSTODIANTE não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao FUNDO ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Representativos do Crédito.

## **CAPÍTULO VIII – MECANISMOS DE GARANTIA**

**Artigo 21:** Com o objetivo de evitar perdas potenciais serão estabelecidas provisões para perdas destinadas ao pagamento de inadimplentes dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao FUNDO. Cada reserva de inadimplência serve para a reposição de perdas ocasionadas pelos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao FUNDO pelo Cedente.

**Parágrafo 1º:** Não será possível utilizar as reservas de Inadimplência de forma conjunta, exceto para pagamentos de eventuais inadimplências por reservas constituídas em função de cedentes que sejam sociedades ligadas, significando estas as sociedades controladoras, direta ou indiretamente controladas, coligadas e, ainda, as sociedades sob controle comum.

**Parágrafo 2º:** As reservas de inadimplência serão alocadas na aquisição de Ativos Financeiros, nos quais os rendimentos serão revertidos exclusivamente ao FUNDO. São deduzidas das reservas de inadimplência multas, diferenças de valor, juros de inadimplementos, emolumentos de protestos e custos relacionados a cobranças de Direitos de Crédito Elegíveis não pagos.

**Parágrafo 3º:** O montante a ser alocado em cada reserva de Inadimplência será definido em nome do FUNDO pela ADMINISTRADORA e o Cedente. Em casos onde forem definidas reservas de



inadimplência e ocorrer adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis, o Cedente fará jus ao recebimento de um valor adicional ao preço de aquisição.

## **CAPÍTULO IX - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

**Artigo 22:** As atividades de administração e gestão da Carteira do FUNDO serão exercidas pela ADMINISTRADORA.

**Parágrafo 1º:** Pelos serviços de administração e gestão da carteira do FUNDO, a ADMINISTRADORA fará jus ao recebimento de taxa de administração equivalente ao percentual de 0,13% a.a. (treze centésimos por cento ao ano), incidente sobre o valor total do Patrimônio Líquido do FUNDO, ou um valor mensal fixo equivalente a R\$ 13.440,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta reais), prevalecendo o maior valor.

**Parágrafo 2º:** O valor mensal fixo de que trata o Parágrafo 1º supra será corrigido anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE (IPC-FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

**Parágrafo 3º:** A remuneração da ADMINISTRADORA é calculada e apropriada por Dia Útil será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

**Parágrafo 4º:** A ADMINISTRADORA pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

**Parágrafo 5º:** O FUNDO não possui taxa de performance e/ou taxa de ingresso. O FUNDO possui uma Taxa de Saída, nos termos do Artigo 42 infra.

**Artigo 23:** Induem-se entre as obrigações da ADMINISTRADORA:

I – manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
- b) o registro dos Cotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de Cotistas;
- e) o Prospecto do FUNDO;
- f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO; e
- h) os relatórios do auditor independente.



II – receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III – entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como identificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV – divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO;

V – custear as despesas de propaganda do FUNDO;

VI – fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;

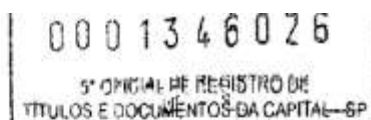
VII – sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a ADMINISTRADORA e o FUNDO;

VIII – providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da Carteira do FUNDO.

**Parágrafo 1º:** A divulgação das informações prevista no inciso IV deste Artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação, devidamente indicado no Prospecto do FUNDO, observada a responsabilidade da ADMINISTRADORA pela regularidade na prestação destas informações.

**Parágrafo 2º:** A ADMINISTRADORA, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a Carteira do FUNDO.

**Parágrafo 3º:** Não obstante ser de obrigação do CUSTODIANTE o controle dos Limites Máximos de Concentração, nos termos do Artigo 4º, Parágrafo Único, acima, a ADMINISTRADORA diligenciará para que os Direitos de Crédito e outros ativos de um mesmo Cliente, ou de uma coobrigação de uma



mesma pessoa ou entidade, que venham a integrar a Carteira, não superem 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do FUNDO.

**Artigo 24:** É vedado à ADMINISTRADORA:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II – utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e

III – efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

**Parágrafo 1º:** As vedações de que tratam os incisos I a III deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da ADMINISTRADORA, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

**Parágrafo 2º:** Excetuam-se do disposto no Parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da Carteira do FUNDO, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo IV deste Regulamento.

**Artigo 25:** É vedado à ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir Cotas do próprio FUNDO;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento;

VI – vender Cotas do FUNDO a prestação;



VII – vender Cotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos de crédito, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da Carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e

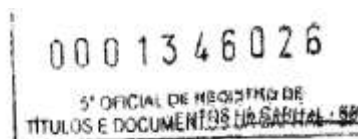
XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do FUNDO, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

#### **CAPÍTULO X – SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA**

**Artigo 26:** A ADMINISTRADORA, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO indicado no Prospecto, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM 356.

**Parágrafo Único:** Nas hipóteses de substituição da ADMINISTRADORA e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria ADMINISTRADORA.

**Artigo 27:** No caso de Regime de Administração Especial Temporária, Intervenção ou liquidação extrajudicial da ADMINISTRADORA, deve automaticamente ser convocada assembleia geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de Cotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da ADMINISTRADORA, no exercício das funções de administração do FUNDO; ou b) pela liquidação antecipada do FUNDO.



## **CAPÍTULO XI – CUSTÓDIA E CONTROLADORIA**

**Artigo 28:** As atividades de custódia e controladoria do FUNDO prevista no Artigo 38 da Instrução CVM 356 serão exercidas pelo CUSTODIANTE.

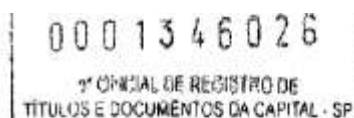
**Parágrafo Único:** O CUSTODIANTE é responsável pelas seguintes atividades:

- I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito representados por Contratos de Empréstimo;
- II - validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- III - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e Documentos Representativos do Crédito;
- IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Representativos do Crédito e demais ativos integrantes da Carteira do FUNDO;
- V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os Documentos Representativos do Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo FUNDO e órgãos reguladores;
- VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

## **CAPÍTULO XII - DISTRIBUIÇÃO**

**Artigo 29:** A distribuição de Cotas Seniores do FUNDO será realizada nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e será liderada, em regime de melhores esforços, pelo BICBANCO que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para distribuir Cotas do FUNDO.

**Parágrafo Único –** As Cotas Subordinadas serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo BICBANCO, sendo emitidas em lote único e indivisível.



### **CAPÍTULO XIII - ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO**

**Artigo 30:** Diariamente a partir da Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores até a liquidação do FUNDO a ADMINISTRADORA utilizará as disponibilidades do FUNDO para atender às exigibilidades do FUNDO de acordo com a seguinte ordem:

- I - Pagamento dos encargos do FUNDO;
- II - Constituição das reservas de inadimplência;
- III - Formação de reservas equivalente ao montante estimado dos encargos do FUNDO;
- IV - Pagamento dos valores referentes ao resgate de Cotas Seniores;
- V - Pagamento pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis; e
- VI - Pagamento dos Valores referentes ao resgate de Cotas Subordinadas.

**Parágrafo Único** – Não há entre os prestadores de serviços ao Fundo prioridade no recebimento das respectivas remunerações.

### **CAPÍTULO XIV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA**

**Artigo 31:** Em relação à sua política de concessão de crédito e cobrança, o Cedente adotará os critérios descritos no Anexo II ao presente Regulamento.

### **CAPÍTULO XV – AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO**

**Artigo 32:** As Cotas do FUNDO serão valoradas todo Dia Útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de Cotas do FUNDO, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o FUNDO atua.

**Parágrafo 1º:** Os ativos integrantes da Carteira do FUNDO serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos de crédito e dos demais ativos financeiros integrantes da Carteira.

**Parágrafo 2º:** Por não terem mercado de negociação oficial, os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do FUNDO serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.



**Parágrafo 3º:** Os demais ativos da Carteira do FUNDO serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo CUSTODIANTE, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a Carteira do FUNDO será efetuada com base nas cotações obtidas junto à BM&FBOVESPA, SISBACEN ou outros mercados organizados em que o ativo for negociado, de acordo com as regras do BACEN e da CVM aplicáveis ao FUNDO.

**Parágrafo 4º:** O CUSTODIANTE constituirá, de acordo com orientação da ADMINISTRADORA, provisão para os Direitos de Crédito de acordo com a legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

**Parágrafo 5º** É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do FUNDO, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da Carteira do FUNDO e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

**Parágrafo 6º:** O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da Carteira do FUNDO será atribuído às Cotas Subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do FUNDO será atribuída às Cotas Seniores.

**Parágrafo 7º:** Por outro lado, na hipótese do FUNDO atingir o benchmark definido no Capítulo III, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às Cotas Subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das Cotas Seniores.

**Parágrafo 8º:** Os Direitos de Crédito Inadimplidos submeter-se-ão às regras de provisão indicadas na Instrução CVM 489

**Parágrafo 9º:** A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos de Crédito do mesmo Cliente ("efeito vagão").

**Artigo 33:** Entender-se-á por patrimônio líquido do FUNDO a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

**Artigo 34:** Para efeito da determinação do valor da Carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.



## CAPÍTULO XVI – FATORES DE RISCO

**Artigo 35:** Os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o Cotista.

**Parágrafo 1º:** Os recursos que constam na Carteira do FUNDO e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

**I – RISCOS DE MERCADO DOS ATIVOS FINANCEIROS:** Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços de tais Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do FUNDO e a rentabilidade das Cotas. O FUNDO aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito e em outros Ativos Financeiros. Assim, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos ativos financeiros da Carteira do FUNDO e (ii) das Cotas Seniores. O FUNDO poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo a ADMINISTRADORA e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Cotistas, em razão dos descasamentos de que trata este subitem. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários conforme estabelecido na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do FUNDO e a rentabilidade das Cotas.

**II - RISCOS DE CRÉDITO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS:** O Cedente somente tem responsabilidade pela existência, devida origem e formalização, nos termos da Política de Cadastro e Concessão de Crédito, dos Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO, não assumindo qualquer responsabilidade pela solvência dos Clientes. O FUNDO somente procederá ao resgate das Cotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao FUNDO, não havendo qualquer garantia de que o resgate das Cotas ocorrerá integralmente nos prazos descritos neste Regulamento. Nessas hipóteses, não será devido pelo FUNDO, pela ADMINISTRADORA, pelo BICBANCO e pelo CUSTODIANTE, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza. Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições



econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O FUNDO poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do FUNDO. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do FUNDO, o FUNDO poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Nos termos do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão: (i) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao FUNDO que venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular de ônus, gravame ou encargo constituído sobre tal Direito de Crédito, previamente à aquisição do mesmo pelo FUNDO, (ii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao FUNDO sem origem legal ou indevidamente amparado por Documentos Representativos do Crédito, inclusive cedidos simuladamente ao FUNDO, (iii) de todo e qualquer Direito de Crédito cedido ao FUNDO sem a verificação das Declarações do Cedente e (iv) de todo e qualquer Direito de Crédito que não seja pago integralmente pelo respectivo Cliente em decorrência de descumprimento pelo Cedente de suas obrigações, por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé do Cedente. Em ocorrendo um dos eventos de resolução de cessão, conforme indicado no Contrato de Cessão, o Cedente será obrigado a (i) notificar imediatamente a ADMINISTRADORA e o CUSTODIANTE sobre tal fato e (ii) dentro de até 48h (quarenta e oito horas) contadas da data de envio da notificação referida acima, restituir imediatamente ao FUNDO o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao preço de aquisição atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito objeto de resolução de cessão. Não há garantias de que o Cedente cumprirá com as suas obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o FUNDO poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Os Clientes devedores não serão notificados sobre a cessão ao FUNDO dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, no entanto, caso o FUNDO altere sua estratégia inicial e o Cedente deixe de ser responsável pelo recebimento e transferência, para a Conta Autorizada do FUNDO, dos recursos provenientes do pagamento dos Contratos de Empréstimo, os Clientes serão notificados sobre a cessão ao FUNDO dos Direitos de Crédito de que sejam devedores, de modo que os pagamentos passem a ser realizados diretamente na Conta Autorizada do FUNDO. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em benefício do Cedente, esse será obrigado a restituir ao FUNDO os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente cumprirá com a obrigação descrita acima, situação em que o FUNDO poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

0001346026

5º OFICIAL DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL+SP

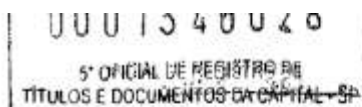
**III – RISCO RELACIONADO À AUDITORIA DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO:** O CUSTODIANTE realizará auditoria periódica por amostragem nos Documentos Representativos do Crédito dos Direitos de Crédito para verificar o lastro dos Direitos de Crédito e regularidade dos respectivos Documentos Representativos do Crédito. Tendo em vista que a auditoria periódica por amostragem acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao FUNDO, trimestralmente, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Representativos do Crédito apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo FUNDO, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. Esse fato poderá trazer perdas ao FUNDO e aos Cotistas.

**IV – RISCO DE CONCENTRAÇÃO EM UM ÚNICO CEDENTE:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo FUNDO serão cedidos exclusivamente pelo BICBANCO. A aquisição de direitos de crédito originados exclusivamente pelo BICBANCO pode comprometer a continuidade do FUNDO, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo BICBANCO aos Clientes e da capacidade deste originar Direitos de Crédito Elegíveis.

**V – RISCO DO ORIGINADOR E DE ORIGINAÇÃO:** os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pelo BICBANCO, o que pode comprometer a continuidade do FUNDO, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo BICBANCO aos Clientes e da capacidade deste originar Direitos de Crédito Elegíveis. Portanto, o Investimento no FUNDO está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pelo BICBANCO aos Clientes. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, do BICBANCO na prestação dos respectivos serviços, ou, ainda, o pagamento antecipado das obrigações contratadas pelo Cliente no Contrato de Empréstimo. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos de Crédito pelo BICBANCO pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao FUNDO e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas estão sujeitos à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros.

**VI - RISCO RELATIVO ÀS ALTERAÇÕES NA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO:** a Política de Crédito é determinada e periodicamente reavaliada pelo BICBANCO. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos de Crédito e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos de Crédito. Eventuais alterações na política de concessão de crédito do BICBANCO não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Cotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis do BICBANCO. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito do BICBANCO poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos de Crédito a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

**VII – RISCOS RELACIONADOS AO EVENTUAL PRÉ-PAGAMENTO DE DIREITOS DE CRÉDITO:** os Contratos de Empréstimo poderão conter cláusulas de pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da Carteira. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação de Direitos de Crédito que estejam de acordo com as condições previstas nos Capítulos V e VI deste Regulamento, a fim de reenquadrar a Carteira, nos termos deste Regulamento. Desse modo, a



Administradora poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo FUNDO, o que pode afetar de forma negativa a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas, não sendo devida pelo FUNDO, pela Administradora, pelo Custodiante ou pelo BICBANCO, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**VIII – RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO. Ainda, há possibilidade do FUNDO auferir patrimônio líquido negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos Cotistas.

**IX – RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da Carteira do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a ADMINISTRADORA poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a ADMINISTRADORA a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos Cotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

**X – RISCOS OPERACIONAIS ENVOLVENDO O FUNDO:** O Cedente será responsável pelas funções de recebimento dos Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos, repasse à Conta Autorizada do FUNDO, verificação das Declarações do Cedente e formalização dos Contratos de Empréstimo, entrega dos Documentos Comprobatórios ao CUSTODIANTE, Cessão Fiduciária e outras garantias. O descumprimento, pelo Cedente, de determinadas de suas funções pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo FUNDO, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito, caso em que o FUNDO e os Cotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:

a) Cobrança de Direitos de Crédito e Direitos de Crédito Inadimplidos: O Cedente será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do FUNDO. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com o disposto neste Regulamento, o que poderá acarretar em perdas para o FUNDO e os Cotistas.

b) Formalização dos Contratos de Empréstimo, Cessão Fiduciária e Garantias: O Cedente é responsável pela formalização dos Contratos de Empréstimo, Cessão Fiduciária e outras garantias, os quais envolvem o atendimento a preceitos legais formais para sua correta



execução pelo respectivo credor. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com os requisitos legais, o que poderá acarretar em perdas para o FUNDO e os Cotistas.

c) Entrega dos Documentos Comprobatórios ao CUSTODIANTE: O Cedente é responsável por entregar ao CUSTODIANTE os Documentos Comprobatórios que correspondam especificamente aos Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO. Não há como assegurar que o Cedente atuará de acordo com o disposto neste Regulamento, o que poderá acarretar em perdas para o FUNDO e os Cotistas.

c) Atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelo CUSTODIANTE - A verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos de Crédito entregues pelo Cedente ao FUNDO será realizada pelo CUSTODIANTE com base em informações fornecidas pelo Cedente via arquivo eletrônico, conforme elaborada pelo Cedente. Assim, existe o risco de o FUNDO adquirir Direitos de Crédito que não atendam aos Critérios de Elegibilidade caso a o arquivo eletrônico, contenha informações incorretas que possam prejudicar a validação realizada pelo CUSTODIANTE. O CUSTODIANTE não responde por problemas de validação que decorram de erros ou falhas do Cedente na elaboração do arquivo eletrônico de Direitos de Crédito.

Nos termos do Contrato de Custódia, o CUSTODIANTE será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros do FUNDO e pela guarda física dos Documentos Representativos do Crédito, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM n.º 356. Caso o CUSTODIANTE não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o FUNDO poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de resgate das Cotas ou até mesmo em perdas aos Cotistas e ao FUNDO.

**XI - RISCOS DE DESCONTINUIDADE:** Conforme previsto neste Regulamento, o FUNDO poderá ser liquidado na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou em caso de determinação da Assembleia Geral. Deste modo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo FUNDO, não sendo devida pelo FUNDO, pela ADMINISTRADORA ou pelo CUSTODIANTE, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do FUNDO, inclusive, mas não se limitando, nas hipóteses de o Cedente ser submetido à intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74, bem como a Regime de Administração Especial Temporária – “RAET”, nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87, e outras hipóteses em que o resgate das Cotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Cotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do FUNDO ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito.

O FUNDO somente poderá adquirir Direitos de Crédito originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao FUNDO indefinidamente. Caso o Cedente (i)



deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao FUNDO, ou (ii) decida terminar o Contrato de Cessão e a Assembleia Geral não resolva continuar as atividades do FUNDO, mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do FUNDO seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o FUNDO poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do FUNDO com a mesma remuneração buscada pelo FUNDO.

Conforme previsto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, o Cedente poderá exercer o direito de aquisição a qualquer tempo durante o prazo de duração do FUNDO, que consiste no direito do Cedente de adquirir a totalidade dos Direitos de Crédito Integrante da Carteira, inclusive os Direitos de Crédito Inadimplidos, a seu exclusivo critério, caso as condições do mercado tornem as operações de cessão de Direitos de Crédito ao FUNDO onerosas do ponto de vista do Cedente ("Direito de Aquisição"). O exercício do Direito de Aquisição pelo Cedente ensejará a liquidação antecipada automática do FUNDO, independentemente de deliberação pela Assembleia Geral, sendo que as Quotas serão antecipadamente resgatadas nos termos deste Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo FUNDO.

Poderão existir outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente. Em caso de redução da originação de direitos de crédito pelo Cedente, não há garantias de que este será originador de direitos de crédito em montante suficiente para oferecer à cessão a todos os referidos fundos de investimento, inclusive o FUNDO, ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de direitos de crédito. Por conta do exposto acima, não há garantia de que existirão, durante o período de funcionamento do FUNDO, Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo FUNDO o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade.

**XII – RISCO DE DESENGUADRAMENTO:** Durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do FUNDO, contados a partir da Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores, os limites estabelecidos no presente Regulamento relativos à alocação de recursos em Direitos de Crédito Elegíveis poderão não ser observados. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do FUNDO, contado a partir da Data da 1ª Emissão de Cotas Seniores, o FUNDO deverá ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos de Crédito Elegíveis, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, prorrogar esse prazo por igual período, desde que a ADMINISTRADORA apresente motivos que justifiquem tal prorrogação. Eventual inobservância do prazo acima indicado será tratada como um Evento de Avaliação, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

**XIII – RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** A ADMINISTRADORA buscará diversificar a Carteira do FUNDO. O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO em um único emissor de títulos, ou em

Direitos de Crédito cujos devedores sejam um número reduzido de Clientes, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de crédito desses emissores ou Clientes.

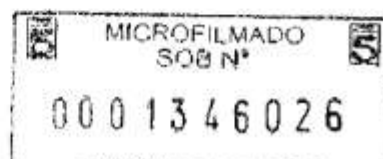
**XIV – RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS:** O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da ADMINISTRADORA tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira do FUNDO e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Clientes. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos regates.

**XV – RISCO DA COBRANÇA BANCÁRIA:** O BICBANCO é também o agente cobrador dos Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO e os recursos transitam por uma conta de titularidade do BICBANCO no período compreendido entre o pagamento e o repasse ao CUSTODIANTE, para sua consequente compensação. Caso o BICBANCO sofra qualquer processo de falência, liquidação ou evento assemelhado, tais recursos poderão ficar indisponíveis e, conseqüentemente, resultar em perda ao FUNDO, ocasionando, por sua vez, variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do FUNDO, que pode levar a uma redução no valor das Cotas Seniores.

**XVI – COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL:** A titularidade dos Direitos de Crédito é do FUNDO e, portanto, somente o FUNDO detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Todavia, o BICBANCO é nomeado pelo FUNDO, como agente de cobrança do FUNDO, dispondo de poderes para cobrar os devedores inadimplentes judicial e extrajudicialmente. O Contrato de Cessão e este Regulamento criam mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantia de que o BICBANCO consiga receber dos Clientes os Direitos de Crédito Inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos poderá acarretar perdas para o FUNDO e seus Cotistas.

**XVII – RISCO DE RESGATE DAS COTAS DO FUNDO EM DIREITOS DE CRÉDITO:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do FUNDO em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do FUNDO ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

**XVIII – RISCO DE ATRASO NO PAGAMENTO DE RESGATE:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate de Cotas do FUNDO, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do FUNDO como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.



A handwritten signature in dark ink, consisting of a stylized 'A' or similar character.



**XIX – RISCO DE QUESTIONAMENTO JUDICIAL:** Os Contratos de Empréstimo podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere: (i) à formalização dos Contratos de Empréstimo; (ii) nas taxas aplicadas e (iii) na forma de cobrança dos Contratos de Empréstimo concedidos, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, os Contratos de Empréstimo poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o FUNDO e, consequentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

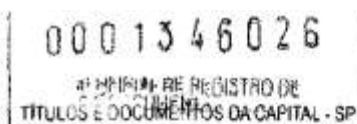
**XX – RISCO DE EVENTUAIS RESTRIÇÕES DE NATUREZA LEGAL OU REGULATÓRIA:** O Fundo poderá estar sujeito a riscos, exógenos ao controle da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo, desta forma, comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira do Fundo podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

**XXI – RISCO DE CONFLITOS DE INTERESSE:** Uma vez que o BICBANCO é o único Cedente de Direitos de Crédito ao FUNDO e também atua como agente de cobrança, podendo surgir situações de conflito de Interesse, decorrentes de tal fato.

**XXII – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO AOS CLIENTES:** A cessão dos Direitos de Crédito ao FUNDO não será notificada previamente aos Clientes. Ao CUSTODIANTE não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte do BICBANCO dos créditos recebidos pelos Clientes, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o FUNDO, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Clientes, os direitos de crédito relativos aos Clientes não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do FUNDO.

**XXIII – RISCO DE GOVERNANÇA:** não obstante o FUNDO observar a Relação Mínima, novas Cotas Seniores poderão ser subscritas por investidores distintos dos Cotistas, situação que poderá influenciar significativamente nas deliberações da Assembleia Geral de Cotistas, modificando a relação de poderes para alteração dos termos e condições da Oferta e do funcionamento do FUNDO. Tal modificação poderá acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

**XXIV – RISCO DE FUNGIBILIDADE:** Em seu curso normal, os Direitos de Crédito Elegíveis a serem adquiridos pelo FUNDO serão adquiridos junto ao BICBANCO. Desse modo, há risco de falha na segregação do fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO, uma vez que o BICBANCO permanecerá como responsável pelo regular recebimento dos valores devidos pelos Clientes em decorrência dos Contratos de Empréstimo e dos valores recebidos pelos Clientes entregues em Cessão Fiduciária, o que pode acarretar perdas ao FUNDO e aos seus Cotistas.



**XXV – OUTROS RISCOS:** O Regulamento prevê que o Cedente será responsável por somente indicar para aquisição, pelo FUNDO, Direitos de Crédito que atendam às características previstas no Parágrafo 2º do Artigo 14 deste Regulamento, porém referidas características poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a higidez dos Direitos de Crédito adquiridos pelo FUNDO. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem vir a ser alcançados por obrigações do BICBANCO ou de terceiros, inclusive em decorrência de intervenção ou liquidação extrajudicial, pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar.

A propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

**Artigo 36:** As aplicações no FUNDO não contam com garantia da ADMINISTRADORA, do BICBANCO, do CUSTODIANTE ou do FUNDO Garantidor de Créditos – FGC. Além disso, o FUNDO poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos de Crédito ou ativos financeiros que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pela ADMINISTRADORA.

## **CAPÍTULO XVII – EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS**

**Artigo 37:** Na emissão de Cotas do FUNDO deverá ser utilizado o valor da Cota em vigor na abertura do dia útil da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, em sua sede ou dependências.

**Parágrafo 1º:** As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas parcial ou integralmente em Direitos de Crédito, nos termos do presente Regulamento. Caso o valor da Cota Subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

**Parágrafo 2º:** Não haverá amortização de Cotas do FUNDO.

**Artigo 38:** No ato da primeira aplicação no FUNDO, o Cotista:

- I - receberá cópia do presente Regulamento e do Prospecto do FUNDO;
- II - assinará o Termo de Adesão ao presente Regulamento;
- III - declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente; e
- IV - assinará o Boletim de Subscrição de Cotas.

**Artigo 39:** A critério da ADMINISTRADORA e por se tratar de um condomínio aberto, novas Cotas do FUNDO, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas,



desde que observados os limites estipulados neste Regulamento, especialmente a Relação Mínima. As novas Cotas terão direitos, taxas, despesas e prazos iguais aos conferidos às demais Cotas de mesma classe.

**Parágrafo Único:** As Cotas mencionadas no "caput" deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos na deliberação de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição.

**Artigo 40:** As Cotas do FUNDO, para fins de resgate, terão seu valor atualizado diariamente.

**Parágrafo Único:** Não obstante o disposto no "caput" deste Artigo, fica estabelecido prazo inicial de carência de 180 (cento e oitenta) dias contados de cada aplicação para o resgate de Cotas Seniores do FUNDO (Prazo de Carência), o qual deve ser observado por todos os Cotistas.

**Artigo 41:** Observado o disposto no Artigo anterior, os Cotistas poderão solicitar o resgate das Cotas Seniores de sua titularidade, por meio de correspondência encaminhada à ADMINISTRADORA, ressalvado o disposto no Artigo 43 Infra.

**Parágrafo 1º:** O pagamento dos resgates pode estar sujeito ao fluxo de vencimentos futuros dos Direitos de Crédito. Desta forma, os Cotistas devem estar cientes de que, dependendo do volume de resgates solicitados num mesmo período, há o risco de o FUNDO não possuir recursos suficientes para efetuar o pagamento de todos os resgates no prazo solicitado. Neste caso, aplicar-se-á o Cotista deverá aguardar a monetização dos Direitos de Crédito para efetuar o resgate.

**Parágrafo 2º:** Respeitado o Prazo de Carência, o pagamento do resgate será realizado em 30 (trinta) dias após a data da respectiva solicitação.

**Parágrafo 3º:** Os resgates de Cotas Seniores serão efetuados pelo valor da cota de abertura no dia do efetivo pagamento dos resgates aos Cotistas.

**Parágrafo 4º:** As Cotas Subordinadas serão resgatadas pelo valor da Cota de abertura do dia efetivo do pagamento do resgate, não havendo carência para resgate.

**Artigo 42:** Admite-se a ocorrência de resgate de Cotas Seniores em data anterior ao vencimento do Prazo de Carência estabelecido neste Regulamento, desde que pelo valor em vigor na data da emissão respectiva, ou no dia da efetivação do resgate, prevalecendo o que for menor.

**Parágrafo 1º:** Na hipótese estabelecida no "caput", será cobrada uma Taxa de Saída equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor resgatado, a qual será descontada no dia do pagamento do resgate, ficando este valor integrado ao patrimônio do FUNDO.

**Parágrafo 2º:** Na hipótese do Cotista Sênior agendar o resgate para a data do vencimento do Prazo de Carência, com no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, por meio de correio eletrônico ou

correspondência endereçada à ADMINISTRADORA com aviso de recebimento, não haverá a cobrança da Taxa de Saída mencionada no Parágrafo anterior.

**Parágrafo 3º:** Na eventualidade do Cotista, não obstante ter agendado o resgate nos termos do Parágrafo anterior, requerer o pagamento do resgate em data anterior à do vencimento do Prazo de Carência, será cobrada a Taxa de Saída prevista no "caput". Na hipótese prevista neste Parágrafo, o pagamento do resgate será realizado em 30 (trinta) dias após a solicitação de resgate pelo Cotista.

**Parágrafo 4º:** Os valores recebidos pelo FUNDO a título de Taxa de Saída serão revertidos em benefício do próprio FUNDO.

**Parágrafo 5º:** Para a solicitação de resgate em data posterior ao vencimento do Prazo de Carência estabelecido no Artigo 40, Parágrafo Único, não será cobrada Taxa de Saída sobre os valores resgatados.

**Artigo 43:** Caso o FUNDO não possua recursos suficientes para liquidar o resgate de Cotas Seniores no prazo previsto no Artigo 41, Parágrafo 2º, supra, a ADMINISTRADORA, até que haja patrimônio suficiente para a liquidação integral do resgate, cessará a aquisição de Direitos de Crédito.

**Artigo 44:** As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate de todas as Cotas Seniores, ressalvadas as hipóteses previstas neste Artigo e no Artigo 46 deste Regulamento.

**Parágrafo 1º:** As Cotas Subordinadas poderão ser resgatadas antes do resgate das Cotas Seniores, observado o disposto nos Parágrafos abaixo.

**Parágrafo 2º:** Recebida a solicitação de resgate de Cotas Subordinadas, a ADMINISTRADORA comunicará os titulares de Cotas Seniores no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o recebimento da referida solicitação. Neste ato, os titulares de Cotas Seniores deverão ser informados sobre o valor e a data de realização do resgate de Cotas Subordinadas.

**Parágrafo 3º:** Os titulares das Cotas Seniores poderão requerer o resgate de suas Cotas no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da expedição da comunicação referente ao resgate de Cotas Subordinadas. O resgate de Cotas Seniores deverá ser integralmente concluído antes do início do resgate das Cotas Subordinadas.

**Parágrafo 4º:** Após o pagamento dos resgates de Cotas Seniores, solicitados de acordo com o previsto neste Artigo, ou transcorrido o prazo fixado no Parágrafo 3º acima sem manifestação dos titulares de Cotas Seniores, será realizado o pagamento das Cotas Subordinadas, nos termos do previsto no Artigo 41 supra.

**Artigo 45:** As Cotas representativas do patrimônio do FUNDO não terão registro para negociação no mercado secundário.



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' shape with a vertical line extending upwards from the top right.



**Artigo 46:** Na hipótese de as Cotas Subordinadas representarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO, estas poderão ser resgatadas, independente do resgate de Cotas Seniores, visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação prevista neste Artigo. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, bem como a Relação Mínima. Sendo que neste caso não é necessário qualquer tipo de aviso prévio ao Cotista.

**Artigo 47:** Visando a preservar o bom desempenho do FUNDO, a ADMINISTRADORA poderá, a seu exclusivo critério, recusar a admissão de novos cotistas e/ou recebimento de novos depósitos, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do FUNDO, sem que para tanto necessite apresentar qualquer tipo de justificativa. Poderá ainda fixar valores mínimos de aplicação, resgate e/ou permanência no FUNDO, os quais constarão do Prospecto do FUNDO.

### **CAPÍTULO XVIII – RELAÇÃO MÍNIMA**

**Artigo 48:** Em conformidade com o Artigo 24, Inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores do FUNDO será de 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas, observado o Artigo 14, Parágrafo 2º, VII, acima. Esta razão será calculada e verificada diariamente pela ADMINISTRADORA e será acessível aos Cotistas do FUNDO, mensalmente, através do site da ADMINISTRADORA ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)).

**Parágrafo 1º:** Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no "caput", com Cotas Subordinadas representando menos que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FUNDO serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A ADMINISTRADORA imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.

II - A ADMINISTRADORA comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no "caput" e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- b) informará ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas o número mínimo de Cotas Subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no "caput".

III - O BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no Inciso II deste Parágrafo, tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e Cotas Seniores mencionada no "caput".

IV - Na hipótese de a ADMINISTRADORA verificar que, decorrido o prazo do Inciso II deste Parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das Cotas Seniores e o patrimônio líquido do FUNDO, quer em virtude da não subscrição, por parte do BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, de um número de Cotas Subordinadas suficientes para atender ao disposto no Inciso II deste Parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela ADMINISTRADORA; b) substituição da ADMINISTRADORA no exercício das funções em relação ao FUNDO; e/ou c) pela liquidação antecipada do FUNDO.

**Parágrafo 2º:** Em razão do disposto no "caput" deste Artigo, a ADMINISTRADORA poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas do FUNDO a qualquer tempo, a fim de restabelecer a Relação Mínima, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XVII deste Regulamento.

#### **CAPÍTULO XIX – ASSEMBLÉIA GERAL**

**Artigo 49:** Será de competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas do FUNDO:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do FUNDO;

III - deliberar sobre a substituição da ADMINISTRADORA;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela ADMINISTRADORA, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação do FUNDO.

**Parágrafo Único:** O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.





**Artigo 50:** A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

**Parágrafo Único:** Somente pode exercer as funções de representante de cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;

II - não exercer cargo ou função na ADMINISTRADORA, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo no BICBANCO.

**Artigo 51:** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas do FUNDO far-se-á mediante anúncio publicado no periódico indicado no Prospecto, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo 1º:** A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Cotistas.

**Parágrafo 2º:** Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Parágrafo 3º:** Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a ADMINISTRADORA tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da ADMINISTRADORA.

**Parágrafo 4º:** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

**Parágrafo 5º:** Para efeito do disposto no Parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

**Artigo 52:** Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da ADMINISTRADORA ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

**Artigo 53:** Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo.

**Parágrafo 1º:** As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos III a V do Artigo 49 serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

**Parágrafo 2º:** Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas do FUNDO, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

**Parágrafo 3º:** Não têm direito a voto na assembléia geral a ADMINISTRADORA e seus empregados.

**Artigo 54:** As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

**Parágrafo Único:** A divulgação referida no "caput" deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO indicado no Prospecto ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, bem como por correio eletrônico, nos termos do Artigo 60 da Instrução CVM 356.

**Artigo 55:** As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de Cotistas presentes na Assembléia Geral;
- II – cópia da ata da Assembléia Geral;
- III – exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no Prospecto.

## **CAPÍTULO XX – EVENTOS DE AVALIAÇÃO**

**Artigo 56:** Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, os Eventos de Avaliação, caberá à ADMINISTRADORA, ou aos Cotistas Interessados, convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da Carteira pela ADMINISTRADORA, delibere sobre a continuidade do FUNDO ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas:

- I - Inobservância pela ADMINISTRADORA de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo IX deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação;



0001346026

5º OFICIAL DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL-SP

II - renúncia da ADMINISTRADORA à administração do FUNDO;

III - inobservância pelo CUSTODIANTE de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º do Artigo 28 do Capítulo XI deste Regulamento, desde que, notificado pela ADMINISTRADORA para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição, pelo FUNDO, de Direitos de Crédito em desacordo com as características descritas no Parágrafo 2º do Artigo 14 deste Regulamento ou os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto nos Capítulos V e VI deste Regulamento;

V - não subscrição, por qualquer motivo, pelo BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso II, do Parágrafo 1º, do Artigo 48, de tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Relação Mínima;

VI - se houver rescisão do Contrato de Custódia;

VII - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;

VIII - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados;

IX - não pagamento, na data de resgate do valor do resgate das Cotas Seniores;

X - resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;

XI - caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento);

XII - caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 23% (vinte e três por cento);

XIII - caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 21% (vinte e um por cento);

XIV - caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 18% (dezoito por cento); e

XV - caso o CDI seja superior a 175% (cento e setenta e cinco por cento) que o CDI do dia imediatamente anterior.

**Parágrafo único:** Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a ADMINISTRADORA suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de direitos de crédito. Concomitantemente, a ADMINISTRADORA deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de

comprometimento do FUNDO. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a ADMINISTRADORA deverá implementar os procedimentos definidos no Artigo 58, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

**Artigo 57:** Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos respectivos valores previstos para resgate na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

## **CAPÍTULO XXI – LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 58:** O FUNDO será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses, quais sejam os Eventos de Liquidação:

I - sempre que assim decidido pelos Cotistas em assembleia geral especialmente convocada para tal fim;

II - se o FUNDO mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV - impossibilidade do FUNDO adquirir direitos de crédito admitidos por sua política de investimentos;

V - se houver decretação de intervenção e/ou liquidação extrajudicial ou cassação da autorização para funcionamento do BICBANCO;

VII - constatação, pela ADMINISTRADORA, de que o BICBANCO cedeu, ou tentou ceder ao FUNDO, Direitos de Crédito sem lastro, onerados ou gravados;

VIII - caso a ADMINISTRADORA deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Artigo 56 acima;

IX - caso o BICBANCO deixe de comunicar à ADMINISTRADORA a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;

X - renúncia da ADMINISTRADORA ou do CUSTODIANTE com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento;





XI – caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;

XII – caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 23% (vinte e três por cento) por 2 (dois) meses consecutivos;

XIII – caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 21% (vinte e um por cento) por 2 (dois) meses consecutivos; e

XIV – caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 18% (dezoito por cento) por 2 (dois) meses consecutivos.

**Parágrafo 1º:** Se a decisão Assembleia Geral for a de não liquidação do FUNDO, fica desde já assegurado o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes que o solidarem, pelo valor das mesmas.

**Parágrafo 2º:** Na liquidação antecipada do FUNDO, não havendo a disponibilidade de recursos, os Cotistas do FUNDO poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da Carteira do FUNDO, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

**Parágrafo 3º:** Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos de Crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a ADMINISTRADORA e o CUSTODIANTE estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o FUNDO perante as autoridades competentes.

**Parágrafo 4º:** A ADMINISTRADORA deverá notificar os Cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de direitos de crédito e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e ativos financeiros a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da ADMINISTRADORA e do CUSTODIANTE perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

**Parágrafo 5º:** Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos Parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores existentes.

**Artigo 59:** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a ADMINISTRADORA deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender



imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos de crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas do FUNDO definidos no Artigo 58 acima. A ADMINISTRADORA deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Cotistas dissidentes de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 58 supra.

**Artigo 60:** Após o pagamento das despesas e encargos do FUNDO, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do FUNDO assim permitir, o valor apurado conforme o Artigo 32 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se:

I – os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 58, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no Artigo 32 e seguintes, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

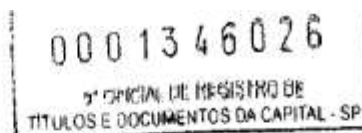
II – que a ADMINISTRADORA poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do FUNDO, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o Artigo 32, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do FUNDO, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

**Artigo 61:** A liquidação do FUNDO será gerida pela ADMINISTRADORA, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

## **CAPÍTULO XXII – ENCARGOS DO FUNDO**

**Artigo 62:** Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da Carteira do FUNDO, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela ADMINISTRADORA:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de Interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos Cotistas;



d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da ADMINISTRADORA;

e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;

f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembléia Geral de Cotistas;

h) taxas de custódia de ativos do FUNDO;

i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e

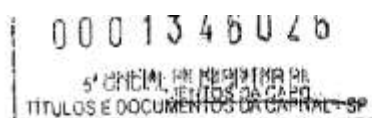
j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, como representante dos Cotistas.

**Parágrafo Único:** Quaisquer outras despesas não previstas como encargos do FUNDO devem correr por conta da ADMINISTRADORA.

**Artigo 63:** O FUNDO arcará com todas as despesas que porventura venham a ser incorridas pelo FUNDO com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos do Contrato de Cessão, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso.

**Artigo 64:** Por exclusiva decisão da ADMINISTRADORA, o FUNDO, poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos em função: (I) da inércia ou da morosidade do BICBANCO em efetivar os procedimentos de cobrança; (II) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (III) do descumprimento dos termos do Contrato de Cessão. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão de responsabilidade do FUNDO, nos termos deste Capítulo.

**Parágrafo 1º:** Caso o FUNDO não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao FUNDO, por meio da



Integralização de novas Cotas Seniores, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

**Parágrafo 2º:** Todos os custos e despesas referidos neste Artigo serão de inteira responsabilidade do FUNDO e dos titulares das Cotas Seniores em circulação, não estando a ADMINISTRADORA, o BICBANCO, o CUSTODIANTE e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes ligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Artigo.

**Parágrafo 3º:** Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela ADMINISTRADORA antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Artigo e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o FUNDO venha a ser eventualmente condenado.

**Parágrafo 4º:** A ADMINISTRADORA, o CUSTODIANTE, o BICBANCO, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo FUNDO e/ou pelos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Artigo.

**Parágrafo 5º:** Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao FUNDO, nos termos deste Artigo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o FUNDO receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

#### **CAPÍTULO XXIII – PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

**Artigo 65:** A ADMINISTRADORA irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, tal como a eventual alteração da classificação de risco do FUNDO ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da respectiva Carteira, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

**Parágrafo 1º:** A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO indicado no Prospecto



ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os Cotistas na sede e agências da ADMINISTRADORA e nas instituições que coloquem Cotas do FUNDO.

**Parágrafo 2º:** Em caso de substituição do periódico, os Cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

**Artigo 66:** A ADMINISTRADORA deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I – o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II – a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III – o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**Artigo 67:** A ADMINISTRADORA deve colocar as demonstrações financeiras do FUNDO à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I – de 15 (quinze) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando do informe mensal de que trata a Instrução CVM nº 489; e
- II – de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**Artigo 68:** As demonstrações financeiras do FUNDO estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM, sendo auditadas anualmente pelos Auditores Independentes, de acordo com as disposições legais aplicáveis, observado que devem constar nos relatórios a serem divulgados pela ADMINISTRADORA, os seguintes itens:

- I - Parecer dos Auditores Independentes opinando se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial do FUNDO.
- II - Demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a regulamentação da CVM; e
- III - Notas explicativas.

**Parágrafo 1º:** O exercício social do FUNDO tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no dia 31 do mês de agosto de cada ano.

**Parágrafo 2º:** Aplicam-se ao FUNDO as disposições da Instrução CVM 489.

#### **CAPÍTULO XXIV – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 69:** Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a ADMINISTRADORA, o CUSTODIANTE, o Cedente e os Cotistas.

**Artigo 70:** Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao FUNDO ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

São Paulo, 24 de novembro de 2011.

José Roberto Matias  
Precursor

  
**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,  
CÂMBIO E COMMODITIES**

  
Ricardo Gesteira  
Diretor

Administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativo – Aberto Bicbanco





**ANEXO I AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIO  
CORPORATIVO – ABERTO BICBANCO**

**LIMITES MÁXIMOS DE CONCENTRAÇÃO**

Os Limites Máximos de Concentração descritos neste Anexo I serão observados pelo CUSTODIANTE de acordo com as instruções fornecidas pela ADMINISTRADORA.

**(I) Por Cliente**

- (a) Nenhum Cliente, isoladamente, poderá ser devedor de Direitos de Crédito em valor igual ou superior ao menor dos valores calculados conforme abaixo:
  - Patrimônio Líquido do FIDC inferior a R\$ 250 milhões: R\$ 15 milhões ou 8% da Carteira do FUNDO;
  - Patrimônio Líquido do FIDC entre R\$ 250 milhões e R\$ 500 milhões: R\$ 25 milhões ou 7% da Carteira do FUNDO;
  - Patrimônio Líquido do FIDC superior a R\$ 500 milhões: R\$ 30 milhões ou 6% da Carteira do FUNDO;
- (b) O saldo devedor dos 10 (dez) maiores Clientes não poderá ser superior 53% (cinquenta e três por cento) da Carteira do FUNDO.
- (c) O saldo devedor dos 20 (vinte) maiores Clientes não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento) da Carteira do FUNDO.
- (d) O saldo devedor dos 50 (cinquenta) maiores Clientes não poderá ser superior a 99% (noventa e nove por cento) da Carteira do FUNDO.
- (e) Nenhum Cliente, seu controlador, entidade por ele direta ou indiretamente controlada e coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum poderá ser devedor de Direitos de Crédito em valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da Carteira do FUNDO.

Para fins do disposto neste item (I), o número de Clientes mencionado nas respectivas alíneas deverá ser calculado considerando-se apenas o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

**(II) Por Ramo de Atividade**

- (a) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes que atuem em um mesmo ramo de atividade não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) da Carteira do FUNDO, exceto com relação aos 2 (dois) maiores setores, devendo em tal caso ser observado o disposto nos itens (b) e (c) abaixo.
- (b) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes cujas atividades preponderantes sejam no principal setor de concentração de Direitos de Crédito do FUNDO não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) da Carteira do FUNDO.
- (c) O valor dos Direitos de Crédito devidos por Clientes cujas atividades preponderantes sejam no 2º principal setor de concentração de Direitos de Crédito do FUNDO não poderá

ser superior a 20% (vinte por cento) da Carteira do FUNDO.

- (d) O saldo devedor dos 5 (cinco) maiores setores não poderá ser superior a 67% (sessenta e sete por cento) da Carteira do FUNDO.
- (e) O saldo devedor dos 10 (dez) maiores setores não poderá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) da Carteira do FUNDO.

### **(III) Por Estado da Federação**

<b>Percentual máximo da Carteira</b>	
<b>Estado</b>	
São Paulo	25% (vinte e cinco por cento)
Outros Estados	15% (quinze por cento) por Estado

### **(IV) Por Classificação de Crédito da Operação**

Não poderão ser adquiridos pelo FUNDO Direitos de Crédito em Contratos de Empréstimo com classificação D, E, F, G ou H (incluindo as Garantias), atribuída de acordo com a Política de Crédito do Cedente.

O valor dos Direitos de Crédito em Contratos de Empréstimo com classificação C (incluindo as Garantias), atribuída de acordo com a Política de Crédito do Cedente, não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO.

### **(V) Por Taxa de Juros**

O valor dos Direitos de Crédito com taxa de juros fixa não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO.

### **(VI) Por Classificação do Cliente**

Não poderão ser adquiridos pelo FUNDO Direitos de Crédito cujos respectivos Clientes possuam classificação D, E, F, G ou H (excluindo as garantias), atribuída de acordo com a Política de Crédito do Cedente.





**ANEXO II AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CORPORATIVO – BICBANCO ABERTO**

**POLÍTICA DE CRÉDITO DO CEDENTE**

1. Em relação à sua política de concessão de crédito e cobrança, o Cedente adota os procedimentos descritos abaixo.

- I. Os Contratos de Empréstimo devem ser celebrados com Clientes somente se as parcelas de pagamento pretendidas forem compatíveis com seu patrimônio e faturamento.
- II. Conforme previsto nos respectivos Contratos de Empréstimo, cada um dos Clientes autoriza o Cedente a realizar o débito, em suas contas de depósito, dos valores necessários para o pagamento das parcelas previstas em cada um dos Contratos de Empréstimo.

2. A avaliação dos dados cadastrais dos Clientes será realizada da seguinte forma:

- I. Conforme a Resolução CMN nº 2.682/99 e a Lei n.º 4.595, para a concessão de crédito são consideradas informações que caracterizem a situação econômico-financeira da empresa, avaliando seu grau de endividamento, capacidade de gerar resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, prazo de pagamentos, contingências e setor de atuação.
- II. Para analisar os itens acima, são determinadas como áreas de risco na classificação dos clientes: a análise do mercado, avaliação do controle acionário, situação financeira, análise e avaliação da possibilidade de acesso a crédito e a performance futura.
- III. Como parte integrante do processo de avaliação dos dados, as informações cadastrais dos Clientes são atualizadas a cada 180 (cento e oitenta) dias, assim como informações de balanço, faturamento, abertura de endividamento e outros dados gerenciais que permitem avaliar as condições financeiras.
- IV. De acordo com os tópicos destacados, observa-se que o BICBANCO é seletivo no momento da avaliação do crédito, sendo sua carteira composta por empresas de perfis diferenciados, que são cuidadosamente avaliados visando a redução de riscos.

3. A análise de crédito será realizada da seguinte forma:

- I. As características descritas no item 2 (I) acima são consideradas de forma conjunta não prevalecendo um único fator para análise e sim as condições deste fator diante dos demais elementos que caracterizam o Cliente, estabelecendo a razão entre condições externas e internas destes.



II. Principais pontos considerados na análise de crédito:

- Situação econômico-financeira;
- Controle societário/Administração;
- Setor;
- Porte;
- Participação no mercado;
- Produtos;
- Fornecedores;
- Vendas;
- Concorrência; e
- Garantia(s).

III. Dos pontos listados acima é considerada a realização da análise dos setores nos quais os Clientes atuam, em virtude do impacto que as operações podem sofrer tanto pelo cenário econômico geral, como pela condição financeira da empresa.

IV. Assim como a análise setorial, a previsão de performance futura é considerada na decisão de crédito tendo em vista a conjuntura de mercado, produto, instalações, tecnologia da empresa, situação financeira e demais dados que possam demonstrar qual o comportamento da empresa nos períodos seguintes.

V. Dentre as áreas de risco mencionadas, a capacidade financeira não apenas da empresa, mas também de seus acionistas e executivos, são fatores considerados no momento de concessão de crédito, onde são observados principalmente se a administração da empresa é familiar ou profissionalizada, quais os recursos dos acionistas, qual a capacidade de investimento, qual a predisposição para investir os lucros, quem são os principais administradores, como são feitos os controles administrativos e principalmente financeiros.

VI. As classificações de risco (rating) dos Clientes são realizadas de acordo com critérios consistentes e que possam ser analisados inclusive com base no histórico de relacionamento do cliente com o BICBANCO, assim como as informações externas que complementem a verificação. Destaca-se que:

VII. O BICBANCO utiliza a classificação do risco (rating) como fator que determinará o spread adequado para a diminuição do impacto dos riscos potencial, considerando variáveis utilizadas.

VIII. A classificação de risco do Cliente (rating) é avaliada considerando a situação de Mercado, controle acionário da empresa, principais membros da administração, análise financeira da organização, qualidade do relacionamento em instituições financeiras, assim como perspectivas de desempenho nos períodos seguintes.

IX. O risco potencial dos Clientes é qualificado pela classificação de rating, que torna mais



seletivo o processo de análise da capacidade de recebimento do principal, juros, comissões, assim como o cumprimento das demais condições estabelecidas

- X. A classificação de rating é extensiva a todos os Clientes e todos os Contratos de Empréstimo, sendo realizada da seguinte maneira: em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis: nível AA; nível A; nível B; nível C; nível D; nível E; nível F; nível G e nível H, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, de acordo com os períodos de atraso no pagamento, correspondendo o nível H a atrasos superiores a 180 (cento e oitenta) dias.
- XI. Os Contratos de Empréstimos podem apresentar rating diferente da classificação de risco atribuída ao Cliente, tendo em vista a(s) garantia(s) oferecida(s) em cada operação.
- XII. Os níveis de risco mencionados acima são diferenciados com base na classificação de rating que permite a administração correta dos riscos, bem como a tomada de decisão em relação a estes.
- XIII. A qualidade da tomada de decisão do crédito segue a classificação de risco descrita de acordo com os parâmetros adotados pelo BICBANCO, considerando os elementos necessários à análise de forma conjunta e com o devido rigor.

4. A aprovação de crédito pelo BICBANCO é realizada conforme o descrito abaixo:

- I. Após o processo de análise a concessão de crédito será feita nas condições definidas pelo Comitê de Crédito do BICBANCO, visando garantir que os compromissos financeiros assumidos junto ao BICBANCO sejam honrados.
- II. Portanto, a concessão de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve considerar o grau de risco, admitindo em casos específicos a classificação diversa para determinada operação.
- III. A decisão de concessão de crédito será realizada com base nas condições econômico-financeiras do Cliente, no histórico da atuação do Cliente em relação ao mercado e ao BICBANCO, no total dos riscos diretos (operações contratadas) e indiretos (avais, fianças e coobrigações) junto ao mercado e ao BICBANCO. As condições mencionadas à concessão consideram como:
  - (I) A situação financeira da empresa demonstra a produtividade e controle, considerando o setor de atuação. Sendo utilizado como fator determinante na concessão de crédito.
  - (II) A facilidade de obtenção de crédito junto ao mercado, é outro indicativo que o BICBANCO considera fortemente detalhando em quais bancos o Cliente tem crédito, qual o seu relacionamento com estes bancos, em que condições e volume opera, se há restrições com esse Cliente no mercado.



- IV. Seguindo o processo de aprovação, conforme previsto nos documentos representativos do crédito, os Clientes autorizam o Cedente a direcionar os valores recebidos e creditados nas Contas Vinculadas dos Clientes, para liquidação e amortização das parcelas devidas em decorrência dos Contratos de Empréstimo.
- V. Quadro resumo:

SITUAÇÃO FINANCEIRA
Liquidez, lucros, caixa, política investimento e histórico de pagamentos.

PERFORMANCE FUTURA
Transparência, desempenho, confiança, não previsão de mudanças significativas no futuro.

CONTROLE ACIONÁRIO
Administradores, sócios, experiência, capacidade financeira, controles e descentralização da gestão.

MERCADO/ PRODUTO
Liderança no mercado, importância do produto, concorrência, qualidade dos produtos, sazonalidade e barganha.

5. O acompanhamento dos créditos concedidos pelo BICBANCO é realizado da seguinte forma:

- I. A carteira de crédito é constantemente monitorada e avaliada, com o intuito de acompanhar as condições dos clientes qualificando o comportamento destes e interferindo quando necessário.
- II. Cabe ao BICBANCO revisão os riscos significativos de crédito que faz parte do processo de acompanhamento da carteira, revisando as operações realizadas por grupos ou segmentos econômicos afetados por tendências adversas.
- III. Conforme o Parágrafo acima, o BICBANCO revisa as operações de créditos inadimplentes ou de liquidação duvidosa, acompanhando a situação econômico-financeira dos Clientes, assim como demais elementos que apresentem potencial para atuar como variáveis da carteira de crédito do banco.
- IV. Outro ponto considerado no acompanhamento de crédito são as variações das classificações de risco que ocorrem diante de fatores que possam afetar a qualidade de crédito como finalidade da operação, valor, prazo, garantia, endividamento, liquidez, fluxo de caixa, pontualidade e ramo de atividade econômica.
- V. As classificações de risco dos Clientes são reavaliadas em qualquer período, caso sejam identificados novos fatores que modifiquem a percepção da qualidade do crédito diante



de alterações no risco, em situações setoriais específicas ou gerais, como crises de mercado, políticas monetária e de taxa de juros, cambial, fiscal e tributária, recessão, etc.

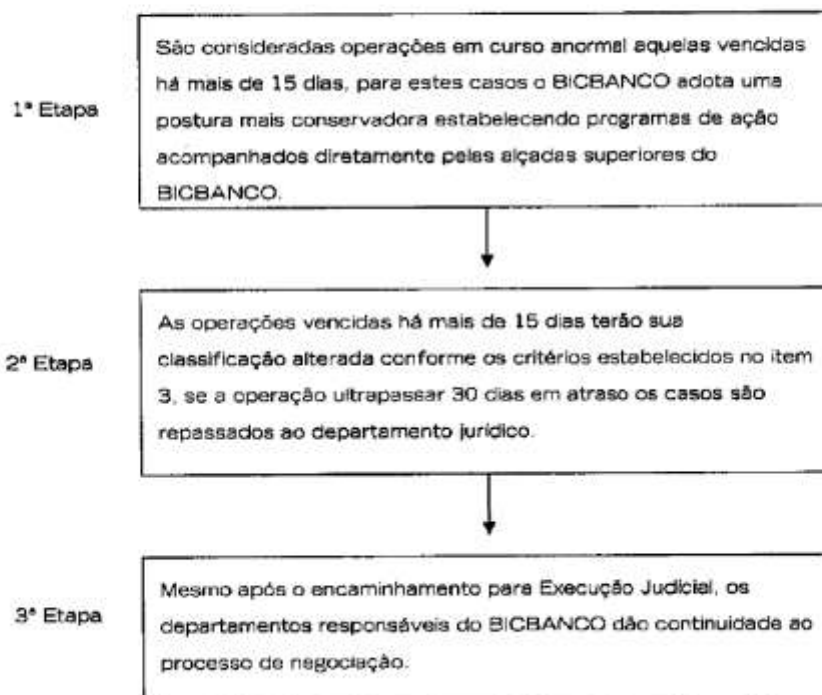
- VI. Diante da ocorrência de fatores que levem a reavaliação periódica como no Parágrafo acima e que sejam considerados um risco para o crédito, o BICBANCO adota uma posição mais conservadora em relação ao Cliente aumentando o rigor na concessão do crédito.
- VII. O acompanhamento de crédito concedido permite verificar se há necessidade de liberação do excedente ao cliente, caso estes tenham disponibilizado valores suficientes em suas contas de depósito para pagamento das parcelas dos Contratos de Empréstimo ou caso os recebíveis creditados em favor dos Clientes excedam o valor da respectiva parcela mensal do Contrato de Empréstimo.
- VIII. Conforme o item acima, o excedente será liberado sem prejuízo de que os futuros recebíveis eventualmente creditados na Conta Vinculada do Cliente sejam utilizados para a liquidação ou amortização das parcelas mensais subsequentes.
- IX. Mesmo após a cessão dos Direitos de Crédito ao FUNDO, permanecerá o Cedente como responsável pelo regular recebimento dos valores devidos pelos Clientes em decorrência dos Contratos de Empréstimo e dos valores recebidos pelos Clientes entregues em Cessão Fiduciária.
- X. Fica ajustado que os recursos provenientes do recebimento dos Contratos de Empréstimo serão transferidos da Conta Vinculada do Cliente à Conta Autorizada do FUNDO, sob a responsabilidade do Cedente.
- XI. Fica ajustado que os recursos provenientes da Cessão Fiduciária serão transferidos das Contas Vinculadas dos Clientes também para a Conta Autorizada do FUNDO em até 2 (dois) dias úteis contados de seu recebimento, sob a responsabilidade do Cedente.

6. A recuperação de crédito é realizada observando-se o descrito a seguir:

- I. A recuperação de crédito inicia-se caso necessário, pelo Cedente ou por terceiros por este contratados, os procedimentos extrajudiciais e judiciais de cobrança dos Direitos de Crédito, tal como previstos no Contrato de Promessa de Cessão.
- II. Caso os recursos necessários à liquidação ou amortização das parcelas dos Direitos de Crédito não sejam disponibilizadas pelos Clientes, quer em razão da inexistência de valores a serem creditados ou em decorrência do simples não pagamento dos valores.
- III. Cabe ao Custodiante exclusivamente a conciliação física e financeira das informações enviadas ao FUNDO pelo Cedente, em decorrência deste atuar como único responsável

pelo recebimento, conciliação e repasse de valores ao FUNDO.

- IV. A parte integrante e essencial do processo de recuperação de crédito, as provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas periodicamente em montantes suficientes para fazer face a perdas possíveis.
- V. As etapas da recuperação de crédito consistirão nas descritas abaixo:



Em caso de descumprimento das funções acima indicadas pelo Cedente, este será destituído de suas funções, sendo aplicadas as condições previstas no Regulamento, o Administrador requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios para outra instituição.



**ANEXO V - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA OFERTA**



## DECLARAÇÃO

**BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 1.048, 12º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.450.604/0001-89, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição de cotas seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.237.210/0001-02 ("Oferta" e "Fundo", respectivamente), vem, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar (a) que as informações prestadas pela administradora do Fundo por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

São Paulo, 28 de setembro de 2011.

Por:  
Cargo:

Fco. Edênio Barbosa Nobre  
Diretor Executivo

Por:  
Cargo:

Carlos José Roque  
Diretor Executivo


ANEXO VI - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA DO FUNDO



## DECLARAÇÃO

CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional da atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, na qualidade de instituição administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CORPORATIVO - ABERTO BICBANCO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.237.210/0001-02 ("Fundo"), vem, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) o prospecto de distribuição pública de cotas seniores do Fundo ("Prospecto" e "Oferta", respectivamente) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos inerentes aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta.

São Paulo, 28 de setembro de 2011.

  
\_\_\_\_\_  
CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Por: **Ricardo Augusto L. Martins**  
Cargo: **Diretor**

  
\_\_\_\_\_  
**Luís Locaspi**  
Procurador

Por: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

## ANEXO VII - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Data de Publicação: 23 de setembro de 2011

## Relatório de Rating Preliminar

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativo - Aberto  
BicBanco**

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 23 de setembro de 2011 e não constitui uma recomendação para compra, retenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos e anexos, ainda não está disponível. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

## Rating Preliminar em Setembro de 2011

Instrumento	Rating Preliminar	Subordinação Inicial	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Legal Final
Cotas seniores	brAA+ (sf)	25%	Fundo aberto sem montante definido*	Fundo aberto com prazo de duração indeterminado
Cotas subordinadas	Não Classificadas	Não Aplicável	Fundo aberto sem montante definido*	Fundo aberto com prazo de duração indeterminado

\* A expectativa do cedente é de que o FIDC atinja R\$ 300 milhões em até 1 ano.

## Perfil

FIDC: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativo – Aberto BicBanco (FIDC Aberto BicBanco)

Data prevista para início da distribuição: outubro de 2011.

Colateral: direitos creditórios decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco Industrial e Comercial S.A. (BicBanco: BB+/Estável/B e brAA/Estável/-) a empresas brasileiras que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão definidas no regulamento do FIDC.

Administradora: Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities (Concórdia).

Custodiante: Itaú Unibanco S.A.

Proteção de crédito: subordinação de cotas e spread excedente.

**Fundamentos**

O rating preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC Aberto BicBanco reflete:

**Pontos Fortes**

- O reforço de crédito derivado da subordinação mínima de cotas e do spread excedente proporcionado por uma taxa mínima de desconto aplicável na aquisição dos direitos creditórios;
- Os critérios de elegibilidade e as condições de cessão do FIDC, que utilizamos como base para estimar cenários de formação de carteiras de maneira conservadora;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas (constituição do veículo de emissão e venda perfeita e acabada dos ativos)

### **Pontos Fracos**

- O potencial risco de descasamento de taxa de juros, derivado do diferencial de taxas entre os ativos e o passivo (rentabilidade-alvo das cotas seniores);
- O risco de fungibilidade ao qual a estrutura está exposta, uma vez que o fluxo de pagamento dos direitos creditórios é realizado em uma conta corrente mantida no BicBanco.

### **Fatores Mitigantes**

- Apenas 20% do Patrimônio Líquido (PL) do FIDC poderá estar exposto a direitos creditórios com taxas de juros fixa. Os demais créditos deverão apresentar taxa de juros indexada ao CDI;
- Os recursos depositados na conta corrente do BicBanco deverão ser transferidos para a conta corrente do FIDC em até dois dias úteis.

Em 23 de setembro de 2011, a Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAA+ (sf)', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de emissões, às cotas seniores a serem emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativo – aberto BicBanco (FIDC Aberto BicBanco). A carteira de direitos creditórios do FIDC Aberto BicBanco deverá ser composta por empréstimos concedidos pelo BicBanco a empresas brasileiras que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão definidas no regulamento do FIDC.

O rating preliminar 'brAA+ (sf)' expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, e indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, e a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC deverão fornecer proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

As cotas seniores do FIDC Aberto BicBanco terão uma meta de rentabilidade equivalente à 112% da taxa DI over. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Pela característica de um fundo aberto, o investidor poderá solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento. O pagamento do resgate será realizado em até 30 dias após a solicitação, desde que o FIDC possua a liquidez necessária para tanto. Caso contrário, o regulamento do FIDC prevê que o resgate seja efetuado à medida que existam recursos disponíveis para concluir o pagamento.

### **Qualidade de Crédito dos Ativos Securitizados**

#### **Colateral**

A carteira de direitos creditórios do FIDC deverá ser composta por empréstimos concedidos pelo BicBanco a empresas de pequeno e médio porte, bem como atender aos critérios de elegibilidade, às condições de cessão e aos limites de concentração definidos no regulamento do FIDC.

### **Crítérios de Elegibilidade, Condições de Cessão e Limites Máximos de Concentração**

O custodiante do FIDC deverá validar os critérios de elegibilidade, enquanto o cedente deve verificar as condições de cessão e os limites de concentração. Destacamos abaixo as principais características que os direitos de crédito deverão apresentar e que utilizamos para a definição de cenários conservadores de composição da carteira do FIDC, bem como de cenários de análise de fluxo de caixa:

- Os devedores não poderão apresentar ao FIDC nem ao cedente créditos vencidos e não pagos há mais de 10 dias.
- A carteira de direitos creditórios do FIDC não poderá apresentar um prazo médio de vencimento ponderado superior a 548 dias, sendo o prazo máximo de vencimento de qualquer direito creditório equivalente a seis anos.
- Até 20% do PL do FIDC poderá ser representado por direitos de crédito com taxas de juros pré-fixadas. Os demais créditos deverão ter taxas de juros atreladas ao CDI.
- O devedor não poderá apresentar apontamentos de concordata, falência e intervenção no SERASA;
- Deverão contar com garantias equivalentes a, no mínimo, 100% do valor das parcelas do contrato de empréstimo de acordo com os pesos atribuídos a cada modalidade de garantia definidos no regulamento do FIDC.
- Os devedores deverão ter uma classificação atribuída pelo cedente sem o benefício das garantias de C ou superior.

O regulamento do FIDC determina que os limites máximos de concentração deverão ser considerados *pro forma*, uma vez computada cada cessão pretendida. As tabelas 1 e 2 apresentam os principais limites de concentração considerados em nossa análise.

**Tabela 1 - Limites de Concentração por Devedor**

Grupo de Concentração	% Total em Relação ao PL do FIDC
10 maiores	63%
20 maiores	80%
50 maiores	99%

**Tabela 2 - Limites de Concentração por Setor**

Setor	% Total em Relação ao PL do FIDC
Maior	30%
2º maior	20%
Demais	15%
Cinco maiores	67%
10 maiores	95%

### Análise de Crédito

Analizamos o fluxo de recursos estimado e os mecanismos de reforço de crédito presentes na estrutura para avaliar a capacidade do FIDC de cumprir com o resgate integral das cotas seniores nas condições determinadas em seu regulamento, sob vários cenários de estresse. Consideramos as seguintes premissas em nossa análise:

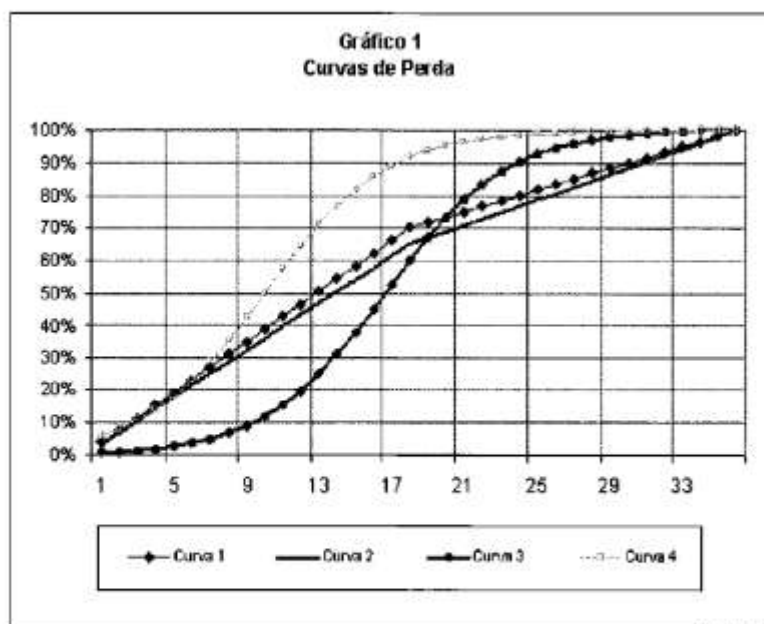
1. Resgate integral das cotas seniores, levando-se em conta a meta de rentabilidade dessas cotas.
2. Como um fundo aberto, o investidor poderá solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento. Uma vez que o regulamento prevê que os resgates serão realizados à medida que existam recursos para tanto (dessa forma seguindo o fluxo de vencimento dos ativos), modelamos uma carteira de prazo médio de 548 dias (18 meses) conforme definições do regulamento. O prazo total utilizado na modelagem foi de 36 meses;
3. Consideramos que a amortização de cotas torna-se sequencial logo no início da vida do FIDC, com prioridade ao resgate integral das cotas seniores, uma vez que nossos cenários de perda provocariam eventos de avaliação e/ou de liquidação (gatilhos de razão de garantia e de índices de inadimplência);
4. Avaliamos o desempenho histórico dos empréstimos originados pelo BicBanco, e realizamos um mapeamento entre a escala de classificação interna de risco do BicBanco e a escala de ratings da Standard & Poor's, que considerou o nível de aderência entre as classificações do banco e as métricas de análise de empresas utilizadas pela Standard & Poor's. O resultado dessa análise indica que as classificações internas do BicBanco entre AA e C estão, atualmente, em linha com as avaliações de crédito (*credit assessments*) na Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's nas categorias 'brbb' e 'brb+';
5. Analisamos as políticas de investimentos, os critérios de elegibilidade, as condições de cessão e os limites máximos de concentração do FIDC, com o objetivo de criar diversos cenários de formação de carteira, considerando-se o cenário mais conservador;
6. Utilizamos os dados sobre as carteiras hipotéticas como valores de entrada para o modelo CDO Evaluator 5.1\* (CDOE), que forneceu a função de distribuição de probabilidade de inadimplência e de perdas líquidas esperadas para cada categoria de rating;
7. Consideramos outros elementos estruturais definidos no regulamento do FIDC, como a taxa mínima de rendimento dos créditos (conforme tabela dinâmica entre razão de garantia e taxa dos créditos definida no regulamento do FIDC, descrita na tabela 3), entre outros;

**Tabela 3 - Tabela dinâmica entre razão de garantia e taxa mínima de rendimento dos ativos**

Razão de garantia	Sobretaxa mínima em relação à Taxa DI (ao ano)
25%	8,00%
26%	7,00%
27%	5,75%
28%	4,75%
29% ou superior	4,00%

1. Determinamos cenários de análise de fluxo de caixa com base em diversos cenários de estresse, que abrangeram variações nas taxas de juros e curvas de perdas distintas (ver gráfico 1). As curvas adotadas refletem um horizonte de tempo de 36 meses (portanto com perdas concentradas num período de três anos). Tal premissa foi adotada com base na exigência de que o prazo médio ponderado da carteira de créditos não exceda 18 meses. Considerando que a maioria dos créditos deve apresentar parcelas mensais e não estar mais sujeitos à carência, assumimos que grande parte dos créditos terá prazo final igual ou inferior a 36 meses;
2. Essa análise forneceu o nível máximo de inadimplência e de perdas que o FIDC suportaria no cenário de rating considerado, sem que o resgate integral das cotas seniores no prazo dos ativos fosse comprometido;
3. Finalmente, comparamos os níveis de inadimplência e de severidade da perda estimados pelo CDOE e o nível de perda suportável de acordo com nossa análise de fluxo de caixa, para determinar o rating atribuído às cotas seniores do FIDC Aberto BicBanco.

\*Modelo de análise proprietário da Standard & Poor's, que utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos. O modelo considera a avaliação de risco dos devedores, o setor de atividade, o tamanho e o prazo de cada empréstimo, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos. O modelo também realiza testes suplementares de concentração de carteira.



De acordo com a análise descrita anteriormente, o resultado das simulações mediante a utilização do CDOE indicou uma estimativa de taxa de inadimplência consolidada de 36,33% para o cenário de rating 'brAA+ (sf)', considerando-se a carteira de maior risco potencial permitida pelos critérios e condições estabelecidos no regulamento do FIDC. Nossas simulações de fluxo de caixa demonstraram que a estrutura do FIDC seria capaz de suportar tal nível de inadimplência, considerando o reforço de crédito disponível, bem como a recuperação de parte dos créditos em *default*. A tabela 4 demonstra os cenários de fluxo de caixa considerados para cada curva de perda (gráfico 1) e cada cenário de proteção de crédito (tabela 3). A taxa de inadimplência suportável em todos os cenários indica que o FIDC seria capaz de absorver o nível de inadimplência estimado para a carteira hipotética assumida.

**Tabela 4 - Resumo dos Cenários de Análise de Fluxo de Caixa (taxa de inadimplência suportável)**

Curvas de Perda	Cenários de Proteção de Crédito				
	1	2	3	4	5
1	37,21%	37,16%	36,66%	36,78%	37,06%
2	37,23%	37,18%	36,67%	36,80%	37,08%
3	37,83%	37,78%	37,21%	37,41%	37,70%
4	37,21%	37,16%	36,66%	36,78%	37,06%

#### **Premissas de recuperação de crédito pós-default**

A recuperação de créditos problemáticos pode variar consideravelmente de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição financeira originadora, as modalidades de empréstimo ofertadas, os tipos de garantias incluídas nos contratos e a jurisdição local. O regulamento do FIDC apresenta exigências, níveis de cobertura e limites por modalidade com relação aos tipos de garantias acessórias que os empréstimos elegíveis deverão apresentar. No entanto, a Standard & Poor's não considera suficientemente robustas certas modalidades de garantia permitidas pelo FIDC em termos de estimativas de recuperação pós-*default* assumidas em nossos modelos de análise. Tais modalidades incluem a hipoteca, os direitos creditórios a performar e o penhor de estoque. Desta forma, e com base nas combinações permitidas pelo regulamento, assumimos conservadoramente que a carteira teórica do FIDC poderia ser composta por 100% de créditos com garantias menos robustas, em nossa opinião. Como resultado, utilizamos uma premissa de índice de recuperação de 20,6%, que está alinhada com nossas

premissas para créditos seniores sem garantias (*senior unsecured*). Tal número resulta da diferença entre a estimativa de inadimplência consolidada da carteira (36,33%) e a estimativa de perda líquida pós-recuperação (28,84%).

#### Análise de Sensibilidade

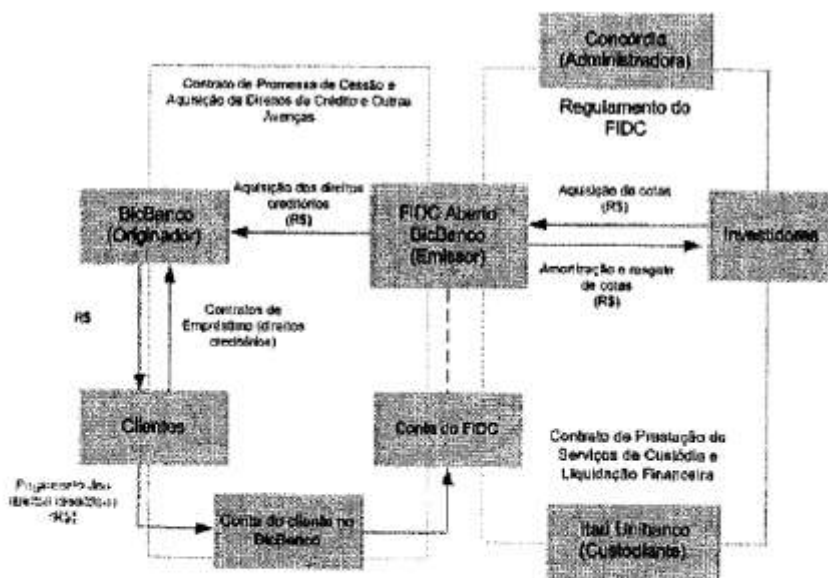
Um reforço de crédito será fornecido pela subordinação de cotas (inicialmente de 25% para as cotas seniores, mantida de maneira dinâmica de acordo com o rendimento da carteira de direitos creditórios), a de spread excedente (proporcionado pelo rendimento da carteira de direitos creditórios). Embora tal reforço de crédito tenha sido dimensionado de forma a fornecer uma proteção de crédito consistente com o rating atribuído, sob diversos cenários de estresse, o rating poderá sofrer pressão de rebaixamento se a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se alterar substancialmente durante a vida do FIDC ou se mudarmos as premissas utilizadas na análise inicial da transação.

Monitoramos continuamente nossos ratings, bem como o nível estimado de inadimplência e de perda de crédito associado à carteira de créditos do FIDC, com o intuito de avaliar se a estrutura de fluxo de caixa do FIDC permanece adequada aos ratings atribuídos. Uma eventual deterioração na qualidade de crédito dos ativos poderia aumentar nossa estimativa de perdas da carteira e, eventualmente, afetar os ratings atribuídos.

#### Descrição da Estrutura - Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O FIDC Aberto BicBanco será um condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado. O FIDC poderá adquirir créditos elegíveis após a subscrição de suas cotas e reinvestir os recebimentos em relação aos direitos creditórios em novos direitos creditórios elegíveis durante seu período vigência. O FIDC também poderá manter aplicações em outros instrumentos de renda fixa, desde que possuam riscos de crédito e de liquidez adequados ao perfil de risco do FIDC, além de caixa.

Gráfico 2 – Diagrama da Estrutura



### **Fluxo dos Recursos**

1. O FIDC capta recursos de investidores e em contrapartida emite cotas de classes distintas.
2. De acordo com os termos do regulamento do FIDC e do contrato de cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças (contrato de cessão), o BicBanco oferece créditos elegíveis ao FIDC que atendam as condições de cessão.
3. O custodiante verifica os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios e envia ao BicBanco a lista dos direitos creditórios que pretende adquirir.
4. Após ajustes e formalizações necessários, o custodiante efetua o pagamento do preço de aquisição dos direitos creditórios ao BicBanco, utilizando recursos disponíveis.
5. Os devedores realizam os pagamentos em relação aos direitos creditórios cedidos (contratos de empréstimos) em conta corrente no BicBanco.
6. O BicBanco consolida os recebimentos em uma conta centralizadora e transfere os recursos ao FIDC em até dois dias.
7. O resgate das cotas é feito de acordo com os termos do regulamento do FIDC.

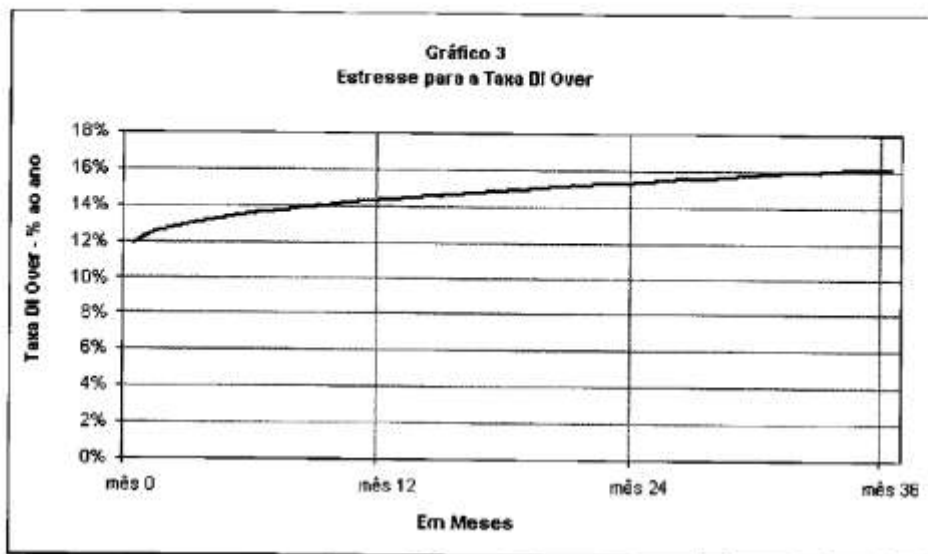
### **Ordem de Alocação de Recursos**

Diariamente, a administradora do FIDC deverá utilizar os recursos disponíveis de acordo com a seguinte ordem de preferência:

1. Pagamento de encargos do FIDC;
2. Formação de reserva de inadimplência e para pagamento de despesas estimadas do fundo;
3. Pagamento do resgate de cotas seniores;
4. Aquisição de direitos creditórios elegíveis;
5. Resgate de cotas subordinadas, respeitando-se condições determinadas pelo regulamento do FIDC (enquadramento da razão de garantia e inexistência de qualquer evento de avaliação ou liquidação).

### **Risco de Descasamento de Taxa de Juros**

O regulamento do FIDC determina que até 20% de seu PL poderá ser representado por direitos creditórios com taxas de juros pré-fixadas. O FIDC está exposto ao risco de descasamento na taxa de juros, uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos a uma taxa de desconto pré-fixada, ao passo que a remuneração-alvo das cotas seniores será flutuante e indexada à Taxa DI Over. Esse risco será primariamente mitigado pelo spread excedente, e também pela subordinação de cotas (disponível às cotas seniores). Utilizamos uma premissa conservadora de cenário de variação da Taxa DI Over, consistente com a categoria de rating "brAA+", ao longo da vida do FIDC. O gráfico 3 abaixo mostra a curva de juros utilizada:



O spread excedente é definido pela diferença entre a taxa de juros dos direitos creditórios e a meta de rentabilidade das cotas. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, além de criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, e de servir como proteção contra perdas, antes que a subordinação seja consumida. Com base na estrutura de capital inicial do FIDC (subordinação mínima de 25%), e na sobretaxa mínima em relação à Taxa DI no cenário inicial (8,0% ao ano), estimamos o spread excedente em aproximadamente 10% ao ano no início do FIDC (diferença entre o rendimento dos ativos e a meta de rentabilidade das cotas seniores), com base na Taxa DI atual de 12% ao ano.

#### **Riscos Operacionais**

O rating das cotas seniores do FIDC Aberto Bicbanco reflete, entre outros fatores, a capacidade do Bicbanco como responsável pela originação dos créditos, por ajustes na política de crédito, e formalização das operações e cobrança dos créditos em atraso. Incorpora também a capacidade da instituição administradora, gestora e do custodiante de cumprir com suas obrigações. Entendemos que o administrador, o gestor e o custodiante do FIDC têm capacidade adequada para cumprir suas obrigações. Contudo, caso não se cumpram atividades relevantes ao andamento das operações do FIDC, poderemos revisar o rating atribuído às cotas seniores do FIDC. Entre as atividades importantes estão: acompanhamento dos eventos de avaliação, gestão de liquidez e dos pagamentos dos direitos creditórios, entre outros.

#### **Riscos de Contraparte**

##### **Obrigações de Suporte Direto**

A Standard & Poor's qualifica a conta bancária do FIDC como um suporte direto. A conta autorizada do FIDC é mantida no Itaú Unibanco, cuja qualidade de crédito é consistente com o rating atribuído às cotas seniores do FIDC. O risco de contraparte do Itaú Unibanco pode limitar o rating atribuído às cotas do FIDC, e este poderia ser rebaixado caso alterássemos nossa opinião sobre a qualidade de crédito dessa instituição, sem que fossem tomadas medidas adequadas para mitigar tal risco.

##### **Outros Suportes - Risco de Fungibilidade**

A liquidação dos direitos de crédito ocorrerá no âmbito das operações do Bicbanco, que atuará como agente de recebimento e depositário fiel dos recursos provenientes dessa liquidação. Ainda, os devedores dos contratos de empréstimo não serão notificados sobre a cessão dos direitos creditórios ao FIDC. Caso o Bicbanco deixe de ser responsável pelo recebimento e transferência dos recursos provenientes do pagamento dos direitos creditórios ao FIDC, os devedores serão notificados sobre a cessão, de modo que os pagamentos passem a ser realizados diretamente na conta autorizada do FIDC. Ainda que certos pagamentos continuem sendo realizados em benefício do cedente, este permanecerá obrigado a restituir ao FIDC os valores referentes a tais

pagamentos. De acordo com o BicBanco, todos os contratos de empréstimo a serem cedidos ao FIDC deverão conter cláusulas sobre o consentimento prévio dos devedores em relação à possibilidade de cessão do direito de crédito a terceiros, inclusive ao FIDC Aberto BicBanco.

As circunstâncias acima trazem riscos de fungibilidade à estrutura do FIDC. Como forma de atenuar este tipo de risco, a documentação do FIDC determina que, após a liquidação dos direitos creditórios no BicBanco, este deverá transferir os recursos devidos ao FIDC para sua conta autorizada em até dois dias úteis, permanecendo como fiel depositário de tais valores até sua efetiva transferência ao FIDC.

### **Análise Legal**

O FIDC Aberto BicBanco deverá ter a titularidade, os direitos e os interesses sobre os direitos creditórios adquiridos. Além disso, o FIDC Aberto BicBanco é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre o cedente e os ativos cedidos.

### **Publicações Relacionadas:**

- *"Metodologia baseada em princípios fundamentais para análise de ratings de operações estruturadas globais,"* publicado em 7 de agosto de 2009 (disponível em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br));
- *"Update to Global Methodologies and Assumptions For Corporate Cash Flow and Synthetic CDOs,"* publicado em 17 de setembro de 2009 (disponível em [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com), somente em inglês);
- *"Perspectiva das operações estruturadas no Brasil para o segundo semestre de 2011: Economia forte e índice de desemprego estável devem moderar aumento da inadimplência,"* publicado em 25 de julho de 2011.

### **Contatos**

Analistas Principais: Leandro de Albuquerque, São Paulo, (55) 11 3039-9729, [leandro\\_albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro_albuquerque@standardandpoors.com) e Maria Renata Lotfi, São Paulo, (55) 11 3039-9724, [renata\\_lotfi@standardandpoors.com](mailto:renata_lotfi@standardandpoors.com)

Analista de Monitoramento: Gustavo Belger, São Paulo, (55) 11 3039-9743, [gustavo\\_belger@standardandpoors.com](mailto:gustavo_belger@standardandpoors.com).

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Markets, Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, [juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:juan_demollein@standardandpoors.com)

### **Informações Adicionais**

Informações adicionais podem ser obtidas nos sites da Standard & Poor's: [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br) (Brasil), [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) (Internacional), [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) (México), ou [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) (Argentina).

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P). Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/ratingfees](http://www.standardandpoors.com/ratingfees).

**The McGraw-Hill Companies**